OS SENTIDOS DA AUTODETERMINAÇÃO
POVO, NAÇÃO E ESTADO

Antonio V. Cavalcante
Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política - Programa de Pós-Graduação
Dissertação de Mestrado

São Paulo, 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C376 s Cavalcante, Antonio Vavá
Os Sentidos da Autodeterminação Povo, Nação e
Estado / Antonio Vavá Cavalcante ; orientador Cícero
Romão Resende de Araújo . - São Paulo, 2019.
121 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Pós-guerra. 2. Autodeterminação. 3. Ideal
político . I. Araújo , Cícero Romão Resende de,
orient. II. Título.

“On n'habite pas un pays, on habite une langue. Une patrie, c'est cela et rien d'autre.”

Emil M. Cioran, 1911

Imagem de Capa: Ruínas de Babel. Óleo sobre Tela, CAVALCANTE, A (2017).

“Sobre o Particular e o Universal em sua derradeira conciliação na Política.”

Índice

<i>Resumo.....</i>	<i>p.4</i>
<i>Introdução.....</i>	<i>p.7</i>
<i>I. Tipologia de um Discurso.....</i>	<i>p.21</i>
<i>I.1 Ideal Político Nacionalista e Doutrina de Nacionalidades.....</i>	<i>p.33</i>
<i>I.2 O Paradigma Wilsoniano.....</i>	<i>p.36</i>
<i>I.3 O Regime das Nações Unidas.....</i>	<i>p.48</i>
<i>I.4 Um Paradigma Pós-Colonial, Nacionalista e Minoritário</i>	<i>p.52</i>
<i>Tabela I. Síntese dos Paradigmas (Uma Trajetória Geral).....</i>	<i>p.61</i>
<i>Tabela II. Síntese de presença Normativa.....</i>	<i>p.62</i>
<i>Tabela III. Problemática na Doutrina: Autonomia e Integridade.....</i>	<i>p.63</i>
<i>II. Jurisprudência e Norma.....</i>	<i>p.64</i>
<i>III. O Sujeito de Povos, Nação e a congruência com o Estado</i>	<i>p.68</i>
<i>III.1 O Caso de Estados Plurais.....</i>	<i>p.73</i>
<i>III.2 Sobre as Soluções Estruturais de Autonomia.....</i>	<i>p.76</i>
<i>A Solução da Autonomia Interna: a ênfase Representativa.....</i>	<i>p.77</i>
<i>A Solução da Autonomia Externa: lógica Emancipatória.....</i>	<i>p.83</i>
<i>IV. O Nacionalismo Contemporâneo.....</i>	<i>p.90</i>
<i>V. Um Problema Final de Representação.....</i>	<i>p.97</i>
<i>V.1 Uso Reparatório, o Argumento Humanitário.....</i>	<i>p.97</i>
<i>Adendo. Índices para Minorias Nacionais: o Aspecto Linguístico.,.....</i>	<i>p.103</i>
<i>Conclusões</i>	<i>p.109</i>
<i>Referências Bibliográficas.....</i>	<i>p.119</i>

Resumo

O Princípio de Autodeterminação dos Povos é um controvertido item do arcabouço normativo internacional que dispõe de uma longa trajetória de desenvolvimento. Sua introdução mais ampla no debate do Direito Internacional é normalmente atribuída a Woodrow Wilson, no contexto do primeiro pós-guerra.

Ofereceu respaldo desde o processo de descolonização até independências tardias, e sua codificação enfim se deu como a de um item basilar, de nuance programática, no sistema das Nações Unidas. Há uma polissemia na ideia de Autodeterminação que é remanescente dos Ideais Políticos de fundamento Nacionalista e da Doutrina das Nacionalidades. Esses “sentidos” subjacentes revelados em sua história são nosso principal interesse. Buscamos nessa leitura crítica, relacionar por meio de uma contextualização histórica e discursiva, como o dilema doutrinário contemporâneo sobre o escopo da Autodeterminação (especialmente no que recai à integridade do Estado) se deve ao desenvolvimento tardio de uma ênfase “representativa”. Isso seria dado em adjacência aos valores democrático liberais que, junto de um desenvolvimento mais recente de garantias às diversidades étnico culturais, em especial sob dinâmicas minoritárias, gera interessantes indagações sobre o estatuto das minorias nacionais, sua autonomia e aspirações políticas.

Buscamos realizar dois movimentos gerais: uma elaboração sobre as diversas fases da Autodeterminação como ideal político tornado posteriormente item normativo, nisto transitando por suas respectivas fases históricas e usos. Posteriormente discorreremos em maiores detalhes sobre o fenômeno do Nacionalismo, que propomos ter se mantido intrínseco como carga semântica ao longo dos discursos da Autodeterminação, apenas com sutis alterações, sendo a última uma ênfase em estratégias representativas para abarcar essas demandas de autonomia. Esse matiz nacional coloca problemas contemporâneos para ler o estatuto político das diversas “nações” entendidas como comunidades de pertencimento cultural, bem como a capacidade viável do Estado para acolhê-las. Em conclusão, situamos o enquadramento do Princípio sobre eixos de leitura “proativa” e “responsiva”, no sentido de arranjos internos institucionais ou emancipações com brechas de integridade territorial.

Assim, há duas ressalvas: não dispõe mais o Estado de uma prerrogativa legítima de “homogeneização” coesiva de pluralidades étnico nacionais que norteasse uma reciprocidade (em muito idealizada) no Estado-Nação. Juntamente de uma crescente prerrogativa de defesa minoritária, a Autodeterminação como fenômeno de Nacionalismo é naturalmente problemática tanto para uma resposta legítima do Estado quanto para demandas por soberania das diversas comunidades nacionais desejosas de emancipação.

Abstract

The Principle of Self Determination of Peoples is a rather controversial normative item of International Law that displays a long history of development. Its introduction to the international debate is often attributed to Woodrow Wilson posteriorly to the first world war. Since then, its usage offered a backing argument to decolonization processes as well as to late independence movements. Its normative form finally assumed the content of a core term in the international normative system, a cogent principle in the United Nations Chart. There is an inner polysemy to the Principle of Self Determination reminiscent of nationalistic political ideals as well as of the doctrine of nationalities. We seek to elaborate in this study, by means of both a historiographical and discursive contextualization, how the current dilemma of the Principle's scope and applicability is related to a late 'representative' emphasis. This would take place by development of liberal democratic values that adjunct to rights of minorities, poses interesting questions regarding the demands for autonomy coming from national minorities referring to their political, cultural guaranties and destinies.

We therefore articulate two main movements: an elaboration upon the many phases of Self Determination as a political ideal later turned into normative item, where we go through its historical terms and usages. A later section is dedicated more closely to its nationalistic core, that we argue to have been kept during the whole discursive trajectory. This national aspect places interesting problems to the contemporary reading of the status of 'nations' and their demands as well as effective representative strategies by the State to satisfy them. As a conclusive point there are provided two paradigms of

possible applicability: one 'proactive' and the other 'responsive' respectively referring to the scopes of inner institutional strategies as well as emancipation movements involving breaches of territorial integrity. We finally propose that the State no longer has the legitimacy of cohesive homogenization working upon an idealized reciprocity of the Nation-State. Given the increasing relevance of minority rights, Self Determination as a nationalistic phenomena is naturally problematic both for a satisfactory response by the State as well as for the national communities seeking full autonomy by emancipation.

Introdução

Em Estados multiculturais, a reciprocidade entre Estado e Nação¹ pode se tornar complexa. Caracterizando o Nacionalismo contemporâneo como fenômeno dotado da presença de minorias nacionais (de onde emerge subsequente problema de sua representação doméstica), buscamos inicialmente demonstrar como leituras sobre a Autodeterminação dos Povos não podem mais se deter apenas sob parâmetros tipificados pelo contexto de descolonização. Adicionalmente, seu apelo “emancipatório” oferece uma base para compreender as crises civis de fragmentação quando mobilizam causas nacionalistas nos objetivos políticos de suas partes. Nossa noção de minorias nacionais é extensivamente embasada nas leituras de Guibernau (GUIBERNAU, 1996, 2007) sobre os nacionalismos contemporâneos, enquanto Brown (BROWN, 2000) oferece a terminologia dual de Nacionalismo Cívico e Étnico-Cultural, também utilizada para explorar as dinâmicas de legitimação entre Estado e Nação. A perspectiva doutrinária para análise é articulada em contraponto de Shaw e Cassesse (SHAW, 2008), (CASSESSE, 1998) especialmente para com a perspectiva moral de Buchanan (BUCHANAN, 1991, 2006). O contexto histórico da campanha internacionalista de Wilson, como ponto inicial do debate normativo, é embasado na reconstituição de Manela (MANELA, 2007).

Em nível geral, trata-se de elaborarmos um argumento genealógico: a noção de Autodeterminação como autonomia de escolha de um destino político amplo é intimamente relacionada ao sentido de pertencimento, como comunidade nacional.

O legado identitário destas mobilizações nacionais que gradualmente, na história do Princípio, adquirem voz pela representatividade de grupos internos em dinâmica minoritária/majoritária, não apaga seu legado de uma busca por plena autonomia, associada ao ideário político do Romantismo.

¹Enquanto equivalência “coesiva” de um Estado para uma Nação respectiva, plenamente identificável em comunidade de pertencimento, como almejado em especial pela Doutrina das Nacionalidades. O reordenamento político pela lógica das nacionalidades preconiza fins de arranjos dinásticos para remeter às revoluções iniciadas já em 1830, atrelando tanto matizes nacionalistas aos atributos gradativos de governo e soberania popular.

Sobre as inflexões do Romantismo na Política e sua semântica subjacente na Autodeterminação, vale uma breve menção introdutória (KAISER, 2004), sendo mencionadas suas repercussões para o legado distintivo entre liberalismo e nacionalismo cultural:

This is the central concept of modern subjectivity, autonomous self-determination, which carries with it the corollary notion of achieving freedom through casting off the restraints of oppressive external forces. In Romantic discourse, both literary and political, this principle is expressed in narratives of beings striving after and developing their own particular genius by following the call of their own inward rules. The difference between liberalism and cultural nationalism is that for liberalism the being striving to obtain autonomy is an individual, while for cultural nationalism it is a whole people. (KAISER, 2004p. 18)

Sobre a ideia da nação na cultura e na política, temos igualmente:

Full-blown theories of political nationalism of the mid-nineteenth century contrast the cultural nation and the political nation precisely to highlight the importance of the political nation, and to argue that the cultural nation must culminate in the political nation. (KAISER, 2004 p.54).

Feitas essas breves considerações sobre a reminiscência do Romantismo na ideia de Nação, seguimos em uma busca histórica e terminológica mais específica sobre a trajetória de construção do sentido do Princípio de Autodeterminação dos Povos e suas implicações para com a Integridade do Estado, embasando-a na Doutrina das Nacionalidades e em fundo, no Nacionalismo enquanto fenômeno político. Em termos mais objetivos, trata-se aqui de ler o Princípio por uma trajetória transicional indo de ideal político de índole nacionalista até item programático equitativo e mais recentemente institucional participativo, conforme progressivamente codificado na jurisprudência internacional.

Cassese dispõe também da premissa de um passado de Ideal Político, na reconstituição que faz em sua obra jurídica (CASSESE, 1998), mas refere-se

finalmente à Autodeterminação como norteada em práticas Estatais. Em nossa análise, o dilema doutrinário (sobre o escopo de autonomia diante da integridade territorial) adviria precisamente pelo fato de ela permanecer, em cerne, como um item de mobilização da nação (isso é, nacionalista) com vista em repercussões institucionais amplas para fins de autonomia. O sentido de práticas estatais seria um desenvolvimento posterior, ao suprir demandas dessa natureza através de meios participativos processuais, os quais no entanto, não inibem completamente a ideia de “emancipação” que equivale plena autonomia (em último, externa) à soberania adquirida. Fora de um escopo da descolonização e crescentemente colocado nos termos de dialogo representativo, na tangência entre pluralidade, arranjos inclusive federalistas² e fragmentação territorial, qualquer análise sobre a Autodeterminação dos Povos sem implicar no fenômeno do nacionalismo é incompleta. O próprio nacionalismo como fenômeno cultural difuso é já em si muito mais complexo para fins de codificação e operacionalização no Direito Internacional do que as práticas propriamente estatais e institucionais.

Buchanan, por exemplo, levanta argumentos morais que justificassem tais fenômenos de ruptura secessionista (BUCHANAN, 1991, 2006), inclusive suprindo uma lacuna do tópico na teorização de tradição liberal³. Veremos mais a frente estes detalhes.

Assim, propomos que a ambiguidade resultante da interpretação do Princípio e de suas vocalizações controversas, advém justamente da prevalência de seu eixo nacionalista (e uma polissemia de seu sujeito titular como Povos, Nações ou Estados) que corre continua e subterraneamente a suas interpretações mais consensuais (os

2NORMAN, Wayne. *Negotiating Nationalism Nation-building, Federalism, and Secession in the Multinational State*. Oxford University Press. 2006, p. 139-140.

3Sobre uma teoria de argumento moral, em relação ao fenômeno secessionista, temos BUCHANAN, Allen. *Secession: The Morality of Political Divorce. From Fort Sumter To Lithuania And Quebec*. Westview Press, 1991 p.9:

It had puzzled me that liberalism, a political philosophy that preeminently values self-determination and prizes diversity and that views the state as a human creation to serve human needs, not a deity or an unalterable fact of nature, should have so little to say about secession.

sentidos) favorecidas por certos períodos históricos, como o da descolonização.

Não é surpreendente que o Nacionalismo como fenômeno mais difuso, instável e primário, surtisse problemas ao âmbito normativo em um sistema de práticas precisamente Estatais. Interessante pergunta recai justamente sobre a causa do Princípio ter se inserido e se *mantido* no Direito Internacional, dadas todas as suas controvérsias, ambiguidades e conteúdo disruptivo. Mais do que se mantido, ter alçado alta hierarquia nas cartas mais representativas do desenvolvimento legal internacional como item cogente.

Ponto introdutório nesta hipótese, que alocamos no contexto Wilsoniano, é o fato de suprir com suficiente abertura de interpretação, um discurso em favor tanto da emancipação dos territórios então coloniais, quanto simultaneamente prover teor para Equidade Formal entre Estados, no pós Primeira Guerra, quando de Wilson, e novamente no segundo pós-guerra. As garantias minoritárias, e para todos os efeitos, aquelas atributivas das Minorias Nacionais, são o gatilho que contribui para a necessidade de revisitar o Princípio atualmente. Em especial conforme sua lógica de demandas por autonomia e representação, muito mais do que àquela de isonomia normativa entre Estados, no século XX.

Especificamente, a questão colocada entre Autodeterminação e Integridade Territorial adquire novo precedente jurisprudencial com o Parecer da Corte Internacional de Justiça, de 2010⁴, sobre a legalidade de Declarações de Independência.

A motivação da pesquisa foi precisamente essa persistência, em primeira vista contraditória, de um item normativo (ainda que programático) no âmbito internacional, que em leituras mais radicais contrasta pressupostos canônicos do atual sistema internacional: a integridade (institucional e territorial) dos Estados já constituídos e, por efeito, o regime de fronteiras. Visto que essa controvérsia poderia ter sido amenizada progressivamente por uma desambiguação em normas específicas posteriores, ou conforme sublimação da presença codificada do Princípio de Autodeterminação em

4A Corte notadamente se manifestou no Parecer Consultivo pela opinião de que a Declaração de Independência de Kosovo, (e para todos os efeitos indutivos, as declarações de independência unilaterais), não violam princípio ou normas do Direito Internacional.

favor de outras possibilidades (assim remetendo-o unicamente ao repertório cultural de costume ou ideais), resta a pergunta: de onde reside a causa de priorização pragmática para reenquadrá-lo em diversas vertentes, mesmo alçando-o às cartas de alto estatuto nos ordenamentos do direito internacional e demais práticas?

A sua fase normativa inicial, inclusive, mesmo que de codificação apenas parcial⁵ fez-se já junto de contrastes interpretativos, no pós primeira guerra. De forma concomitante, o fato de não haver nenhum direcionamento explícito ao nacionalismo em termos de verbetes normativos ou doutrinários, contribui para que o item nominal de “Povos” (enquanto índice de consciência nacional e para todos os efeitos; de Nação) receba toda carga de conteúdo e vertentes que de outra forma não estariam sequer presentes. Nesta linha, o Princípio de Autodeterminação dos Povos, ao menos em seu repertório de associações, oferece respaldo a uma espontaneidade política nacionalista de reordenamento que tangencia as capacidades constituintes ou mesmo revisionistas, associada às Doutrinas das Nacionalidades⁶ como fundamento de ordenação “simétrica” do Estado Nacional.

A inserção do Princípio e sua *permanência* no arcabouço do costume e dos grandes ordenamentos internacionais, elucida uma trajetória curiosa de como seu teor disruptivo foi historicamente manuseado após visibilidade adquirida dentre as discussões ocupadas em firmar os valores norteadores das interações entre Estados, como aquelas no pós Primeira e Segunda Guerra. Argumentamos que em detrimento de uma manutenção de seu sentido emancipatório de ideal político ou de um Princípio

5Os 14 Pontos não configuraram acordo multilateral efetivo mas sim uma espécie de Manifesto, não obstante seus pressupostos surtissem legados estruturais posteriores em outros documentos na Liga das Nações e na Organização das Nações Unidas.

6Especificamente sobre esse ponto, quanto ao escopo da autonomia política e a pressão interpretativa sobre a ONU temos em Buchanan, igualmente:

According to this understanding of the normative nationalist principle, the notion of self-determination is construed, in a very robust way, as requiring complete political independence—that is, full sovereignty. The United Nations officially endorses the right of self-determination in several documents. (...) The phrase 'freely determine their political status', lacking any qualifying language (...) This in turn seems to commit the UN, in its affirmation of the right of self-determination, to the view that every "people" has the right to secede if secession is necessary for achieving complete political independence. (BUCHANAN, 1991 p.48)

programático unânime, sua presença, mesmo que apenas em termos de vocalização, obedeceu distintas sistemáticas que propiciaram uma acomodação cumulativa de seus significados mais controversos. Elas, porém, nunca solucionaram definitivamente o teor disruptivo que resulta do cunho nacionalista advindo de seu ideal político originário e da subjetividade nominal de “*povos*”. As revisões mais ortodoxas parecem apenas modular esse teor em favor de capacidades inerentes a nação *apenas* em respaldo precedente do Estado, enquanto as mais normativamente nacionalistas tangem àquela já de imediato. O seu próprio desdobramento em codificações sucessivas elucida processos de aplicabilidade contextual. Isso ocorre com a maioria dos termos nominais na construção diacrônica do sentido linguístico, mas no caso deste item em particular, as consequências de legitimação promovidas por algumas das interpretações são por demais delicadas ao questionar o monopólio do Estado e auferir pretensões concorrentes e emancipatórias às demais comunidades.

Pelo caso particular do eixo temático com o qual lida, isso é; a propriedade de poder político, mesmo tangenciando a soberania, o desdobramento deste debate e a gradação histórica do Princípio permite, em termos indiretos, elucidar o próprio entendimento sobre as propriedades típicas dos Estados. Inclusive na repercussão de mobilizações internas para com um reconhecimento externo posterior que as venha questionar. Há a continuidade de uma disputa fundamental entre sua legitimação para com agentes já constituídos, personificados pela estabilidade do regime de fronteiras e soberanias anteposta a movimentos difusos de independência e secessões. Alguns momentos históricos propiciaram uma acomodação destas duas forças, do concreto e do difuso, dos Estados e dos Povos em ondas de reformulação mútua.

Nos dedicaremos em seguida a uma revisão de períodos históricos relevantes para uma leitura das formações político-nacionais com interface na ideia de Autonomia e Autodeterminação. Brevemente, em exemplo mais notável dessa concatenação, há, por exemplo: os Estados soberanos originários do nacionalismo centralizador e romântico dos séculos XVIII e XIX, soberanias recém-constituídas no sistema do segundo pós-guerra (embora algumas tenham se iniciado ao primeiro, nos termos de emancipação colonial e esfalecimento de impérios, no caso Otomano) e de forma mais controversa, as

independências tardias fragmentárias e de senso étnico no território Iugoslavo. Embora componham uma pluralidade de casos dos quais não seríamos capazes de exaurir todas as particularidades, há o elemento comum de formações nacionais, esforços cujos atores buscaram legitimar suas causas em discursos plena ou parcialmente embasados no sentido de autonomia típico da Autodeterminação dos Povos. Este procedimento, em seus exemplares mais consensuais, se viu supervisionado pelos auspícios de órgãos multilaterais, reiterando a titularidade de autonomia política que remete ao esforço público Wilsoniano, desde os pressupostos mais latentes de emancipação de populações outrora em status de soberania limitada ou de simples colônias. Atualmente, em especial no âmbito pós bipolar e sem a propriedade de ondas conjuntas de descolonização, os novos nacionalismos minoritários encontram no Princípio um respaldo interessante para envigorar a polêmica noção secessionista ou promover amplas demandas representativas institucionais.

Ao contrário de parte da literatura, as crises de integridade, guerras intrastatais de fragmentação e os nacionalismos étnico minoritários que buscam legitimação emancipatória na ideia de povos, não se clarificam se enquadrados todos apenas como resquícios de dinâmicas pós-colônias mal solucionadas ou de ajuste tardio. Convém serem analisados à luz de dinâmicas razoavelmente constantes e inerentemente *políticas* sobre a natureza originária dos Estados pelo nacionalismo, tido aqui amplamente como relativa coerência de uma identidade político-cultural autorreferenciada. Expressam um fenômeno de formação muito mais geral historicamente.

Argumentamos que contrapontos doutrinários contemporâneos que lidam com a Autodeterminação como incompatível com a secessão (especialmente em ênfase pós-colonial) buscam rearticular essas forças centrífugas ao cerne dos Estados já formados, ao âmbito de um sentido liberal representativo de participação política institucional (infra ou constitucional neste respeito, e não, preferencialmente sucessória). Assim, lançam luz também às soluções internas de Estados multinacionais distributivos, de ordem descentralizada, que visam meios representativos prontamente institucionais⁷.

7 NORMAN, Wayne. *Negotiating Nationalism Nation-building, Federalism, and Secession in the Multinational State*. Oxford University Press. 2006, p. 139-140.

WELLER, Mark. WOLFF, Stephan. *Org. Autonomy, Self-governance and Conflict Resolution; Innovative approaches to institutional design in divided societies*. Routledge, 2005. p.43-64.

Alguns autores debatem essa proposta de privilégio das integridades do Estado e da Autodeterminação como capacidade participativa em regimes constitucionais sem maiores rupturas, colocando-se em defesa de uma interface reparatória acordada de procedimentos secessionistas *apenas* em último caso justificados por violações contínuas de direitos (BUCHANAN, 1991, 2006), em especial de direitos humanos. A interação entre uma leitura humanitária e interventiva do Princípio para com essas violações é também um dos pontos conclusivos desta dissertação. A emancipação separatista poderia se ver então legitimada aos auspícios de uma dada formação constitucional que a referisse, ou da prerrogativa da manutenção de direitos liberais negligenciados pelo Estado. A garantia da autonomia não seria dada então em absolutos, isso é, adviria de um espectro contínuo de soluções onde muito poderia já ser efetivado pelos direitos representativos sem necessidade de rupturas. Fica essa elaboração sobre soluções radicais apenas responsivas de violações graves.

A interface do Princípio de Autodeterminação dos Povos para com a teoria do Estado é bastante nítida: parece prever a força formativa, isso é, originária de um sujeito (povos e nações) e uma demanda por prerrogativas soberanas. Como outrora mencionamos, a ambiguidade titular deste mesmo sujeito representa grande parte do argumento de controvérsia. As nuances prescritivas remetem a quais competências *idealmente* hão de ser atribuídas *a priori* aos mesmos. Nesse sentido, em termos de desenvolvimento jurisprudencial recente, o Parecer da Corte Internacional de Justiça sobre a Independência de Kosovo (2010) ao atribuir-lhe legalidade, mesmo se contando sua natureza de agência unilateral, corrobora aspectos do ato declarativo de soberania, conforme a Teoria Declarativa de reconhecimento de Estados. Não exaurindo-se aqui maiores indagações sobre a viabilidade real destes Estados, mas tendo-as já reforçadas pela equidade formal hoje firmada prontamente no arcabouço institucional da ONU, estes fenômenos de Independência fora do contexto colonial novamente remetem a qual seria o papel devido da Autodeterminação.

Em um breve esforço terminológico ilustrativo, se analisamos o próprio termo Autodeterminação, podemos recuperar como metonímia, todos os dilemas dos quais

tratamos de forma mais ampla nessa pesquisa. Assim: há um afixo Auto-, combinatório com o item nominal Determinação, na forma substantivada da matriz verbal. Pela presença do afixo, vê-se a natureza de uma ação reflexiva, isso é, cujo sujeito que a exerce é o receptor de seus resultados, enquanto objeto igualmente. Na etimologia do latim de *determinação* há dois significados concorrentes: *determinare* e *determinatio*.

Enquanto da primeira advém noção de uma agência dirigida a fins predispostos, a segunda, mais antiga, contribuí com o significado de traçar limiares, isso é, cisões divisivas, delimitações. Com efeito, esses significados da terminologia ilustram bem o problema da Autodeterminação, no sentido de que, se de pronto elucidam uma ação reflexiva, lançam a indagação de *quem* são seus sujeitos, onde reside sua subjetividade oracional. Essa mesma delimitação do Sujeito (Povos), é crucial no sentido de responder ao agente que traça sua própria linha de ação. Em igual medida, por essa mesma ação, delimita um perímetro, fronteiras, limites distintivos que lhe confere a identidade de um agente típico; a ação reflexiva reforça-a precisamente. Em fundo, dentro da ótica do Direito Internacional, é igualmente uma reflexão sobre quem são, ou em último *devem* ser sujeitos, ao máximo, soberanos.

A genealogia que opera sobre o Princípio de Autodeterminação poderia ser então esquematizada nas oscilações resultantes de dois operadores e suas derivações prevalentes: uma nomeação subjetiva (o sujeito e o predicativo como sua capacidade), e a prescrição do Ideal (o quão superveniente é o direito de Autodeterminação; esta superveniência, se inflexiva, condiz a nosso ver com uma justificativa nacionalista).

Assim, qual a prioridade entre o difuso e o normativo, isso é: entre Povos e Estado, Emancipação e Integridade? Na relação entre estes dois agregados, a Nação e o Estado, torna-se basilar uma investigação sobre a reciprocidade imanente entre ambos, ou sua ausência e subsequente busca pelo grau de simetria esperada de onde derivam coeficientes de legitimação representativa, do senso de pertencimento. Nesta discussão, a noção de Nações sem Estado e Estados pluri-nacionais (GUIBERNAU, 1996) é fundamental. O fato de contarem-se, neste enquadramento, mais nações do que Estados, prevê algumas das consequências disruptivas que uma lógica de reciprocidade unitária acarretariam. Neste sentido, uma noção de reciprocidade estrutural, ou seja: a

legitimação mútua entre nação e Estado, advém historicamente de um desenvolvimento de ideias que culminam na Doutrina de Nacionalidades.

Se consideramos *povos* como subjuntivo de *nação*, e discorremos sobre essa mecânica de reciprocidade enquanto tratamos da Autodeterminação dos Povos como fenômeno de mobilização nacionalista, torna-se plausível que esse vetor de mobilização busque amenizar disparidades ou recuperar graus de simetria com vista a revigorar sentimentos de pertencimento. Haveria uma reciprocidade representativa, entre Nação e Estado ainda que por recurso de brecha secessionista. As conciliações mais estáveis entre contrastes interpretativos sobre o Princípio emergem de conjunturas mais amplas que favoreceram consenso entre os articuladores *políticos* da ideia de Autodeterminação emancipatória e a jurisprudência.

Propomos enquadrar os “paradigmas” ao longo do curso de desenvolvimento normativo, conforme uma tipologia indo de *Ideal Nacionalista Originário*, passando pelo *Argumento Equitativo* advindo do discurso Wilsoniano, pela *Descolonização* e pela *Ênfase Representativa Institucional* no sistema da ONU, até por último, no desdobramento atributivo dos nacionalismos minoritários que mais a frente exploramos como um *Paradigma pós-colonial*, novamente de matizes nacionalistas. O debruçar-se sobre o teor semântico de um destes itens, por exemplo: a desambiguação entre povos e nação, é em si mesmo um debate ainda em vias de consenso.

Nossa investigação de construção destes sentidos se faz especialmente a luz das teorias linguísticas de formação discursiva, inclusive sobre o discurso legal⁸, com o embate pelos “sentidos” avalizados ao longo de sua trajetória de visibilidade internacional. Assim, transparece uma dinâmica de significados favorecidos em desfechos parcialmente cristalizados (à luz dos tratados ou declarações, por exemplo) mas sempre controverso (novos movimentos paralelos, propriamente políticos).

Desde sua natureza de Ideal, não consideramos o sentido conceitual de Autodeterminação e sua semântica como um dia plenamente “afixada”, mas, em

⁸GOODRICH, Peter. Language, Discourse, Society. Legal Discourse. Studies in Linguistics, Rhetoric and Legal Analysis-Palgrave Macmillan UK, 1987.

natureza sociolinguística, discorremos sobre seu significado como um contínuo de atritos interpretativos que, cada um à sua capacidade, mobilizou ações políticas.

A afixação normativa de seu título nas cartas internacionais são tentativas sempre parciais de cristalização. Neste sentido, as diferentes cartas buscam, em detrimento de uma desambiguação objetiva, talvez apenas um processo de circunscrição contextual, onde há não propriamente a inflexão do item da Autodeterminação, mas sua concordância com outros elementos do Direito Internacional. Em especial, cabem aqui os termos das Declarações das Relações de Amizade e Cooperação para com a integridade territorial, e os documentos específicos que enfatizam a vertente apenas do contexto colonial.

A metodologia busca elucidações hermenêuticas sobre o Princípio, ao passo que visa a identificação também de um eixo semântico minimamente estável a luz de cada leitura. Esse eixo responde a autogestão política e a ideia de um sujeito ativo, uma subjetivação do sentido personificada de povo como *nação*, porém em possibilidades diversas, emancipatórias, secessionistas ou meramente representativas. A controvérsia sobre a integridade emerge basicamente de quais *prioridades* de capacidade se dão a esses sujeitos e sua reciprocidade para com o Estado. Isso é, faz-se reflexão sobre assimetrias de capacidade e âmbito entre Estado (centrado, regime de fronteiras, constitucionalismo, instituições participativas, soberania) e nação (difuso, cultura, tradição, povo, soberania). Sendo, em seu teor disruptivo, a Autodeterminação preponderantemente uma expressão da última.

Em termos sistêmicos, a controvérsia é a de quais atributos premeditam o reconhecimento de Estado, mas igualmente, sua legitimidade.

Nossa estratégia se deu assim em um conjunto entremeado de historiografia e análise discursiva. No sentido de analisar o cerne temático da Autodeterminação, buscamos explicitar que conquanto busque reformulações no regime de fronteiras, e por estas vias, a secessão: é indistinguível do fenômeno de nacionalismo. Neste sentido, é uma mobilização por autonomia, que em termos externos equivale a busca pelo estatuto de soberania de uma dada comunidade político-cultural. A prevalência desta base “nacional”, é idêntica ao ideal político originário que no normativismo nacionalista,

operava como fundamento para conjugações do Estado Nacional como agente e as formações nacionais originárias.

Diferentemente de Cassesse, que busca elucidar o desenvolvimento da Autodeterminação norteador práticas Estatais (CASESSE, 1998, p.315), sinalizamos que o teor “disruptivo” é continuidade natural das dinâmicas representativas por ela empreendidas. O autor igualmente explicita a distinção de Princípio (naturalmente mais difuso e programático) ante Norma (prescritiva e objetiva). Sua grande obra de contextualização jurisprudencial, definindo-o na prática Estatal, é uma primeira ampla revisão legal do Princípio, considerando a noção de Ideal Político original e estatuto de governança (CASESSE, 1998 p.307-309) com inflexão de Autonomia eminentemente interna (para ele, esse sentido pervade igualmente a vida do Princípio na pós-descolonização; a garantia de autonomias e de “sujeito com garantias internacionais” às minorias étnico nacionais é posta por ele em menor destaque no contexto do Direito Internacional). Assim, Minorias Nacionais, Nações e Povos são simplesmente *somatórias*, dispondo uma maior rigidez das integridades territoriais. Nós elaboramos essas investigações sob a perspectiva do Nacionalismo (nesse autor, mais periférica), que está recorrentemente presente inclusive na história do governo popular. O fazemos especialmente à luz das enunciações dispostas por Guibernau (GUIBERNAU, 1996, 2007) em sua investigação sobre nacionalismo contemporâneo e política no século XX com ênfase identitária e minoritária.

Os usos destes nacionalismos enquanto mobilizações que buscaram legitimidade no Princípio foram reacomodados em seu âmbito disruptivo pelas ondas de descolonização, que propiciaram um uso emancipatório previsível e mais uniformemente distributivo. Essas minorias recebem ênfase participativa constitucional em Estados de arranjo multinacional, isso é, privilegia-se a integridade e o regime de fronteiras. Convergem ainda outros fenômenos que consideramos adjacentes, como a prevalência atual dos conflitos civis e intraestatais. Além disso, direitos e garantias internacionais cada vez mais assumem obrigação para com a pessoa humana e as minorias, propiciando uma terceira via de legitimação dos atores e assimilação destas controvérsias. Ainda assim, movimentos nacionalistas contemporâneos percebem o

respaldo que a articulação do Princípio (como releitura enfática de seu ideal nacionalista de formação originário) pode lhes dar.

Futuros desdobramentos permitirão elucidar qual destas duas vertentes: a de uma cristalização efetiva do âmbito participativo ou de uma vocalização paralela, de ideal nacionalista irão, pois, permanecer. Movimentos secessionistas e de autonomia nacional não são mutuamente exclusivos, mas contrastam com tendências coexistentes de integração regional hoje igualmente presentes, elucidando um outro paradigma de leitura talvez futuramente dado como preferencial. Não há aqui uma investigação apenas jurisprudencial ou apenas histórica, sequer das relações internacionais sistêmicas sobre o Princípio, mas essencialmente um esforço de análise discursiva (dos sentidos) com argumentos circunstanciais de cunho histórico, tendo como parâmetros não norma pura, mas as forças de ação política. A sempre referida polissemia do termo favorece um respaldo às demandas igualmente soberanas ou de cunho nacionalista. É em fundo, um argumento sobre Legitimidade e Autonomia. A proposta da reflexão sobre um esforço representativo para reestruturar esses elos de legitimidade, faz sentido no sistema de crescente problematização do protagonismo do Estado-Nacional como agente canônico.

Optamos por fazer essa introdução já um pouco mais extensa, como uma vista geral do repertório conceitual e vocabulário presente na dissertação, tocando por tópicos adjacentes da análise, os quais ao longo do texto serão destrinchados em maior detalhe.

Feitas essas proposições, organizamos nossa estrutura em dois grandes movimentos.

A primeira parte, composta especialmente da Seção I, contém a análise histórica, ordenada por uma tipologia dos discursos de Ideal Político, a fala Wilsoniana de equidade e a presença codificada na Carta das Nações Unidas. Sintetizamos essa historicidade em esquemas temáticos, logo em seguida. Uma parte intermediária da dissertação, a Parte II, logo posterior, trata da Jurisprudência e Norma em maiores detalhes, servindo como transição para o terceiro momento do texto. A Parte III e IV contém as reflexões mais densas sobre o sujeito de Povos e a temática do Nacionalismo: sendo já norteadas as soluções estruturais sobre a autonomia externa e interna como

possibilidades de enquadrar o escopo do Princípio. A Parte V remete a essas reflexões para elaborar sobre um efeito proativo ou responsivo de seu uso, com especial foco no cunho Reparatório, de lógica moral humanitária. Seguimos posteriormente às nossas conclusões. Visamos eminentemente dois objetivos: uma análise histórica e discursiva sobre a Autodeterminação dos Povos, recuperando suas variações semânticas, e uma leitura enquadrando-a conforme o fenômeno político do Nacionalismo. Haveria uma tensão natural ao Princípio na tentativa de codificar um elemento ideacional de matriz nacionalista, que sob soluções representativas mais tardias buscando conter essa mesma matriz, não podem satisfazer todas as demandas por autonomia política que igualmente preconiza.

I. Tipologia de um Discurso

Tratamos aqui sobre os sucessivos esforços de codificação que enquadramos em tipologias. Busca-se a ideia de “debate contextualizado”, o discurso gradualmente construído sobre o Princípio é precisamente a modulação recorrente do teor emancipatório nacional em molduras prescritivas. Intersecções entre a literatura dos nacionalismos e descolonização e a literatura da Autodeterminação, ondas sistêmicas prévias que facilitaram uma leitura minimamente “institucional” coordenada das suas implicações disruptivas. Buchanan igualmente comenta sobre a abertura interpretativa e seu apelo moral, justamente recaindo sobre essa amplitude de sentidos possíveis. Essas interpretações reiteram usos ao longo de sua trajetória:

If the alleged principle of self-determination of peoples is either too vague to be of much use or implausible (when specified so strongly as to entail a right to complete independence and hence secession), what accounts for its popularity and longevity? My hypothesis is that the moral appeal of the principle of self-determination depends precisely upon its vagueness. (...) Once these more basic values are identified, it should be possible to dispense largely with the principle of self-determination, with its dangerous vagueness, and to concentrate on more direct arguments in favor of secession (or in favor of more limited forms of political independence).(BUCHANAN, p.50, 1991, grifo meu).

A citação sintetiza bem os traços essenciais que tocam o objeto de investigação: enquanto Princípio em detrimento de mera norma, ele reflete cunho programático.

Imanentemente em conteúdo faz-se um tanto vago, aí tornando-o apelativo para várias interpretações contextuais que, (conforme argumentamos posteriormente), remonta a muito de sua ambiguidade por contrastar sua polissemia originária às cristalizações sucessivas. O autor igualmente toca nossa questão central: a que se deve a persistência deste item no repertório político internacional? Ele articula tal indagação frente ao quão vago é: nossa abordagem mais propriamente considera que não há de fato um teor vago, mas sim um constante esforço de releitura para tratar do sentido

disruptivo nacionalista que lhe foi sabido deste o início. Ademais, sendo esta mesma polissemia talvez o gatilho inicial que o tornou atrativo para uma apropriação instrumental no arcabouço normativo do Direito Internacional em detrimento apenas de teorização política ou militância originária.

A controvérsia é advinda então, não de uma incompatibilidade doutrinária, mas do atrito destas interpretações para com uma matriz semântica que diz respeito ao ideal emancipatório: ao mínimo de autonomia ou, como mencionado no trecho acima, de “Independência Política” que é continuidade quase onipresente e crucial de ideal de emancipação nacionalista. Buchanan enuncia também aqui dois dos eixos com os quais norteamos nosso percurso investigativo: contextos de uso, que se articulam com a polissemia intrínseca do Princípio de Autodeterminação dos Povos, e o argumento de concessão apropriada de seu recurso à Independência Política. Em síntese, essas inflexões foram concatenadas em contextos históricos particulares de fixação parcial (um sentido então consensual), de onde derivamos nossa tipologia classificativa.

Em termos gerais, o Princípio de Autodeterminação já foi evocado por Estados, populações étnicas e aborígenes, nacionalistas minoritários e órgãos institucionais deliberativos multilaterais, como a Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo simultaneamente alvo de pareceres da Corte Internacional de Justiça e Comissões Arbitrais *ad hoc* (ao exemplo do caso Iugoslavo). É entendido como a aptidão tida por populações “bem definidas” étnica e culturalmente de disporem sobre si politicamente e a capacidade de um povo de gerir suas escolhas governamentais dentro de um Estado.

Em âmbito internacional, confunde-se com a titularidade de soberania, dada a pressuposta não interferência alheia nessas mesmas escolhas (BOBBIO, 1998 p.70). Seu eixo referencial, então, transita da nação ao Estado, perpassando povos e enfim minorias, articulando-se pelo dinamismo político dos agentes que o evocam. Após oscilante trajetória e esforço de positivação, possui presença no corpo normativo da Carta da Organização das Nações Unidas desde a fundamentação dada na Carta do Atlântico de 1941. Bem como embasou o eixo justificativo da Resolução 1514 de 1960 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Descolonização e outros documentos,

como as Declarações Programáticas de 1966 sobre o direito ao Desenvolvimento.

Em nenhuma dessas cartas reside maiores esclarecimentos sobre a *subjetivação* própria de “Povos”, isso é, não há uma sistemática clara de que consiste tal item nominal. O Princípio figura ainda nos artigos introdutórios do Acordo sobre Direitos Civis e Políticos, e sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais, ambos frutos do fortalecimento deliberativo e acréscimo numérico dos países em desenvolvimento e recém-independentes, sob o respaldo institucional da ONU. Assim, de acordo com esses documentos:

"All peoples have the right of self-determination. By virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development". (ONU, 1966 p.1)

A legação do paradigma liberal institucionalista Wilsoniano aí presente, é, na realidade, apenas uma das etapas de apropriação discursiva (já muito posterior ao ideal nacionalista originário), e já em si uma adaptabilidade em norma de ideal político historicamente materializado ao longo da formação das nações europeias, seus sistemas de governo e ações derivadas. A longa, embora variável presença no arcabouço normativo, possui interfaces com diversos fenômenos da ordem histórica, política, jurídica e cultural do seu momento de evocação, o que lhe confere uma maleabilidade retórica e ideológica problemática, não atenuando porém, a constante de presença crescente nos fenômenos políticos internacionais.

Em *Self-Determination of Peoples: A Legal Reappraisal*, (CASSESSE, 1998) há uma análise jurisprudencial, utilizada como aparato comparativo, para demonstrar a modulação até Princípio codificado, sendo a forma de registro “Princípio” já substancialmente distinto de “norma” ao prever um grau de abrangência difusa de cunho mais programático do que objetivo. Há caráter de europeísmo típico sobre tal, matizada na própria formação dos Estados nação (como as unificações centrais, italianas e alemãs), e mais especificamente, na onda de nacionalismos pós napoleônica. Define-se o caráter identitário dos aglomerados linguísticos e culturais ligados por uma tradição comum, sendo posteriormente inseridas na interface da gestão soberana que então assume-se como Estado constituído.

Nesse procedimento, a Autodeterminação equivale, como evidenciada nas revoluções americanas e francesas, à gestão tomada pelo povo para si, na negação do Antigo Regime, para novas opções nacionalmente localizadas, com a preconização do povo e da soberania popular. Assim, de início a nação se autogere não pelo apartamento institucional das nobiliarquias, mas pelos interesses de seu povo em plenas capacidades representativas. Note-se que aqui a noção de povo é ainda em sentido mais amplo, não potencialmente minoritário ou inflexivo em outros subagregados de distinção, mas diz sobre a demografia da nação, seus cidadãos. Fenômenos como as unificações europeias centrais são também dignos de nota pela própria constituição destes reinos em corpos nacionais (o então recente conceito é evocado por idealizadores como Mazzinni no contexto revolucionário italiano como o poder de escolhas de status de cada nação, numa capacidade decisória *interna*). Permanece porém a noção de Autodeterminação como um Ideal Político difuso, mesclando-se aos nacionalismos, aos romantismos e aos pressupostos libertários. Embora envolva a face externa das emancipações coloniais, no caso Americano, é ainda de forte tendência doméstica na maturação de sua natureza moderna pós antigo regime.

Segundo o autor, a positivação propriamente dita advém do contexto pós Primeira Guerra, com a perspectiva de ordenamento dos valores vocalizados por Woodrow Wilson. Um conjunto de predicções equitativas para as interações entre Estados e sua defesa da causa de descolonização, aqui por nós referidos pela perspectiva “Wilsoniana”, explorada em detalhe posteriormente por Manela (MANELA, 2007).

Buscaremos explicitar mais a frente esse teor “equitativo”, embasando-nos neste autor. Associado também às noções de soberania e ilegalidade das interferências coercitivas bélicas como disposto no Pacto Briand-Kellog (1928), fica posto um teor pacifista na noção da não ingerência nos assuntos alheios, o reforço da soberania e isonomia normativa. No século XX, concorrem os paradigmas de Lenin e Wilson. Em primeiro, (LENIN, 1914) articulou fortemente o conceito como o postulado de libertação dos povos, encadeado em seu estudo sobre o Imperialismo e assim já vinculando-o à noção de descolonização, explícita ou implícita, como pela dominação tácita de sistemas econômicos. Ele estende a quebra dessas dominações por esforços revolucionários e de pleno teor disruptivo em recursos conforme se valham necessários.

Adicionalmente, de Wilson, advém a defesa dos regimes democráticos, no consenso do povo, assim: na Autodeterminação do povo de escolher seus representantes, logo entendida como auto-governo no Estado: um consenso dos governados. É seu também o uso da não ingerência na reconstrução institucional dos países europeus, e nas dinâmicas territoriais fragmentárias do domínio otomano, por exemplo. Enquanto que o uso revolucionário do conceito não era previsto por Wilson⁹ (estando ele porém, ciente de suas ambiguidades inerentes, e enfim na presença apenas elíptica nos Quatorze Pontos, para especificar seu escopo, conforme trataremos posteriormente), essa possibilidade era nitidamente advocada em Lenin. O ponto crucial de interesse incide de seu uso no pós-guerra fria, em sua terceira iteração, onde nas palavras do autor, tornou-se um “Golem voltado aos seus criadores”. Aqui, tida a bastante referenciada reemergência das pluralidades, inibido o contraste matizante bipolar, a Autodeterminação assume termos potencialmente conflituosos de defesa étnica por vezes exacerbada em localismos e xenofobia, mas convive ainda com o sentido consensual promovido pelo do discurso da descolonização.

É digno de nota o ressurgimento das balcanizações, as independências tardias e a recorrência dos crimes de genocídio contra as minorias, que coexistente com a prevalência dos conflitos amados civis e intraestatais ante guerras *entre* Estados (COLLIER, 2004, p.1): seja associado aos conflitos geopolíticos Iugoslavos, onde a emancipação fragmentária dos Estados é intrínseca aos aglomerados étnicos ou à pluralidade intra estado do continente africano, com o caso de Ruanda. Também esse último autor reconhece a dupla articulação do conceito, feito um elemento ontológico

⁹Em linhas gerais introdutórias, sobre essa inserção no pós primeira guerra:

(...)the advocacy of selfdetermination for colonial peoples collided with the stubborn realities of the imperial international order, in which hierarchies of race and civilization defined the extents to which different peoples were accorded the right to selfgovernment. At the center of the anticolonial nationalist wave of 1919 lay the claim that non-European, nonwhite peoples had an equal right to self-determination—not to be governed without their consent—as did the peoples of Europe, whom Wilson had largely in mind when he incorporated the principle enunciated by Lenin into his own wartime rhetoric. Unlike Wilson, Lenin did attribute the right to self-determination specifically to ethnically defined nations and used the term with the intention of asserting the right of immediate secession from imperial rule. But he, too, did not quite imagine that the implementation of self-determination would extend much beyond Europe for the time being. (MANELA, 2007, p. 62)

central de sua leitura, que estará posta na nossa proposta investigativa: a noção igualitária e emancipatória de rápida inflexão ao uso subversivo, fragmentário.

O paradoxo maior é o seu uso desagregador para obtenção da soberania, e quando tal, seu mesmo uso para mantê-la. Quando extrapolada, há o teor então de não apenas conservação, mas potencial extensão de fronteiras, sendo essa noção é tão antiga quanto a aplicação na Revolução Francesa, quando primeiro citada como o pertencimento das terras aos nacionais; serviu em aplicação para também anexar territórios (CASSESSE. 1998, p.12).

Na análise de *The Self-determination of Peoples: Community, Nation, and State in an Independent World* (DANSPECKGRUBER, 2002), há já o foco na noção de participatividade de grupos minoritários, os quais o autor insere não sobre o ângulo emancipatório, mas como de solução cabida aos regimes inclusivos articulados pelo governo, que promovam a integração efetiva dessas minorias nas práticas institucionais.

Note-se que a estratégia de Integração Participativa pode ser distinta de autonomias distributivas em sua ênfase de estratégias institucionais.

A incursão categórica de minorias como quase homônima de povo, é também analisada em Pavkovic (PAVKOVIC, 2003). Pela lógica inclusiva, a Autodeterminação não deveria, primordialmente, justificar atos disruptivos (extra-jurisdicionais), mas denotar ao governo a necessidade de recepção dessas demandas participativas cruciais à unidade política pátria. O autor argumenta que, se todo grupo minoritário requeresse sua autogestão soberana, não haveria Estado viável, mas uma multiplicidade fragmentária.

Não é resolvido o ponto, porém, de que grupos étnicos significativamente amplos poderiam, por exemplo, se não recepcionados pelo Estado, buscar meios sucessórios para sua plena expressão. Uma das brechas para esses contextos, seriam por exemplo, violações humanitárias para com esses grupos, preconizando um uso Reparatório (*remedial*), do Princípio. Problematicamos também a solução institucional viável para Estados extremamente plurais onde consenso de maioria seria exclusão minoritária.

Assim, por exemplo, é posta em reflexão o impacto de supressão ou coexistência de falantes de diversas línguas, da língua oficial, materna, da língua do ex-colonizador e

dos dialetos regionais na totalidade da existência social. O idioma¹⁰ é exemplo de um índice crucial, pois permeia todas as interfaces oficializadas de interação, como documentos e educação pública. A expressão destas comunidades, tangendo ímpetus administrativos ou participativos em diversos graus institucionais é também identificada pelos Culturalistas como uma dinâmica de Nação/Estado. Nação seria fenômeno de consciência, identificação recíproca de pertencimento e lealdade à comunidade, de matiz sociológico (DANSPECKGRUBER, 2002 p.161).

Destas pluralidades reunidas em arranjos institucionais, o autor remete o termo Estado Multinacional. Aí, as diversas comunidades serviriam como planificação das “fronteiras” das regiões distributivas de administração. Sobre as formações nacionais em seu arranjo global, e através de uma trajetória formativa das tendências aglutinadoras mais ou menos estáveis dos sistemas políticos mundiais, Watson (WATSON, 1992) traça em *The Evolution of International Society* diversos parâmetros de ordem estrutural: desde a constituição dos Estados como entes centralizados, até formatos macro-regionais hegemônicos, e ademais; equilíbrios de poder como o Concerto Europeu ou suseranias asiáticas. Esses parâmetros podem ser instrumentalizados na análise comparativa das dinâmicas políticas e agentes reivindicatórios. Um dos fenômenos cruciais dessa trajetória oscilante é a emergência dos sentimentos nacionais, embasados no vínculo identitário em detrimento de outras alternativas mais amplas. Assim o foi em dois paradigmas maiores: o dos nacionalismos originários europeus que conjugaram as comunidades linguísticas à centralização gradual das gestões políticas. Posteriormente, repercutiu além da Europa, no esfalecimento imperial pela descolonização que lhes garantiu, ainda que sobre perímetros questionáveis de sua heterogeneidade nacional e arbitrariedade de fronteira, um Estado soberano equânime a cada, ante as potências de outrora. De forma igualmente maleável, a ideia de nação e identidade cultural parece obedecer a um parâmetro de gradativas referências: das unidades isoladas até orientações amplas como integrações regionais. Em exposição sobre o Princípio de Autodeterminação, Bonavides (BONAVIDES, 1994) também retoma a noção de fortalecimento dos nacionalismos

10 Logo previamente à seção de Conclusão da dissertação, consta também um Adendo em maior detalhe sobre os Direitos Linguísticos e o aspecto idiomático como índice para identificação de Minorias Nacionais, através da dualidade classificatória de Idioma/Dialeto.

como consciência de povo para posteriormente exprimir-se no poder legítimo, então, do Estado. Fruto desses mecanismos são o horizonte justificativo das unificações e das revoluções liberais que visavam o ideal democrático ou republicano:

A doutrina política das nacionalidades(...)Esposava-se nessa doutrina o princípio de autodeterminação dos povos(...) O valor da nação na ordem interna antecedeu a proclamação de sua importância no domínio internacional. Serviu aliás de base doutrinária a todo o constitucionalismo liberal desde a Revolução Francesa. (BONAVIDES, 1994 p.105)

De seu uso político, cita-se a maleabilidade retórica do Princípio e sua força polarizante, contra ou a favor do equilíbrio geopolítico, defendendo a liberação de ordens prévias e a justificativa moral de novas dominações pela emanção de um dado interesse nacional:

Logo que se instalaram no poder elas invocaram o mesmo princípio de autodeterminação nacional, em defesa do novo *status quo*.(MORGENTHAU, 2003 p.190).

Retomando a questão das formações nacionais, Watson enfatiza a correlação existente entre a identidade cultural e as suas escolhas institucionais como um elemento coesivo do Estado: essa identidade deveria encontrar formas de exprimir-se institucionalmente. A dificuldade de alocar minorias nessas expressões, especialmente em pluralidades, seria dada, argumentamos, no modo de viabilizar um discurso coeso e mutuamente aceitável:

How far is a degree of cultural unity, or at least a dominant cultural matrix, necessary if the interests and pressures that bind political entities into a system are to find expression in the conscious rules and institutions of a society? (WATSON, 1992 p.22)

De acordo com Castellino (CASTELLINO, 2000), correntemente, as minorias não se enquadrariam ainda como agentes aptos ao Princípio de Autodeterminação, reservados às macroestruturas de povos, às custas das brechas de integridade e do

dissenso, embora casos de tal natureza transcorram. Para o autor, esse entendimento majoritário da atual norma internacional deveria ser revisado, sendo contrastado também pela referenciada passagem das minorias indígenas ante a Corte Suprema Canadense, posta por Pavkovic, onde explicita a flexibilidade desta categoria para os fins de utilização do Princípio. Ocorre uma inversão “qualitativa” em detrimento de nuances quantitativas/demográficas: exprimindo por povo, não os agregados numéricos, mas o *atributo* de capacidade coesa. Em último, isso levanta a discussão dessa titularidade como algo originário ou concedido por terceiros:

(...)there are indications that recognising minorities and indigenous populations as being within the definition of a people is gaining currency. In its 1998 decision on secession, the Canadian Supreme Court clearly indicated that the francophone minority in Canada constituted a people for the purposes of self-determination.(PAVKOVIC, 2003 p.11)

Pavkovic discute ainda a noção de integridade territorial superveniente em detrimento da Autodeterminação, contendo-a em favor da delimitação dos Estados já existentes. Em termos positivados, esse entendimento está presente na resolução 1514 da ONU, parágrafo sexto, onde:

(...)attempts "aimed at partial or total disruption of the national unity and the territorial integrity of a country is incompatible with the purposes and principles of the Charter" (ONU, 1960)

Também, de acordo com Pellet (PELLET, 1992), a imprevisibilidade dos efeitos emanados do princípio é levantada, conforme a Opinião emitida pela Comissão Arbitral sobre a Iugoslávia composta em 1991. Ali a preocupação lidava com as populações sérvias em territórios da Croácia e Bósnia-Herzegovina, e as alterações em regimes de fronteiras. As minorias étnicas estariam também posteriormente no centro dos eventos futuros separatistas de Kosovo, efetivados, e para efeitos de juízo atribuído às Declarações Unilaterais de Independência: legais. Conforme aquele parecer, reconheceu-se a amplitude consequencial do Princípio, que não seria plenamente remetida por sua positivação, relatando estar a região Iugoslava em processo dissolutivo:

(...) 'in its present state of development, international law does not make clear all the consequences which flow from this principle'. (PELLET, 1992. p.179)

Quanto ao aspecto das minorias como agentes, inclusive proativos e não meramente receptivos de proteção por parte do Estado, através do escopo de “povos”: vê-se que embora a Carta das Nações Unidas englobe-os no uso evocatório do Princípio, ela não os define. Porém, aqui começa já a ser traçado um nexo entre o fenômeno nacional e sua faceta contemporânea de agregados minoritários pela transmissão de direitos equiparáveis, em analogia. Nisto destrincha-se também o uso de “povo” em outros paradigmas, elemento que contribui para um foco na disparidade que se instaura na idealização de plena equivalência entre um todo nacional e seu espelhamento institucional, no Estado:

(...)the Court, without an express statement to that effect, appeared to link the rights of minorities to the rights of peoples. This shows that the notion of 'people' is no longer homogeneous and should not be seen as encompassing the whole population of any State. Instead of this, one must recognize that within one State, various ethnic, religious or linguistic communities might exist. (PELLET 1992, p.179, grifo meu).

Em uma eventual secessão, porém, consumir-se-ia a plena denotação de soberania adquirida, e seria consequência lógica derradeira da propriedade reivindicativa de autogoverno dos povos, mesmo que minoritários, dentro de um Estado já existente:

Secession is at present regarded as the ultimate assertion of sovereignty of a national group or groups over the territory which they inhabit. It is by virtue of its right to national self-determination that a national group usually claims sovereignty over that territory.(...) (PAVKOVIC,2003 p.7)

No contexto bipolar, embora o Princípio tenha sido articulado por diversos agentes intra Estado, domésticos, Pavkovic referencia que as potências procuraram conter mutuamente os ímpetos fragmentários em suas esferas de influência

internacional. São ainda datados desse contexto geopolítico os movimentos neutralistas, não alinhados e o fortalecimento discursivo do terceiro mundo, conforme o nexo temático das Conferências de Colombo, Bandung e Belgrado, de 1954 até 1975, todas visando destrinchar a autonomia estatal dos comprometimentos ideológicos:

“(...)the policy of containment of self-determination within the boundaries of existing states(...)was quite successful during the Cold War and the resulting bi-polar balance of power, since each super-power restrained the other from supporting claims to self-determination(...)”(PAVKOVIC, p. 4 2003)

A noção conceitual de militância política é também comentada, dialogando com a ênfase proposta no esforço de institucionalizar as representações, podendo tanger dinâmicas que vão de participação até reformulações constituintes, legalmente processuais ou de transição traumática. Nesse âmbito, além do dilema do controle efetivo sobre território, há a questão de como tais grupos representar-se-ão como agentes coletivos politicamente eficientes:

(...) the source of conflict does not lie in the striving for control over a territory but in the competition for political control over representation and leadership within groups. (PAVKOVIC, 2003 p.5)

Em síntese, o corpo teórico reconhece o potencial ambíguo do Princípio de Autodeterminação como agregador e disruptivo (CASSESSE, 1998). A imprevisibilidade de seus efeitos foi já levantada mesmo por Comissões Arbitrais (PELLET, 1992), especialmente quando de sua articulação por diversos sujeitos dentro do escopo qualificativo de povos (PAVKOVIC, 2003), cuja participação inclusiva nos regimes políticos (DANSPECKGRUBER, 2002) é uma alternativa menos traumática.

Seu legado histórico remonta a noção formativa de consciência nacional, com especial atenção às identidades distintivas e de pertencimento (WATSON, 1992). Nos valendo dessas considerações, traçamos então um procedimento de cunho comparativo

que localiza os sentidos da Autodeterminação (como atributo de mobilização política complexa) em uma dinâmica ampla de disputa de poder, desejosa de institucionalizar seus participantes na gestão efetiva, gerando consequentemente alterações sistêmicas.

Nesse precedente, percebe-se um eixo de aspecto comum que retoma a evocação do Princípio como associado aos fenômenos do Nacionalismo.

Muito da ambiguidade presente no Princípio adviria de sua fundamentação dual, para a nação e para o Estado, este ponto corrobora de nossa distinção das dinâmicas representativas “participativas” internas, que seriam um desenvolvimento tardio, e as formações nacionais amplas, de autonomia externa como fenômeno histórico mais antigo. Um desdobramento recente, da década de 60, recuperaria o teor e os dilemas das minorias, nacionais, como dotadas de respaldo internacional que lhes acresce estatuto de sujeito.

O eixo basilar do que viemos denominando pelo discurso do ideal nacionalista até chegar em um item programático reconhecido pela doutrina, adviria como consequência lógica do Nacionalismo se tornar, por via dos Estados, um elemento de legitimação da ordem internacional. Nisto vem igualmente derivar a Autodeterminação como fruto da obra dos Estados, enquanto *apropriação*, queira-se, instrumental, especificamente.

Isso no entanto, não diminui a indagação do porquê arriscar uso deste recurso a terceiros, isso é, não apenas como atributo de soberania para os Estados constituídos, mas eminentemente, desde o período colonial, aos Estados em vias de independência.

De forma ilustrativa, os enquadramentos consensuais sobre a jurisprudência do Princípio, talvez em muito resultem de eventos de excentricidade em que Estados digerem-se ampla e consensualmente às Nações, ao passo que, a regra adviria de Estados dirigindo-se consensualmente a Estados. Toda controvérsia premedita nações dirigindo-se aos Estados, que não as recebem como interlocutores possíveis, em termos plenamente legítimos. Isso é: uma espécie de incompatibilidade locucional de sujeitos de direitos. O uso final que visamos elucidar nesta pesquisa, é o que advém de revitalização das implicações nacionalistas, e por esse efeito, da vocalização permitida na Autodeterminação a “povos” agora eminentemente minoritários. O “alheio” passa pois, ao próprio seio do Estado, nas minorias ditas nacionais. Esse fenômeno reforça o

novo paradigma que já estava há muito presente na tríade, povos, nações e minorias: mas o terceiro item, basilar das crises de contestação de integridade, isso é, de uma mecânica de emancipação interna, adquire relevância especialmente visto os incrementos na legitimação representativa do arcabouço liberal para essas mesmas minorias. Os direitos representativos conjuminam uma interface que coloca o arranjo institucional ao ponto de um ineditismo soberano, isso é, uma equivalência possível da autonomia representativa *para com* soberania adquirida.

Quando isso de fato ocorre, há prevalência do nacionalismo em detrimento do institucionalismo do Estado. Tanto que, a solução das crises de integridade que visam um argumento embasado nas estratégias de autonomia, tem em algum ponto que elucidar a diferença entre autonomia e soberania. Isso é, a superveniência das instituições já existentes, em último. Visa-se reconhecer as dinâmicas nacionalistas como base da Autodeterminação, colocando o choque jurisprudencial sobre a ambiguidade aplicativa deste Princípio como advinda de ser um objeto referente às nações, enquanto temática difusa, mas gerido pelos Estados, enquanto termo positivado.

Nisto, ambiguidades naturalmente resultariam de um item mais positivado que referisse sobre objetos consuetudinários, e mesmo culturais, que não os legalmente atuantes nos processos regulamentados pelo direito internacional. Cassesse, por sua vez, enquadra sua análise nos aspectos mais positivos da Autodeterminação, isso é, visa elucidar que a considerem objeto *de e para*, os Estados.

Seguimos a uma distinção mais precisa entre as diversas fases discursivas e históricas da Autodeterminação, em cronologia.

I.1 Ideal Político Nacionalista e Doutrina de Nacionalidades: A nação como originária.

Sobre a emergência dos nacionalismos pós tentativa hegemônica dos Habsburgos, no sistema Westfaliano, há um processo gradual de consolidação dinástica autônoma frente a comunidade hegemônica católica. Distinções substantivas entre as populações regionais durante os processos formativos são elucidadas como provenientes de

coincidências entre o estrato administrativo e o étnico ou seu teor de disparidade fragmentária, como então presentes na região alemã e italiana:

The new state nationalities normally—with historical exceptions like the Catalans, the Huguenots and the Gaelic-speaking Irish—crystallized out round a dynasty and in the territories over which that dynasty was sovereign. But a state did not have to be monarchical, and certainly its population did not have to be loyal to an unacceptable individual ruler, for a sense of nationhood to strengthen.(...) The contrast between the substantial nations which were forming in the west, where the administrative and ethnic units broadly coincided, and the fragments into which Germany and Italy were divided, accentuated the long-standing difference between western and central Europe. This difference grew greater in the seventeenth century.(WATSON, 1992 p.193)

A noção de soberania era aqui associada ao âmbito do *stato*, e a razão administrativa, no sentido de reter força própria acrescida pela escolha da estrutura não hegemônica, contrária a polaridade do poder eclesiástico central. O sentido do nacionalismo como comunidade étnico cultural e linguística ao redor desta emanção de poder local, viria a ser conciliado posteriormente em uma única articulação por ritmos distintos ao longo da Europa.

A segunda onda de formação nacionalista, pós napoleônica, igualmente na distensão de um novo esforço anti hegemônico, seria em seguida cristalizada pelas unificações da Europa central. No século XIX estariam já presentes mobilizações intra dinásticas de minorias linguísticas (ANDERSON, 1983 p.42). Este autor traça o nacionalismo como emergente de grandes sistemas culturais que detinham suficiente unidade: a comunidade religiosa e a dinastia (ANDERSON, 1983 p.12), repercutindo em um senso de pertencimento abstrato que é referido como comunidade imaginária. O pensamento nacional “cultural”, prevaleceria posteriormente aos entremeios do raciocínio secular iluminado e universalista, que tinha em média comum todas as comunidades humanas, de gestão política. Posteriormente, mais evidência foi sobreposta à legitimidade popular dos atributos comuns (típicos) da população: índices

organizacionais reforçados pela definitiva erosão da orientação metafísica e religiosa frente aos atributos seculares embebidos de tradição.

No âmbito da unidade política, a noção de autonomia viria da opção não hegemônica rumando à forma do Estado Nacional. Foi instrumental ainda a possibilidade de uma facilitação comunicativa empática de idiomas que se fez abaixo do Latim, mas em nível intermediário das incontáveis pluralidades dialetais vernaculares:

Print languages laid the basis for national consciousness in three distinct ways. First and foremost they created unified fields of exchange and communication bellow latin and above spoken vernaculars. Speakers(...) became capable of comprehending one another in conversation, became capable of comprehending themselves of comprehending one another via print and paper. In the process they gradually became aware of the hundreds of thousands even millions of people in their particular language field and at the same time that only those(...)belonged. These fellow readers(...)formed in their secular particular, visible invisibility the embryo of the nationally imagined community. (ANDERSON, 1983 p.44).

Porém;

(...)The concrete formation of contemporary nation-states is by no means isomorphic with the determinate reach of particular print languages. (ANDERSON, 1983 p.46).

No século XVIII e XIX, o esforço da filologia comparada, da emergência das universidades e do mapeamento genealógico dos idiomas e seu legado em tomos gramáticos oficiais inauguraram uma era de ouro que correlaciona-se diretamente com o enaltecimento paralelo dos nacionalismos. Se no século XVII tais eventos se relacionam mais diretamente para com o idioma de Estado, no século XIX há o interesse vernacular na retomada das narrativas populares, folclóricas e na tipicidade cultural da oratória. (WATSON, 1992 p. 74) como características românticas. Na conformação secular em associação a essa interface nacional, houve a cristalização da participação política das camadas médias em uma burocracia cada vez menos dinástica, desde o século XVIII e XIX. Nesse sentido, é crucial a noção da opção do Estado soberano, como uma articulação política que destrincha *nova unidade* coesa do Institucional e do Cultural.

Em termos de paradigma, esse nacionalismo “originário” condiz com a alternativa de autonomia local frente aos arranjos hegemônicos amplos. Como prática do vínculo de lealdade que substituiu a figura absoluta e dinástica do monarca gradualmente para a noção de soberania popular: houve o esposamento para com o ideário da comunidade nacional, neste sentido, apegada a um esforço de conjugação “integrativa” que se valesse de uma identidade comum. Neste sentido, a Doutrina das Nacionalidades na delimitação dos corpos políticos específicos, priorizava algum grau de homogeneidade coesiva nestas comunidades, em detrimento da lógica anterior de grandes hegemonias imperiais de laço religioso, onde conjugavam-se pluralidades étnico linguísticas.

I.2 O Paradigma Wilsoniano como inspiração normativa e programática inicial:

Equidade e não dominação *entre* Nações.

The campaigns for self-determination and equality in the international arena each had roots in internal developments within each society. But they were also intricately enmeshed in the international context of the Wilsonian moment, as the demands that nationalist leaders made on the international forum assembling in Paris channelled a mix of grievances and frustrations into anti-colonial uprisings in the cause of self-determination. The campaigns to lodge these demands, and the failure of the great powers to meet or even address them, helped convert the expectations for a new era in international affairs into demonstrations in the streets of Cairo, Delhi, Beijing, Seoul, and elsewhere, and endow those demonstrations with coherent meanings and purposes. The anti-colonial revolts of 1919 owed at least as much to the peace as they did to the war.(MANELA, 2003 p.12, grifo meu).

Em nosso esforço para distinguir o escopo da aplicabilidade efetiva da Autodeterminação em relação a integridade do Estado, nenhum outro período favorece a conjunção de elementos que lhes propiciaram coerência ao uso do termo, e uma amenização dos riscos de integridade, como na campanha internacionalista de Wilson ao fim da Primeira Guerra Mundial. Aqui, vê-se um primeiro grande discurso da amplitude inicial da Autodeterminação, que se desfaz da fala de mero nacionalismo e se reveste de

atributos de *Equidade* coincidentes ao esforço de renovação dos valores da ordem internacional. Isso foi possível por múltiplos fatores; não apenas a apropriação discursiva da Autodeterminação (ainda não um Princípio, mas um item de ideário mais abstrato então tomado para repertório argumental dos Quatorze Pontos) e as conjunturas sistêmicas da época. Nesse âmbito, o esforço de descolonização se valeria da perspectiva da equidade para manter postura de nivelamento formal entre as soberanias, e o item subjetivo de Povos, depois tão nitidamente presente ao Princípio, seria mais homônimo das diversas nações, desta vez embasadas no sentido de colônias e potências coloniais.

Para todos os efeitos, argumentamos que o apelo da Autodeterminação, era a possibilidade de articular uma referência comum que permitisse repercussão tanto às nações já em vias de maior independência (ou então recentemente adquiridas), quanto às populações de titularidade *apenas* colonial. Esse abarcamento geral, dispõe uma homogeneização de paradigmas, que a partir daí, propiciaria base para o sentido de igualdade entre Estados (recentes ou não), efetivado propriamente na descolonização e no esfalecimento da lógica imperial. Já em um ambiente pós-colonial cujas relações de tutela ou dominação não fossem de um contraste tão explícito, essa distinção entre povos e nações novamente se revestiria de ambiguidades, como ocorre em termos contemporâneos. No contexto wilsoniano, tem-se então uma síntese mais concisa entre o parâmetro da equidade formal entre as soberanias e uma prerrogativa advinda desta para a liberação prescritiva dos povos coloniais. Note-se que a prescrição aqui volta-se em termos nítidos para com a interface internacional, isso é; o contraste colonial de potências e colônias já em si enfoca a vertente internacionalista do Princípio. Ainda não incide maiores problemáticas sobre as brechas de integridade, uma vez que a priori, os territórios emancipados já se viam nitidamente delimitados como posses ou eram dotados de uma herança colonial ao menos razoavelmente unificada.

Crucial é, porém, notar a ênfase na equidade formal entre as soberanias, aptas a se auto gerirem, e rogar por essa possibilidade, fato cabível especialmente sobre as colônias de competências políticas próprias então limitadas.

A violação da integridade, pelo próprio contexto de uso em que aqui se deu, não emergiria como ponto de preocupação central. Os grandes atributos caracterizadores de

uma clivagem internacional bastante binária, enfocariam outros parâmetros nas nações já bem delimitadas em totalidades observáveis na arena internacional (ainda não tão atentas as nações minoritárias, domésticas), em potências ou territórios coloniais. Note-se que *povos*, muito provavelmente equivalem aqui, a um item lexical que favorece uma amplificação dos componentes étnicos das nações. Isso é: “povos” não apenas no sentido das nações europeias, um reforço ao desvio do eurocentrismo das apenas nações-potência mas na perspectiva de que aqueles de quaisquer continentes, também assim pudessem responder como sujeitos dotados dos mesmos direitos políticos. As nações europeias seriam não o conjunto único, mas seriam metonímicas de *povos*.

A inserção de povos como elemento discursivo parece de tal forma, matizar um esforço primeiro de distinção, tido o paradigma ainda restrito (e intrínseco ao discurso da potência colonial), e então de *expansão*, elucidando não apenas às nações europeias, mas todas as demais. No discurso de Wilson de formalização da equidade entre soberanias, a Autodeterminação naturalmente visava compor um argumento associado que reforçasse a prescrição formal para obtenção real dessa equidade, isso é, enfocasse não sua cláusula nominal em um estado de coisas, mas o processual, a ação, que lhe permitisse obtê-la. A Autodeterminação é inserida então, como um argumento *procedural*, controlado e gradual, para os fins da equidade wilsoniana:

The new international society must be constituted on the basis of “an equality of rights” that would “neither recognize nor imply a difference between big nations and small, between those who are powerful and those that are weak.” Equality of rights, however, would not mean equality of circumstances, since “equality of territory or of resources there of course cannot be,” nor would there be enforced equality “not gained in the ordinary peaceful and legitimate development of the peoples themselves.”(MANELA, 2007 p.42)

O próprio Wilson inseriu em seu discurso o termo Autodeterminação apenas posteriormente, mas suas implicações estavam postas desde o início no exercício procedural para obtenção dessa equidade. O problema se inicia, se tomamos as nações não como dadas, isso é: quando refletirmos sobre o critério de distinção entre as nações

aptas a se autodeterminarem e todos os demais sujeitos relacionais de povos. O ponto crucial se coloca na subjetivação oracional da ação. Essa perceptível desambiguação entre povos, nações e minorias estará posterior ao cerne do problema das mobilizações que, para a obtenção de sua autonomia, violam um outro perímetro de interface, então ao âmbito doméstico. Isso é, se aqui a obtenção da autonomia implicava na brecha dos regimes de tutela colonial e sua dominação, no futuro, com o enaltecer da visibilidade do contexto intra estatal, esse regime a ser quebrado implicaria na circunscrição do próprio Estado.

Conforme dissemos previamente, pelo fato do discurso de Wilson ser direcionado já de pronto ao ambiente de uma nova ordem internacional que culminará não apenas com os estatutos equitativos da Liga das Nações, mas também com as revoluções nacionalistas em 1919 de povos coloniais ansiosos em adquirirem seus status de plenas sobernais, a ênfase *intraestatal* não se deu com tanta força, já que os povos se reuniam em um atributo consensual mínimo de serem colônias. A fração inda subsequente em suas diversas castas ou minorias não favoreceria, mas *enfraqueceria* sua voz unificada para obter a emancipação colonial. Se no início do século XX o paradigma colonial era o prisma privilegiado, na contemporaneidade do século XX e XXI os nacionalismos se revestirão não mais das causas propriamente coloniais, mas de um enaltecimento das *minorias* nacionais e suas dinâmicas de representação, ao seio dos Estados, até então, tidos como constituídos. É o surgimento de um novo *paradigma*, um novo contexto para a identificação subjetiva de povos. Note-se que as populações coloniais em suas revoltas nacionalistas já prontamente se voltavam para o cenário internacional, não como ocorre agora em um atrito representativo para com o Estado:

The adoption of the language of self-determination by colonial nationalists, as well as by anti-imperialists in the metropole, weakened these underlying supports of the imperial edifice. It rendered the relationship between imperial powers and subject peoples, as Henri Grimal noted, “markedly different from the idea of timeless domination which had characterized the previous period” and presented a major challenge to the legitimacy and permanence of the imperial order in the international arena.(...). But in an age of advancing popular democracy they could offer no substitute, either domestically or internationally, to the principle of self determination “as an

ordering principle for international society.” Rather than bolster or expand the imperial order, the events of 1919 in fact laid the groundwork for its demise.(MANELA, 2007 p.30, grifo meu).

O movimento de identificação subjetivo de povos, como qualquer item linguístico em termos de inserção no discurso, é de significado variável conforme seu paradigma, o uso enfático do discurso: aqui internacional ou doméstico. Ambos não ocorrem separadamente, mas a direção privilegiada se volta a um destes, onde se dá o teatro principal de uma dada disputa. A inflexão internacional prioritária do Princípio de Autodeterminação responde então, no sentido associado a equidade, não necessariamente às prerrogativas da formação do Estado Nacional, mas essencialmente de que não deveria haver dominação *entre* nações. Sem dominações imperialistas, estariam então livres para suas escolhas soberanas. Note-se que aqui é tomado uma referência sem preocupações atributivas ao como a nação *vem a ser*, mas sim que *é*, e pode se ver subjugada sobre sistemas hegemônicos, coloniais ou imperiais. Essa dominação *externa*, limita sua Autodeterminação. Posteriormente, reflexões advindas do nacionalismo minoritário, repercutirão o problema de “dominações” internas. Conforme referido, é uma oscilação paradigmática. Há um salto referencial, ou melhor, uma introspecção, que enfatiza não apenas a nação dada, mas sua articulação formativa. O teor europeísta estava ainda presente e embora fosse precisamente contestado pelas emancipações coloniais, esteve associado ao risco do Princípio de elucidar conflitos sob o parâmetro doméstico:

Wilson’s own secretary of state, Robert Lansing, wrote later that the principle of self-determination clearly did not apply to “races, peoples, or communities whose state of barbarism or ignorance deprive them of the capacity to choose intelligently their political affiliations.” Lansing was convinced of the “danger of putting such ideas into the minds of certain races,” which was bound to “create trouble in many lands” and to “breed discontent, disorder and rebellion.” Wilson himself in his wartime utterances did not explicitly exclude non-European peoples from the right to be governed by consent. (MANELA, 2007 p 43)

Embora Wilson premeditasse algo global com seus Quatorze Pontos, a historiografia recupera que sua atitude direta para com o mundo colonial e não europeu foi mais cautelosa. A mobilização dos povos coloniais emancipados, advém então, de uma reflexão sistêmica já mais ampla e mesmo muito posterior a Grande Guerra, onde esses termos foram internalizados e estenderam-se as suas consequências naturais, além do mero discurso pessoal de Wilson. O paradigma que chamamos sobre essa ênfase *Equitativa*, é o resultante sistêmico de ambos e já encapsula a cristalização dos pressupostos de equidade formal associados às mobiliações de Descolonização (recurso para sua efetividade) fora também da Europa. Note-se que para todos os efeitos, a autonomia referente a descolonização equivale a atributividade de soberania. No discurso original de Wilson a Autodeterminação aparece como um entremeio processual entre duas de suas diretrizes maiores: a equidade não hegemônica de dominação, e o *government by consent* de índole liberal democrática. O procedimento efetivo do como a Autodeterminação seria adquirida e os problemas disruptivos daí advindos *não* foi alvo de considerações mais objetivas do próprio Wilson: a história muito provavelmente extrapolou suas previsões programáticas. A notação procedural, “de reforma liberal” e valores adjuntos em detrimento de uma prescrição eminente de emancipação, é um dos atributos desta perspectiva:

Wilson (...) envisioned an international order that would transcend traditional imperialism and in which “the human, political, and territorial rights of underdeveloped peoples would be respected,” and in which their self-determination would obtain through a “careful and orderly” process of liberal reform. “Unlike Lenin, Wilson was not prepared in the immediate postwar period to challenge the entire imperialist system with a call for the instantaneous and universal establishment of self-determination for all colonial peoples.” Non-European populations would eventually practice self-determination, but they would get there through gradual reforms and international institutional and legal processes, not violent revolutions.(MANELA, 2007 p.44).

Há presença de considerações de cunho discriminatório no pensamento da época, na referência de povos não europeus como inaptos a pronta gestão, e para tanto, cuja

Autodeterminação seria um esforço lento de cultura e competência adquirida para plenas capacidades institucionais do consenso dos governados. Isso acaba por *favorecer* a inicial inserção do termo como uma espécie de protótipo normativo; isso é, uma vez que a consciência da época ainda operava sobre um parâmetro de civilização embasada nas sociedades ocidentais, o termo não parecia em si problemático, sequer contestava de uma única vez a ordem imperial. Na própria voz de Wilson, as nações civilizadas seriam equânimes em termos de capacidade de autogestão, e seria uma garantia de todos os povos. Porém, povos de menor desenvolvimento relativo, não europeus e subtipos coloniais a adquiriram de fato, mas não sem um longo processo gradual onde reunissem as competências institucionais para sua própria governança.

Isso operou como um amortecedor para o discurso Wilsoniano, depois bastante ocupado com a liberalização democrática, e tornou ingênua a própria introdução do termo Autodeterminação. Wilson não previa em seu discurso uma voz de contestação puramente disruptiva, mas uma gradualidade de questionamento da ordem imperial (operando por dentro nas diretrizes democráticas, e por fora no *covenant* internacional de equidade), especialmente por fins pacíficos cuja estrutura de dominação seria sim superada, mas gradualmente. A Autodeterminação não preconizaria revoltas armadas e violentas, pois as civilizações europeias ainda manteriam as prerrogativas advindas de seu próprio desenvolvimento cultural para gerir as novas independências e os regimes de tutela de seus domínios. Isso porém, era a previsão do discurso, e mobilizações inflamadas, bem como a onda de descolonização nacionalistas com efeitos mais imediatos de fato ocorreram.

Desde esse início, a introdução do discurso da Autodeterminação não contou com a plena visibilidade de todas as suas consequências disruptivas potenciais.

Contemporaneamente, onde emerge o paradigma das minorias étnico-nacionais no contexto multilateral, a distinção não apenas de colônias e potências, mas de povos civilizados e não civilizados, também desaparece. A amplitude de obtenção da Autodeterminação sem o amortecedor do “acultramento preparatório” e de sua gradualidade, pôde plenamente emergir:

Both supporters and opponents of imperialism invoked it, with the former using it to justify colonial rule while the latter argued that backward, racially different populations could not be “developed” and should therefore be left alone. For Wilson, the lack of fitness of many nonwhite populations for self-government reflected their lower levels of development and could therefore be remedied by time and training. But the process, he usually stressed, would take many years. U.S. colonial rule would eventually allow such underdeveloped populations to exercise self-government.(MANELA, 2007 p.49).

Conforme enfatizamos, sobre as consequências de um contexto sistêmico que modulasse as diversas acepções de uso do Princípio, a introdução inicial no protótipo normativo e programático por Wilson já se deu com a obscuridade espontânea de toda amplitude presente no antigo Ideal nacionalista. Logo, se não houvessem as considerações ideológicas basilares do raciocínio eurocêntrico em admitir um lapso temporal de aculturação e a gradualidade do esfalecimento imperial, é provável que a introdução do Princípio no discurso oficializado tivesse sido de toda impossível pela total obviedade de suas consequências disruptivas, e seu legado posterior, apagado.

Essas consequências, de uma forma ou de outra, ocorreram, mas, se hoje foram restringidas pela prerrogativa de integridade, no começo do século XX foram amenizadas pela tutela e concessão gradual de autonomias, embasada na maturação institucional dos povos coloniais. De certa forma, foi essa própria sublimação para com o juízo sobre as competências inatas dos povos não europeus, que permitiu a aceitação tácita inicial das potências da introdução de um item discursivo que carrega em seu âmago as maiores legitimações de mobilização contra os tais.

Wilson's position on the colonial question in the Fourteen Points was still hedged and equivocal, but his rhetoric soon grew bolder.(...) It was in this speech that he first publicly uttered the phrase “self-determination.” In the coming settlement, he intoned, “national aspirations must be respected,” and people may be “dominated and governed only by their own consent.” Self-determination was not “a mere phrase” but rather “an imperative principle of action, which statesmen will henceforth ignore at their peril,” and “every territorial settlement involved in this war must be made in the interest and for the benefit of the populations concerned.” (...) Only “well-defined national

aspirations” would receive consideration and only to the extent that they would not create or perpetuate “elements of *discord*.”(MANELA, 2007 p.60, grifo meu)

Na frase em que Wilson enfim objetivamente menciona o Princípio, dois itens já premeditam a perspectiva de um efeito disruptivo de risco embutido na evocação que, embora amenizado pelas prerrogativas que enuncia, como a não fomentação da discórdia (não se especifica onde a discórdia é fomentada, se entre Estados ou entre a população, logo *no* Estado), deixam ainda pouco claros os mecanismos para sua efetiva realização. O que parece aqui implícito é que todo projeto nacional é já posterior a um consenso totalizante, omitindo a possibilidade desse projeto nacional emergir de uma *dificuldade* consensual fragmentária. Note-se que é já nitidamente colocado aqui o paradigma nacionalista ao qual nos referimos na expressão de um sentimento nacional, aqui diretamente correlato a noção de projeto nacional (implicando esforço político de concretização), que deveria ser claramente definido. Ora, a noção de “claramente definido” implica em uma coesão, e já em si coloca, além do âmbito de uma diretriz política, a noção clara de uma *identidade*.

É possível abstrair também, um eixo entre a fala de Wilson articulando oracionalmente o sujeito de nações em detrimento de Povos, como se cristalizaria posteriormente no âmbito contemporâneo, essa escolha lexical não é arbitrária e revela a modulação contextual de cada discurso, dadas suas prioridades de sentido. Ainda, a unidade de um sentimento nacional bem definido recai aqui sobre a unidade dos diversos territórios coloniais que, em referência às falas anteriores, discorrem de um consenso de governabilidade mínima.

No entanto, o significado das aspirações nacionais bem definidas, no âmbito pós colonial novamente retorna ao pleno espectro do nacionalismo: o ponto em que a consumação de uma aspiração nacional requer o esforço emancipatório. Para todos os efeitos, o conflito fragmentário (que é precisamente o cerne do problema da contestação da integridade), não é mencionado como solução, apenas como *advertência*. Veja que simultaneamente a Wilson, o uso feito por Lenin do Princípio de Autodeterminação para fins de superação do imperialismo é já admissível do radical e da prescrição emancipatória em detrimento do procedural, especificamente por via das revoluções

individuais de cada território, tendo-se já, o recurso à mobilização plena das populações subjogadas. Assim, a interpretação de Lenin¹¹ se coloca mais sob o referencial inicial do estado de *subjugação*, e a dominação imperialista do que ao escopo amplo de Wilson nos termos de uma aspiração nacional onde e qualquer por vias democráticas.

A trajetória semântica que inusitadamente associa a Autodeterminação a equidade, e assim insere o ideal nacionalista enfim no arcabouço do discurso liberal, é a de que equidade predispõe pluralidade, pluralidade implica em diversidade, e diversidade prevê atributos distintivos entre agentes autônomos. É para tanto uma diretriz de não-assimilação coercitiva e um recurso formal anti-hegemônico. Note-se que a secessão *não* é assimilação (seria o diametralmente oposto da dominação), mas é porém a superação de uma prévia coexistência.

Durante as Conferências de Paris do pós guerra, houve grande entusiasmo pela demanda de representações territoriais que buscavam autonomia, a figura de Wilson adquiria o reclame popular de uma espécie de idealizador messiânico, que jamais poderia consumir todos esses pedidos. A despeito disso, diversas destas regiões tiveram seus acentos oficiais concedidos nas assembleias:

Most of all, however, there were dozens of representatives of oppressed nations who, either in person or by petition, demanded recognition of their right to self-determination. A few of them, like the Poles, Serbs, and Czechoslovaks, had their delegates officially admitted to the conference. (...) Most claimants for self-determination, however, never received an official hearing from the conference. Some were European: Albanians, Croatians, Estonians, Ukrainians, and others. Catalan nationalists petitioned Wilson for freedom from Spanish rule, and Sinn Fein leaders demanded independence for Ireland, quoting long excerpts from President Wilson's speeches in support of their demand...(MANELA, 2007 p.59)

11 Assim:

For Lenin, the principle of national self-determination, which he defined as the right of peoples to secede from oppressive regimes, was an important tool for undermining the capitalist-imperialist world order and, more specifically, for destabilizing the old regime in Russia and gaining the support of non-Russian minorities for the revolution. As early as March 1917, Lenin declared publicly that when the Bolsheviks took power in Russia, their peace plan would include "the liberation of all colonies; the liberation of all dependent, oppressed, and non-sovereign peoples."(MANELA, 2007 p.56)

O cerimonial dessas reuniões em plenário contrastava porém com o real poder decisório das coalizões cada vez mais restritas das grandes potências aliadas, onde transcorriam as verdadeiras negociações. Por fim, houve a final alteração de Wilson para com seu rascunho da carta constitutiva, que limitou o prospecto da Autodeterminação, firmando enfim em maior ênfase a noção de integridade dos regimes territoriais. Boa parte da noção de regimes transicionais até plena independência foi enunciada nos termos dos mandatos de proteção ou territórios de tutela que estariam, de forma ou outra, presentes até muito futuramente na gestão das Nações Unidas. É de grande interesse notar a presença discursiva da Autodeterminação no discurso *pessoal* de Wilson, seu apelo popular, e sua final minimização no texto positivado, o que não amenizou, porém, sua presença para com os sujeitos demandantes:

The final text consecrated the rights of existing states to “territorial integrity” and “political independence,” but it offered little recourse for ethnic minorities or colonial populations that demanded self-government. When Wilson emerged on February 14 to present the text of the League of Nations covenant to the awaiting world press, the term “self-determination” was no longer there. The provisions that he outlined, however, were not entirely without promise for colonial nationalists. The long article in the covenant on the “mandate principle” for the governance of colonial possessions of the defeated powers did appear to envision their eventual independence, at least in some cases.(MANELA, 2007 p.61, grifo meu).

As consequências sistêmicas da introdução do Princípio trespassam (e aqui já se explicita seu diálogo com o Ideal Político), o que Manela intitula, *Internacionalização do Nacionalismo*. O diálogo entre o princípio normativo nacional e a Autodeterminação dos Povos é o eixo associativo que irrompe o mero parâmetro da equidade entre soberanias, para recuperar a noção plenamente *emancipatória*: aqui ainda no âmbito da primeira grande onda de descolonização imperial do pós guerra em 1919. Conforme comentado, a noção de equidade esteve associada eminentemente a não hierarquização de civilizações, em um contraste eurocêntrico. De forma mais importante, a onda de independências se deu, novamente enfatizamos, em territórios *bem delimitados* como

possessões coloniais, e não ainda no paradigma intraestatal. Muitos desses territórios, como a Índia, posteriores à descolonização que lhes reunia como um único ente agora emancipado, demorariam a construir uma imagem endógena coesa de “Índia”, sendo esse o caso de muitos desses territórios cujo esforços de *nation building* ativo deveria trespassar novamente, após o esforço conjunto de emancipação, todas as diversas castas étnicas ou grupos societários ao âmbito ainda sub-nacional. Por essa lógica, a autonomia preconizada pela Autodeterminação no processo de descolonizarem-se, condiz com uma “importação” do modelo político do Estado-Nacional. Os idealizadores da emancipação deveriam, ao risco de sua integridade, implementar esforços da construção de uma sociedade civil conjugada a uma identidade englobando cada um destes grupos:

The principle of nationalism, which rejected the legitimacy of empire and took the selfdetermining nation-state as the sole legitimate entity in international relations thus became a central component of the new international order that anticolonial activists saw emerging. Second, taking the right of self-determination as now an established principle of international relations, colonial nationalists moved to leverage Wilson’s rhetoric, his perceived power in the international arena, and the opportunities for international action presented by the peace conference to launch international campaigns for the recognition of their own right to national independence and sovereignty.(MANELA, 2007 p.62, grifo meu).

A noção minoritária no território Europeu existia de forma incipiente no contexto da Liga das Nações, e houve alguma relutância em termos de atribuir-lhes direitos.

Havia porém, uma ótica distinta, isso é: as minorias eram majoritariamente populações étnico-linguísticas remetentes a um outro Estado central, podiam deter, então, uma nuance de repatriação. Assim, tratavam-se por exemplo, de Alemães em território Austríaco, ou Franceses em território Italiano. Não é a mesma matriz que explicita-se mais a frente, nos termos contemporâneos, das “Nações sem Estado”, conforme vamos explicitado nos termos de Guibernau. Assim, a concessão de direitos a essas minorias talvez pudesse se assimilar a uma idia de extraterritorialidade.

A seguir, discorreremos sobre a presença da Autodeterminação no Sistema da ONU, que remete a uma elaboração mais concreta do legado equitativo deixado pelos tempos de Wilson.

1.3 O Regime das Convenções nas Nações Unidas: uma codificação mais objetiva.

A Carta da Organização das Nações Unidas, já insere *objetivamente* menção a Autodeterminação como princípio geral listado (e em muito o legado agora codificado, do discurso de Wilson), delimitando-a como capacidade de gestão própria dos Estados sem interferência externa e a disposição de populações para suas próprias escolhas políticas culturais e econômicas. Está configurada no Preâmbulo, e propriamente no Capítulo 1 e Artigo primeiro: onde coexistem os elementos de equidade e igualdade normativa, associados ao legado Wilsoniano, e a regência de relações amistosas norteadas em igual medida pelo Princípio de Autodeterminação. No sentido de administração indireta, bem como territórios sob tutela, agora caso escasso, a disposição é a de que os fins de governo próprio sejam perseguidas por todos os meios institucionais cabíveis, especialmente pelas proposições do Artigo 73. O sentido inicial, e a disposição sobre “povos” encontra-se tanto nos termos gerais do preâmbulo, quanto nos Artigos 1, parágrafo 2 e Artigo 55. Novamente, elucida-se o dilema doutrinário da congruência entre Povos e Estado, que viemos analisando propriamente pela expectativa de intersecção entre *Nação* e Estado: daí o elo com o fenômeno de fundo nacionalista. O desenvolvimento normativo sobre a proteção de minorias étnico-culturais é posterior, e fica mais disposto especialmente em Declarações da Assembleia Geral. A Declaração da Assembleia Geral 47/135, de 1992, lista de forma titular: *Minorias Nacionais*. Estas declarações recebem um embasamento estrutural em outras Cartas, como na Declaração Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, cujo Artigo 27 refere-se a esses mesmos agregados linguísticos, religiosos e, importantemente, *nacionais*.

A grande diferença entre a Autodeterminação como elemento programático amplo e essas declarações mais especializadas é, ao exemplo do Artigo 1 da referida declaração, não o protagonismo da nação no destino político, mas na proteção desta que

cabe ao Estado. Assim, há o recurso de serem recepcionados os direitos de fato titulares, nisto ainda sob responsabilidade não ativa de defesa, mas *passiva* por se remeterem a uma proteção pública. Notadamente, há menção clara sobre a controvérsia territorial, que a luz desse protagonismo de Estado, reitera a responsabilidade de gestão sobre *seus* próprios territórios e os grupos titulares destes direitos, que ali se encontram.

De forma objetiva, enquanto priorizam os direitos destas minorias, o arranjo do Artigo, pela responsabilidade atribuída aos Estados, reverte à prerrogativa da Integridade por duplamente reforçar a jurisdição territorial dos Estados já existentes, amenizando maiores controvérsias *formais*. Nesse sentido, a defesa minoritária não atrita com a soberania corrente. Conforme veremos, na medida em que inserimos argumentos doutrinários do nacionalismo, em especial para com as minorias nacionais, esse tipo de proteção pelo Estado, constrangerá as ambições tanto da identidade nacional do Estado existente, quanto as ambições políticas das minorias nacionais:

Art1. *States shall protect the existence and the national or ethnic, cultural, religious and linguistic identity of minorities within their respective territories.*(Assembleia Geral das Nações Unidas, p.1, 1966, grifo meu).

Note-se que, a inserção de minorias nacionais neste debate é um desenvolvimento posterior à enunciação de agentes e titulares, como outrora eram apenas povos ou territórios coloniais protagonizando o contexto Wilsoniano e o pós segunda guerra. Isto, viemos sugerindo, indica uma mudança paradigmática ao menos ideacional de cunho *introspectivo* (voltado para dentro do Estado-Nação externamente observável como unidade, mas internamente plural), dos sujeitos nacionais. Notadamente, qual a extensão das práticas que devem ser garantidas pelo Estado, para com essas minorias? Em termos mais amplos, qual a adjacência entre minorias nacionais e nações? Na defesa secessionista, são *sinônimas*. Na defesa participativa, são *subordinadas*. Na distinção entre o Nacionalismo Cívico e o Étnico (BROWN, 2000), as estratégias de defesa destes mesmos termos, pode gerar entraves às políticas de oficialização e coerência do Estado.

Na retomada da trajetória formacional do Princípio a luz da jurisprudência internacional, vale novamente menção de Shaw (SHAW, 1997) ao desenvolvimento de

vertente aplicável a defesa das minorias, que coincide com as modulações aqui alocadas sobre o esforço representativo, posteriormente discutido em maior detalhe¹²:

This principle, which traces its origin to the concepts of nationality and democracy as evolved primarily in Europe, first appeared in major form after the First World War. Despite President Wilson's efforts, it was not included in the League of Nations Covenant and it was clearly not regarded as a legal principle. However, its influence can be detected in the various provisions for minority protection and in the establishment of the mandates system based as it was upon the sacred trust concept. (SHAW, 1997 p. 251, grifo meu).

Shaw igualmente menciona o problema do escopo de aplicação e reitera que a ambiguidade é em muito devida a noção abrangente de Povos, recorrendo pois ao estratagema da distinção de que este item nominal *não coincide* com o sentido sociológico político que a ele é normalmente atribuído: se assim o fosse, haveria uma ampla repercussão disruptiva. A ênfase dada pelo autor na Declaração sobre a Descolonização, representa a postura doutrinária comumente adotada, que vêm sendo tensionada tanto pela ausência de territórios propriamente coloniais, consumadas que são todas as emancipações deste tipo, quanto pelo crescente desenvolvimento de defesa das garantias minoritárias nacionais. Sobre o aspecto da descolonização:

The Colonial Declaration set the terms for the self-determination debate in its emphasis upon the colonial context and its opposition to secession, and has been regarded by some as constituting a binding interpretation of the Charter. The Declaration was reinforced by the establishment of a Special Committee on Decolonisation, which now deals with all dependent territories and has proved extremely active, and by the fact that virtually all UN resolutions dealing with self-determination expressly refer to it. (SHAW. 1997 p.253, grifo meu).

12 Terceira parte da dissertação sobre o fenômeno do Nacionalismo e aspectos representativos, partes III e IV.

Um contraponto igualmente válido que contribui para o esforço de releitura, são as independências recentes (necessariamente secessionistas para esse efeito) e o Parecer da Corte Internacional de Justiça sobre a Legalidade das Declarações de Independência, no caso de Kosovo (2010), como não representando violação às diretrizes do Direito Internacional. A leitura interpretativa articulada pelo regime da ONU é amplamente avessa para com quaisquer violações da integridade territorial. Mais problemático porém, é a alocação de seus termos ao contexto colonial, especificamente, conforme posto pela Declaração sobre Descolonização (*Colonial Declaration*). Embora haja tal necessidade contextual sobre sua aplicação, o Princípio figura como elemento nominal na própria Carta Constitutiva da organização, sob diretrizes mais gerais. Enfim, esta solução de Shaw condiz com uma desambiguação semântica. Não há aqui maiores elucidações, porém, sobre essa “ineficácia lexical”. Isso é: se há ambiguidade pelo fato desse item nominal (Povos) não se referir a sua iteração convencional (por exemplo, sociológica), por que manter em recorrência sua utilização discursiva em detrimento de outras possibilidades de vocabulário mais preciso?

If the principle exists as a legal one, and it is believed that such is the case, the question arises then of its scope and application. As noted above, UN formulations of the principle from the 1960 Colonial Declaration to the 1970 Declaration on Principles of International Law and the 1966 International Covenants on Human Rights stress that it is the right of ‘all peoples’. If this is so, then all peoples would become thereby to some extent subjects of international law as the direct repositories of international rights, and if the definition of ‘people’ used was the normal political–sociological one, a major rearrangement of international law perceptions would have been created. In fact, that has not occurred and an international law concept of what constitutes a people for these purposes has been evolved, so that the ‘self’ in question must be determined within the accepted colonial territorial framework. Attempts to broaden this have not been successful and the UN has always strenuously opposed any attempt at the partial or total disruption of the national unity and territorial integrity of a country.(SHAW, 1997 p.256)

Nota-se igualmente uma perspectiva de interpretação pragmática adaptável aos casos em questão através da Carta, bem como uma rara revisão propriamente jurisdicional do Princípio. O esfacelamento dos territórios sem governança própria, retoma a incidência para todos os membros atuais, que já dispõem de soberania:

(...)the UN organs have dealt with self-determination in a series of specific resolutions with regard to particular situations and this practice may be adduced as reinforcing the conclusions that the principle has become a right in international law by virtue of a process of Charter interpretation. (SHAW, 1997 p.254 grifo meu).

Ponto aqui crucial é o de que a leitura doutrinária de SHAW tende a referir povos, sujeito demandante, sob uma “moldura” conceitual das já datadas dinâmicas coloniais:

(...) the ‘self ’ in question must be determined within the accepted colonial territorial framework. Attempts to broaden this have not been successful and the UN has always strenuously opposed any attempt at the partial or total disruption of the national unity and territorial integrity of a country.(SHAW, 1997 p.256 grifo meu)

Essa delimitação contextual não mais recepciona a diversidade das demandas políticas dos novos agregados que vem articulando o Princípio ao âmbito das independências recentes e das defesas nacionais minoritárias, sobre o qual prosseguimos com uma maior elaboração na parte subsequente.

I.4 Um Paradigma Pós-Colonial Nacionalista e Minoritário

A grande distinção entre o paradigma Wilsoniano equitativo e o *Pós-Colonial*, que retoma mais nitidamente a questão da brecha de integridade, se relaciona as contextualizações de sua presença agora no âmbito do registro contido na Carta das Nações Unidas e outros documentos, mas especialmente responde às implicações do contexto pós-bipolar de multilateralismo. Bem como o das clivagens mais “culturais”

em detrimento de meramente ideológicas. Este paradigma especificaria o potencial de controvérsia disposto sobre as evocações do Princípio, agora quanto a sua codificação nas Cartas da ONU, especialmente nos termos estritamente Coloniais. Nesse sentido, haveria alguma ambiguidade já na sua presença especializada sob o registro da descolonização, gerida nas Declarações sobre Descolonização de 1960, e sua vertente mais geral, como consta na própria Carta e no Preâmbulo. Esta controvérsia se enalteceria pelos fenômenos políticos do nacionalismo minoritário e fragmentação territorial que não respondem estritamente a um histórico colonial. Novamente, vêm a mente o caso da Iugoslávia, territórios histórico-linguísticos na Europa, ao exemplo da Espanha ou populações no Canadá na região do Quebec.

Novas condicionantes sistêmicas inflexionam e novamente problematizam as prerrogativas da Autodeterminação (já subjetivada nitidamente como *dos Povos*), agora não mais ao plano somente internacional, mas especialmente ao cenário doméstico. Esse fato vem acompanhado de outras presenças discursivas como o acirramento das pluralidades sem a clivagem ideológica bipolar de contrastes absolutos, e a nova preponderância do problema representativo das minorias e maiorias nacionais (que parece contraditoriamente associar a aceitação das diversidades pela ótica liberal participativa e de direitos minoritários, já fortalecida, aos próprios nacionalismos reivindicatórios). Este é o caso especialmente em Estados Nacionais dotados de maior pluralismo.

Caso exemplar é a crise Balcânica, quintessencial da desintegração de um Estado multinacional, por atritos étnicos de longa data, territórios de relativa autonomia com sucessivas concessões e remissões revogatórias, e enfim: simultaneidade de diversos eventos sucessórios advindos da declaração de independência unilateral¹³. Essencial é enfatizarmos o contraponto de que se no momento wilsoniano a unidade macroestrutural da colônia e das autonomias parciais foi priorizada como essencial para que seu poder de fala fosse maximizado, agora, no âmbito da multipolaridade e da grande descolonização já efetivada (com muitos dos novos Estados nação em uma

13 Detalhes adicionais sobre a crise de fragmentação da Ex-Iugoslávia estarão presentes na seção sobre os aspectos de intervenção humanitária, na parte V.I. Para uma historiografia detalhada sobre o caso, conforme utilizamos, vide THOMAS, Raju G. C. *Yugoslavia Unravelling Sovereignty, Self-Determination, Intervention*. Lexington Books 2003.

inserção *já* internacional) o problema se volta, como viemos nos referindo, para *dentro* do Estado. É pois, colocado novo paradigma; o Estado e suas minorias nacionais como sujeitos ao pleno escopo do direito. Isso é: a evocação do Princípio não mais dispõe do amortecimento de uma lógica ampla de colônias e potências enquanto ordenadora de agregados consensuais, os quais compartilhavam interesse de se emanciparem do regime imperialista, primeiramente. Agora, com a equidade já plenamente referida (ao menos em termos tácitos formais), o resquício do discurso eminentemente nacionalista do Princípio de Autodeterminação dos Povos seria retomado dentro *e* fora do Estado.

Especialmente no caso dos sentimentos nacionais minoritários domésticos, traria consequências visíveis da contestação da integridade, como no contexto Iugoslavo, onde os Estados secessionistas (cada um respondendo a uma comunidade nacional agora mais concisa) tiveram seu reconhecimento e sua ação mobilizada pelas prerrogativas da Autodeterminação. Fato, porém, que para todos os efeitos não ocorreu da mesma forma em cada uma das ocasiões onde se deu a mobilização nacionalista.

Considerações nacionalistas igualmente acionam outras políticas de sublevação e limpeza étnica de populações. Embora crimes tenham sido cometidas de todos os lados, a intervenção internacional se deu pela alegação de violações humanitárias pelo próprio governo Iugoslavo nos demais territórios, conforme fala da comunidade internacional e coalizões. Aspectos de inflexão humanitária serão discorridos em maior detalhe no último capítulo.

Esses fenômenos se associam, como anteriormente mencionado, a transposição dos conflitos armados da esfera dos eventos majoritariamente internacionais, para a prevalência de conflitos civis. Ambos, no sentido da defesa de projetos nacionais, se relacionam com a nominação dos nacionalismos de *dentro* do Estado, e não, necessariamente o nacionalismo *do* Estado (GUIBERNAU, 1996), que aqui articulamos como o espelhamento do ideário que se faz visível nas instituições e seu discurso. Há uma possibilidade de interlocução desta dicotomia com a terminologia de nacionalismo Civil e Étnico-Cultural (BROWN, 2000). Como viemos mencionando, esta transição parece implicar em um salto de paradigmas quanto ao escopo dos agentes e suas competências, de onde *povo* pode ser atribuível aos agregados minoritários, igualmente.

Isso é, a defesa destes direitos, das garantias culturais minoritárias, endogenamente legitimam suas causas e fins. Indutivamente, na proteção há o reconhecimento de ali residir um “sujeito”. As violações de liberdade são igualmente tidas como o ponto de transposição mais aceito para a legitimação do conflito secessionista aos auspícios da defesa dos direitos fundamentais, isso é: se há violações coercitivas contra a comunidade nacional que reivindica ao menos diálogo e transposições institucionais. Essencialmente, esse é o cerne do argumento moral disposto pela solução das emancipações reparatórias discutidas por Buchanan (BUCHANAN, 1991). A simultaneidade com que o diálogo é tido como não preferencial e o ponto em que mobilizações unilaterais de independência são dadas, permanece porém, não necessariamente concatenado. Igualmente, o Estado dificilmente empreenderá acordos institucionais no que concerne a uma cessão de seu domínio territorial.

The fight against such forms of discrimination prompted the Allied powers to promise in the Atlantic charter that after the war they would ensure that every nation, large or small would enjoy the right of self determination(...) The 1945 UN Charter made a basic contribution to the proliferation of nationalist movements in Asia and Africa by recognizing the right of all peoples to self determination. The fifth Pan-African congress in 1945 in Manchester affirmed the right of all people to control their destiny. (GUIBERNAU, 1996 p.119-120).

O cenário multilateral é um de índole transicional que combina os dois matizes de descolonização com o ideário nacionalista, o qual contemporaneamente será necessariamente reverberado não mais à reminiscência do discurso colonial, mas especificamente ao paradigma minoritário nos Estados já constituídos. Isso não apenas nos casos de uma emergência terceiro mundista de consolidação recente, mas nos Estados já há muito consolidados, com territórios em contestação e comunidades distintas, ao caso, por exemplo, da Espanha. O problema que mencionamos, e razão para que o paradoxo da integridade seja agora inevitável quando sobre esse novo tipo de discurso emancipacionista (superficialmente atributivo de nacionalismo desagregatório, ou tomado como resquícios de disputas coloniais, mas que emerge em último do próprio

arcabouço liberal), é o fato de que ele aparenta ocorrer em assincronia com uma ordem sistêmica global apta a assimilar demandas de revisão do status-quo territorial. Seja como outrora ocorrera no discurso unificado da Liga das Nações, ou na segunda onda de descolonização pós guerra. Sem um potencial de assimilação das demandas por uma lógica de acomodação mais ampla, os casos tornam-se esporádicos e episódicos.

A pressão por sua legitimação então, se vale de outros itens do arcabouço político de ideais, novamente aplicando pressão de releitura sobre as garantias e pressupostos de Autonomia, da qual a Autodeterminação é metonímica. Inclusive para essas causas, uma fala embasada no Princípio já encontra-se referenciada no registro comum da comunidade institucional da ONU, fato que ao menos, possibilita o debate:

(...) The 1945 UN Charter made a basic contribution to the proliferation of nationalist movements in Asia and Africa by recognizing the right of all peoples to self determination. The fifth Pan-African congress in 1945 in Manchester affirmed the right of all people to control their destiny.(GUIBERNAU, 1996 p.119-120, grifo meu).

Agora, o discurso transcorre sem uma equivalência sistêmica que lide em termos consensuais com as demandas. Sem um paradigma unificado, terceiro mundista ou colonial, minorias nacionais se veem sob uma ótica ímpar, cada qual com demandas típicas, sob um olhar animoso de mero ímpeto nacionalista que é quase prontamente assimilado ao provincialismo exclusivista, e mesmo xenofóbico ou arcaico. Fato de que demandas dessa natureza ainda transcorram, para bem ou mal refletem haver funções políticas a elas dispostas. Além da ausência de um eixo sistêmico de revisão que assimile essas demandas e reverbere outras antigas, a ordem internacional detêm sua própria dinâmica do dilema entre a revisão dos poderes soberanos clássicos, os esforços de integração e lógica de interdependência. O teor dessas demandas emancipatórias, em uma época de fluxos de integração, lança a atual existência do Principio de Autodeterminação dos Povos em um ambiente que não mais pode lidar com o mesmo sob o discurso que lhe premeditou permanência mais ou menos concisa, durante o pós-guerra. Ele sequer pode completamente recuperar seu teor originário do antigo nacionalismo das formações do século XIX.

Grande problema contemporâneo nessa lógica é o da mutua implicação entre *autonomia* e *soberania* em um ambiente de integração ambíguo entre homogeneização e multilateralismo. A incapacidade de tangenciar o Princípio como item unitário ou conciso reverbera na necessidade de enquadrá-lo especificamente às dinâmicas das minorias no paradigma da democratização representativa, mas que não radicalize noções de soberania popular.

Esse argumento Representativo tardio, porém, não pode circunscrever todo teor imanente ao Princípio, e soluções institucionais não cabem de todo a demandas originárias de real nacionalismo, pois nuances institucionais lhe são apenas posterior. O sujeito das minorias recai mais consensualmente às proteções *do* Estado, como preconizado pelas Resoluções e Cartas da Década de 60. As quais revem as próprias *minoras nacionais* como sujeitos de direito.

O nacionalismo porém, dado seu teor psicológico e originário, implica em uma nuance discreta de pertencimentos e revisões destes mesmos laços:

Past, present and future are fused to bestow on the community a sense of continuity upon which the transcendent character of nation is funded.(GUIBERNAU, 1996 p. 126).

A subjetivação e a reemergência dos termos identitários parece apontar para a importância percebida de uma espécie de âncora referencial ante o passo acelerado das mudanças. Sem um terreno moderado, assume os tons do fundamentalismo de quaisquer autoafirmações. Outrora, igualmente, esses traços de afirmação de identidade e cultura em escala lata, tiveram no nacionalismo um arcabouço para fundamentar o próprio Estado moderno, queira-se nos repertórios simbólicos ou mitos fundacionais:

The view of nationalism as a movement against the tide of modernity and a return to tribalism(...)turns a blind eye to the fact that nationalism as a political discourse has accompanied modernity since its early stages. Nationalism operated as a legitimizing ideology in the foundation of the nation state. It defended cultural diversity in the romantic era and in the age of globalism it opposes homogenisation by articulating a

discourse based upon the values of individual cultures and the rights of people to decide their political destiny(GUIBERNAU, 1996, p.138, grifo meu).

A cultura torna-se “metonímia” de civilização, arcabouço acessível de suas importâncias simbólicas. Seu cunho valorativo elucida as mútuas implicações entre agência e noções representacionais que não lhe atribuí uma mera função conscrita, mas um senso de sentido transcendente. As nações sem Estado e a visibilidade do pluralismo cultural, são duplamente o resquício da formação do que hoje já se estratificou, bem como um repertório potencial de sua revisão.

The nation as Touraine remarks is a non modern actor that creates modernity(...)The selective use of tradition and its reinterpretation to fulfil current demands- emphasizes the value of continuity in a context where constant change and adaptation to new social political and technological environment determine the day-to-day lives of individuals. (...)Finally the dialogue between cultures prompted by globalisation affects all regions of the world and radically transforms the message of nationalism since isolation and to some extent the ignorance of the other is no longer possible (GUIBERNAU, 1996 p.148-149).

Além de causas ideacionais, Sambanis, aloca um argumento que relaciona a Autodeterminação com mecanismos de descentralização e retenção fiscal; atributos eminentemente econômicos, ele no entanto, aceita derivação da índole nacionalista.

Regimes de alocação fiscal e prescrições de liberdades orçamentárias sofrem recorrente dinamismo e são típicos de dinâmicas intraestatais, mesmo contexto da articulação moderna das demandas embasadas no Princípio. Muito disto se relaciona igualmente a titularidade de bens comuns ou áreas de presença histórica de populações específicas, bem como argumentos de eficiência distributiva na alocação ótima e especializada de bens públicos:

Since 1945, more than 300 groups have organized to demand a greater degree of self-determination. Some of these movements simply demand greater financial or cultural

independence from the center (...) Self-determination – the freedom of a people living in a well-defined area to govern themselves – is the expression of nationalism. (...) Demand for sovereignty is defined here as an organized effort to increase political power and representation relative to the center of political authority or, alternatively, to attain greater administrative and legislative independence from the center and greater control over the territory in which a group demanding sovereignty lives.

(SAMBANIS. In CAMERON. 2006 p.218, grifo meu).

É também articulado o argumento da descentralização como uma capacidade não binária em seu limiar para com a secessão, isso é, podendo haver concessões variáveis que visam mitigar o conflito sem o efeito máximo de brecha. Ainda assim, consideramos o teor destas demandas e o recurso a essas concessões como um elemento de conteúdo que viemos chamando de Representativo, inserindo-se na proposta de adaptação institucional para das minorias étnico linguísticas. Chamamos esse de um “ajuste institucional”, pois o comprometimento concorrente de alguma gestão, especificamente sobre o território, é muito raramente cedido pelo Estado, atuando aqui apenas ao nível institucional:

Decentralization is also likely to be used as a concession to minorities who may be forced to pursue secession as a means towards selfadministration on cultural and economic matters(...) Even in countries that have experienced civil war, decentralization can be a good way to organize politics between the central government and an ethnic minority. There are several examples of government-negotiated and internationally arbitrated decentralization in civil war settlements: the Dayton accords in Bosnia; the autonomy agreements reached to end the war in Mindanao in the Philippines; the federal political structure created in Ethiopia after the fall of the Mengistu regime; and the solution pushed by NATO countries in Kosovo to prevent the partition of the province from Yugoslavia while restoring a level of regional autonomy that would protect the rights of the Kosovar Albanian majority. Political decentralization – understood as the delegation of powers and authority for autonomous decision-making to subnational units – is aimed at a more efficient and equitable solution to problems.

(SAMBANIS, 2006 p.219, grifo meu).

Se a Autodeterminação se alia aos aspectos democráticos representativos como um estratagema de legitimidade, ela igualmente estabelece um delicado limiar entre pluralidade e risco fragmentário. A polissemia, gradualmente modulada ao longo de sua trajetória que embasou esforço gradual da inserção normativa no Direito Internacional, se confunde com uma rápida instrumentalização, aos reclames de índole propriamente política, em especial como viemos comentando, pelas vias do nacionalismo. Embora seja fenômeno político sempre coexistente aos Estados nacionais, no âmbito do internacionalismo, sua radicalização é tida como prejudicial. Note-se que um endereçamento programático ou normativo à nação é omissivo, fato que talvez contribua para esclarecer a escolha lexical de “Povos”. No âmbito colonial, a inserção Wilsoniana da ideia de Autodeterminação coube a um uso mais coeso, sistêmico, de onde buscou-se manter em foco a noção de equidade jurisdicional entre soberanias e da gestão direta dos territórios por populações coloniais respectivas. Uma vez efetivada essa articulação sistêmica, é natural que haja um elo entre a ideia de equidade e os desenvolvimentos posteriores do arcabouço liberal-democrático, no sentido de garantir, também às vias domésticas, a participação de comunidades agregadas pela unidade do Estado.

O problema se instaura, pois, no sentido de grupos nacionais desejosos de maior autonomia; elemento que reinsere a ideia de gestão direta ao seio de Estados já constituídos operando por uma lógica de proporcionalidades, onde minorias equivalham também a uma dada identidade nacional, aí embatendo-se para com a integridade territorial. É nisto, rápida a reciprocidade entre esses reclames de representatividade e grupos desejosos de autonomia externa. Enquanto a doutrina busca enfatizar a noção Representativa com a prevalência de integridade, o ideal nacionalista sempre permeado à Autodeterminação circunda mobilizações mais amplas, que tangenciam inclusive o fenômeno secessionista. No contexto em que seus agentes são minorias, o nacionalismo contemporâneo é fenômeno que está entre as dinâmicas representativas e a disrupção com consequências internacionais.

A seguir consta uma síntese que sistematiza cada uma destas proposições de “fases históricas” do Princípio de Autodeterminação, uma tipologia:

Tabela I. (Síntese dos Paradigmas) *Uma Trajetória Geral.*

“Ideal Político”

(Nacionalismos Românticos e Originários, Casos de Unificação)

Revoluções Nacionais e Centralizações, Soberania Popular e Doutrina das Nacionalidades.

Século XVIII-XIX. Opção não hegemônica, não dinástica.

“Proposições Equitativas Wilsonianas”

(Inserção do debate internacional normativo: Ênfase Equitativa)

Governos Representativos da População por meios Procedurais Gradativos.

Contexto do pós Primeira Guerra, Processo de Descolonização.

Século XX. Ideia de esfalecimento imperial, consenso dos governados.

“Sistema das Nações Unidas”

(Descolonização e Enfoque Representativo)

Princípio Programático, Direitos Cíveis, Políticos e Culturais, Minorias Nacionais.

Século XX. Carta da ONU, Declarações da Assembleia Geral.

“Contexto de um Enquadramento Pós Colonial”

(Novos traços nacionalistas minoritários).

Problema doutrinário sobre estatuto da Autodeterminação fora do enquadramento colonial.

Garantias e Direitos de Proteção de Minorias como titulares.

Independências Unilaterais, Parecer sobre Legalidade da Declaração de Independência de Kosovo, CIJ(2010).

Em seguida, há uma sequência mais detalhada dos itens normativos e sua presença em Cartas:

Tabela II. Síntese de presença Normativa (Liga das Nações, ONU, Declarações e Pareceres correlatos).

14 Pontos (1918):

Ausência de Codificação Efetiva, presença em debate e mobilizações (1918).

Inserção do aspecto Equitativo e de institucionalismo democrático procedural, retomado no sistema das Nações Unidas. Mobilização no discurso como espécie de manifesto de valores regentes para a comunidade internacional.

Carta da ONU (1945):

Princípio programático codificado no Preâmbulo, Artigo 1 (1945).

Art.1(2)(...)respect for the principle of *equal rights* and self determination(...)

Declarações sobre a Descolonização (1960):

Resolução AG 1514 (1960).

Art. 2 All peoples have the right o f self determination(...)

Art.7. Any attempt at the partial or total disruption of the national unity and territorial integrity of a country is incompatible(...)

Declaração sobre Direitos Civis, Políticos / Econômicos e Culturais (1966):

Art.1 (...)to determine their *political status* and freely pursue their economic, social and cultural development.

Parecer da CIJ sobre a Independência de Kosovo (2010):

(...)the adoption of the declaration did not violate any applicable rule of international law (CIJ, 2010, p. 1).

A próxima tabela busca ilustrar a dicotomia entre as possibilidades de interpretação doutrinária, aspectos associados e suas implicações:

Tabela III. Problematização na Doutrina (*Autonomia x Integridade*)

“Responsiva”

Foco jurisprudencial no escopo Colonial; prioridade do Sistema ONU. (Risco de Anacronismo).

Superveniência da Integridade Territorial.

Autonomia Interna “Representativa”. Estratégias institucionais de participação.

Alocação das demandas sob arranjos inclusivos, subnacionais, devidamente institucionalizados.

Referência Constitucional de “Multinacionalidade”.

Minorias *recebem* proteção, recepcionadas pelo Estado.

X

“Proativa”

Emancipações Reparatórias: Interface com os Direitos Humanos e Intervenções Humanitárias.

Autonomia Externa; Parecer de legalidade sobre as Independências Unilaterais.

Teoria Declarativa do Reconhecimento de Estado.

Secessão: Casos de previsão Constitucional, Acordo de Partes.

Demandas emancipatórias que não obedecem uma dinâmica Colonial/ de Ocupação Externa.

Pressão de Representatividade Minoritária, Minorias Nacionais; desenvolvimentos posteriores na década de 1960.

Desdobramentos de Titularidades políticas pelo reconhecimento de garantias e proteção.

II. Jurisprudência e Norma

Aqui, visa-se um esforço de recuperação um tanto “filológica” que explicita em maior detalhe a transição de Ideal Político até a apropriação em Princípio programático, e especificamente, a seleção da matriz semântica comum que foi enfatizada quando ocorrida a codificação. A coincidência dessa matriz semântica, ou queira, *sentido*, com o que já havia em seu uso de ideal político permite explicitar um significado contínuo que permaneceu por todas as etapas da apropriação. A subtração desse significado da totalidade das possibilidades significativas presentes no discurso de ideal político, ou no discurso de norma, permite identificar as mudanças típicas a cada um desses ambientes de uso discursivo, ou o que foi omitido em cada caso. Por exemplo: o teor pleno de ideal que fora omitido no discurso normativo, mas se faz presente em evocação política, premedita as controvérsias de seu uso. Note-se que essa omissão não é uma falácia, mas apenas um enfoque discursivo consubstanciado a cada um dos casos de uso. O teor geral e originário da Autodeterminação dos Povos é algo que não se restringiria, como tema, a um ou outro. As controvérsias atuais de sua aplicabilidade seriam uma nova etapa na investigação de seu significado propriamente político, muito mais que mera questão doutrinária.

O já mencionado Cassesse, (CASSESSE, 1995) em sua obra, dedica-se a uma análise jurisprudencial que enfatiza a distinção entre Princípio e regra normativa, onde, já por virtude de uma ausência de consenso inata ao teor programático maior que repousa sobre o primeiro, não há a evidência de uma recorrência de aplicação mais consensual, como ocorre no segundo. A dificuldade de uma viabilização doutrinária única sobre a Autodeterminação fica em completo atrelada a sua trajetória de codificação, entre esses dois parâmetros. Na vertente Wilsoniana, o teor de reforço de equidade prevaleceu, mas de imediato evidenciou-se a possibilidade de que sua articulação remontasse as controvérsias de entes subnacionais desejosos de uma emancipação: mesmo posteriormente ao que viria ser o paradigma da descolonização, após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a denominação de “povo” era quase sinônima das populações de territórios colonizados, cuja governança recaía a um

soberano externo. A problemática se ressalva precisamente quando essa governança adquire a faceta de facto de um Estado, para com suas minorias. O problema da integridade é um juízo valorativo do que se privilegia: novos arranjos soberanos movidos por uma alteração nacional ou a manutenção do regime de fronteiras. A jurisprudência defende que fora casos extremos, qualquer uso do Princípio para justificar secessão é infundado, salvos em uma parte da doutrina, por nítidos abusos de sublevação e políticas de intolerâncias extremas que inviabilizem a própria sobrevivência de uma comunidade.

Em contraste, a postura doutrinária parece admitir uma distância relativa entre as implicações de violação de integridade e consumação de independências, pois comenta as declarações de independência como não violando quaisquer normas do direito internacional, circunstancialmente unilaterais.¹⁴

A teoria Declarativa de Estado é interessante pois premedita uma visualização não das dinâmicas nacionais propriamente, mas já do ponto em que há uma alternância na própria estrutura do Estado: aqui tomado como produto único que responde apenas às dinâmicas domésticas. Em suma, a emergência do Estado, fruto de crises quaisquer, ao ponto que se consuma, é fenômeno *dado* e não responde a uma atribuição posterior por outrem (daí serem devidamente soberanos) tais quais outras soberanias ao nível internacional, como teorias de reconhecimento preconizam.

Conforme dito, há a noção programática de itens inseridos em uma categorização de Princípio como já dispostos de ausência de uma pretensão de aplicabilidade uniforme, muito mais livres em interpretação (CASSESE, 1995) ao passo que a norma não deve ser polissêmica e, funcionalmente, é consensual, predispondo aplicabilidade uniforme. A noção dessa variação semântica e discursiva elucidaria dois aspectos: a inicial compreensão de que sua apropriação original não poderia ambicionar, (mesmo pelo teor disruptivo do ideal político intrínseco) uma norma que fosse desde o início clara, com ênfase ao privilégio da integridade. E adicionalmente, que um registro como *Princípio* corrobora sua utilização oscilante entre diversos paradigmas históricos

14 Vide a opinião emitida pelo parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre Kosovo datado de 2010 e respectiva declaração de independência, especialmente discursando sobre a legalidade dessas ações.

favorecidos por circunstâncias, que em termos, dialogassem com as implicações convenientes de seu teor de autonomia e soberania. Há para tanto, levantamento da inviabilidade de conformar ao Princípio da Autodeterminação uma aplicação realmente normativa: seu uso jurisprudencial parece apenas indiretamente enfatizar a defesa do ideário equitativo de representação e atuação institucional democrática das minorias, ou a defesa das soberanias pela não-interferência. Crucial é sempre realçar que Autodeterminação é distinta de, diga-se, um estatuto de Soberania, tendo teor muito mais adverbial e prescritivo. A consequência maior que a noção de Autodeterminação coloca, é o grau de reconhecimento entre Nação e Estado, onde elaboram um jogo de oscilações entre tradição, novas práticas e oficialidade.

A própria codificação do Princípio de Autodeterminação dos Povos é curiosa, pois lida, em máxima, com a capacidade de mobilização por vias de um potencial conflito doméstico (se a demanda é por autonomia externa, efetivamente), mas nega sua predisposição de brechas de integridade. Esse argumento é realçado quando consideramos à luz do Direito Internacional, as situações de conflito civil.

Recorrentemente, não há uma prerrogativa de interferência, que não de índole humanitária e idealmente neutra, em casos de guerra doméstica. Esse aspecto humanitário e reparatório será melhor discutido nas seções do Capítulo V.

Elemento crucial que distingue a beligerância doméstica e sua inflexão em competências internacionais, das subversões e mais atualmente, de terrorismo, seria a preponderância de um projeto político programático. O teor atributivo dos Beligerantes, e dos poderes concorrentes em termos de sucessão é duplo: detêm já capacidades materiais de governança e dispõem ao menos de uma prerrogativa de reconhecimento externo. Sobre Guerras Civis e posteriores arranjos federativos, ou opções centralizadoras:

Thus, in post-civil war situations where there is a clear pattern of hostility between the central government and peripheral groups, we are likely to see decentralization agreements only when we have the pre-conditions for a credible government commitment towards peace (i.e. sufficient military power for the regions to enforce the agreement or some external guarantor of peace) *and* where the region's capacity for and

likely benefits from secession are low (e.g. when the regional armies' capacities have been damaged by war; or where the group size is small and the region's economy is too specialized and too small to be viable without support from the center). In other words, secession must be costly for the regions(...)(SAMBANIS, in CAMERON, 2006 p.226).

Acima, retoma-se um argumento de descentralização analisada sob uma dinâmica de custos e eficiências estruturais. O autor ressalva que arranjos institucionais de descentralização seriam mais prováveis quando posteriores a um conflito em que as condições de paz são vistas como efetivamente mantidas pelas partes (em compromisso e credibilidade). Os benefícios devem ser menores que os dispostos por esse novo arranjo descentralizado consecutivo. Igualmente o fenômeno de secessão pós-conflito será pouco provável conforme seu custo imediato para a região emancipada e sua viabilidade de longo prazo, em termos econômicos, por exemplo.

Em seguida, revisitamos com mais ênfase o tópico do Nacionalismo.

III. O Sujeito de Povos, Nação e a congruência com o Estado: A Prevalência de uma Lógica Nacionalista na Autodeterminação

Em seu estudo sobre o nacionalismo contemporâneo, Guibernau empreende uma distinção entre Nação, Estado e Nacionalismo (GUIBERNAU, 1996). Em termos comparativos, a nação é um elemento de pertencimento, manifestado especialmente como sentimento, que constitui bases de resguardo sobre aparatos linguísticos, culturais e especialmente de um legado histórico recuperável que exerce influências. Traço distintivo é o fato de haver uma variabilidade entre o nacionalismo do Estado, e o nacionalismo *dentro* do Estado, no sentido de um potencial atrito de contestações. A autora articula que essa disparidade reside em diretrizes que remetem a soberania popular e mesmo aos estatutos democráticos: são um dos cerne das controvérsias de legitimidade, especialmente quando de problemas representativos.

Note-se que, embora a nação seja um fenômeno de manifestações de origem cultural, ela não se confunde, aqui, com cultura, meramente. Notável é a consideração da sua funcionalidade política, no sentido de qual o grau de implicação necessária que a nação, ou o nacionalismo, detêm em termos de mobilização. Alguns autores identificam no nacionalismo, diferentemente de atribuir-lhe um teor de sentimento, uma natureza ideológica. Aqui, não consideramos imediatamente o nacionalismo como um construto ideológico, embora retenha-lhe posteriores reverberações. O sentimento nacionalista, no sentido construído por Guibernau está mais focado na função de pertencimento, de identidades, porém; o nacionalismo como uma ideologia de privilégio dos interesses nacionais já se articula mais prontamente na busca de uma congruência com o Estado.

Não desejamos identificar esse procedimento como um construto ideológico, visando muito mais reconstruir uma trajetória estrutural de formação cultural do Estado (embora, uma vez constituída, a matiz nacional pode proporcionar a prevalência de outras diretrizes ideológicas, que seria porém, fenômeno derivativo). A autora recupera o nacionalismo como um fenômeno emergente no século XVIII, diretamente reforçado pelas revoluções francesas e americanas. Enfatiza que é o sentimento, psicológico, que efetivamente mobiliza a vetorização de suas forças em um movimento social, especialmente com o fim de autonomia política (GUIBERNAU 1996, p.43). Desejamos

enfocar *esse* aspecto de mobilização, mais propriamente como já dependente de uma conjugação para com uma ideia clara de nação. Nesse sentido, o nacionalismo emergiria como o fenômeno motriz que trespassa a identidade nacional, de índole cultural mais ociosa, em um empreendimento político. Especificamente, o nacionalismo como ideologia seria a defesa do interesse da congruência como *necessidade*, entre Estado e nação. Mantemos que essa busca de congruência se dá pelo nacionalismo, mas amenizamos seu teor ideológico, como uma derivação apenas posterior, e o articulamos como uma mobilização constitutiva desse agente Estado-nacional, especialmente na construção de uma autonomia inicial. O Estado Nação é uma tipificação já de natureza institucional (GUIBERNAU, 1996, p.44). A autora matiza o eixo de repercussão ideológica do nacionalismo por sua capacidade de aglutinar indivíduos de realidades sociais distintas.

Treitschke é outro autor do nacionalismo que enfatiza ser a unidade do Estado dependente da unidade nacional, ainda mencionando que a nação não é imanente, isso é, está apta a se reinventar, e mais importante: a existência de grandes Estados nacionais não deslegitima a possibilidade constitutiva de que outras nacionalidades menores, nesse âmago, venham a se constituir em igual parâmetro e mesmo suplantá-los em oscilações, pelo processo histórico (GUIBERNAU, 1996 p.11).

Essa possibilidade intrínseca se relaciona ao parâmetro, para o autor, de que um Estado global seria ruim pelo fato de que o conteúdo total de todas as possibilidades de civilização, que é intrinsecamente diversa, se expressa, tal como nos indivíduos, pelas particularidades de cada arranjo. O progresso das civilizações se daria por concepções ao âmago de uma peculiaridade nacional, pela sua originalidade.

A identificação da nacionalidade como povo está presente desde as considerações de Weber, não no sentido estritamente étnico, mas geridas especialmente por uma linguagem comum. A perspectiva Weberiana considera a nação como uma comunidade de sentimentos que adequadamente há de se manifestar em um Estado; “which *would* adequately manifest itself in a state” (GUIBERNEAU, 1996 p.33), cujo objetivo final é o Estado independente. Quanto mais poder é enfático nessa interface, mais nitidamente se verifica a conjunta entre ambos. O caráter diacrônico da nação, como possível de oscilações, e o sentido mais sincrônico de que o Estado pode se conformar como uma

manifestação específica de um dado encadeamento histórico, encontram-se presentes no Freiburg Address: onde afirma que o Estado nacional é a ordenação *Temporal*, da nação.

Ele distingue ainda a disparidade entre nação e a população sob um Estado, membros de uma *polity*. A persistência de uma consciência de identidade nacional, “*a belief in common ethnicity*”, seria visível mesmo posteriormente a uma falência drástica do aparato institucional da comunidade propriamente política. Weber não se vale especificamente do termo nominal “nacionalismo”, mas focaliza a subjetividade dos grupos étnicos. Note-se que para Weber, o grupo étnico em si não se faz por mera filiação com um dos traços que lhes distinguem, por exemplo: a “etnia” é apenas um dos itens constituintes que podem motivar o arranjo estrutural de uma crença no comum que é compartilhado, e favorecem a espontaneidade de formações diversas, especialmente políticas. O papel central que é desempenhado pela dinâmica distributiva do poder, igualmente seria o fim motriz das disputas pela Autodeterminação entre nações, adquirido então pelo monopólio coercitivo típico do Estado.

A legitimação cultural que é veiculada pelas efetivas promoções de poder, foi já nominada pelo fenômeno da *Kultur*. Há uma distinção enfática entre os nacionalismos franceses e germânicos do século XVIII, e XIX: enquanto remete-se aos paradigmas daqueles os atributos da soberania popular e das diretrizes participativas que são reminiscentes de sua revolução, o nacionalismo germânico se constrói mais nitidamente sobre as bases do Romantismo, e enfatiza os atributos de identidade cultural e de uma derivação de modo de vida que é remetente a uma língua e a uma etnia. Essa cultura se faz especialmente ao nível popular e busca uma reminiscência mítica do passado. Há prevalência das tradições folclóricas em oposição ao elitismo iluminado francês na figura do *Volk* como expressão da nação. Ambos estariam presentes até fins do século XIX, especialmente pós sistema napoleônico na unificação tardia de Itália e Alemanha.

A mobilização destes atributos condiz com o Romantismo filológico, das tradições e dos contrastes premeditados durante e a após o período Napoleônico. A noção da soberania popular e a nação como entidade, porém, permanecem estáveis como parâmetros dos sujeitos internacionais na “inevitabilidade” do Estado Nacional como meio de ordenamento político que persiste até a contemporaneidade, sendo o nacionalismo em si múltiplo em suas possibilidades de expressão para enquadrar-se em

prerrogativas mais fundamentais. Vê-se contemporaneamente os desdobramentos mais premeditados pelos arranjos minoritários. Notadamente, esses agregados respondem agora à dinâmicas de cunho participativo e representativo, com vista a inseri-los em uma dinâmica institucional e não em competências constituintes.

Durkheim refere mais ao patriotismo de que ao nacionalismo. Há a distinção entre nação, nacionalidade e Estado, onde a nacionalidade é a formação grupal que independe em si de um laço político. Nesse sentido, a nacionalidade seria advinda de grupos amplos que não constituem sociedades políticas intrínsecas, mas mantém uma unidade de algum tipo. Não, seriam nesse sentido, Estados, mas disporiam de uma unidade imanente. Pela ótica de Durkheim, conforme elucidado Guibernau (GUIBERNAU, 1996 p.28), nacionalidades são Estados prévios que não desconsideram a possibilidade de se reconstruírem, ou Estados no processo de se formarem; “*in becoming*”.

Sendo o Estado necessariamente remanescente de prerrogativa soberana, o pertencimento máximo entre indivíduo e seu arranjo político seria para Durkheim patriotismo e não o nacionalismo: a fragilidade do patriotismo seria a de que ele é em si efêmero para com outras diretrizes que consideram pertencimentos mais amplos, regionais e civilizacionais. O Nacionalismo em Durkheim é algo a ser enfim transcendido.

Guiberneau problematiza o fato de que a teoria clássica, de forma nítida, não trata do efetivo nexos entre a transformação de um sentimento nacional embasado em cultura ou território comum e a demanda política pela criação de um Estado.

Associado a essa questão, para a autora, encontra-se a indagação de qual a durabilidade de uma nação ao âmago de um Estado a ela *estranho*. Consideramos a primeira questão como sendo precisamente respondida pelo que nomeamos de fenômeno político da Autodeterminação como Ideal Político que, derivado do nacionalismo, mobiliza a identidade da nação para um fim político então institucional.

A segunda questão é principal problema, emergente das soluções institucionais da integridade, se mantida a base de orientação nacionalista e não meramente representacional, do fenômeno de Autodeterminação. Sem discurso nacionalista, a prerrogativa de desejo soberano da identidade nacional perde sua força.

A autonomia interna e a preservação de integridade é uma solução argumental que minimiza o ideal da Autodeterminação como eminentemente nacionalista, ou que superimpõe o Estado “republicano”, mais relativo a um nacionalismo cívico em detrimento da importância da nação étnico-cultural. As novas transformações no seio do Estado, especialmente à luz das reivindicações minoritárias de representação e a revitalização dos nacionalismos culturais, reflete sobre ambas, ao passo que mantém o terreno comum com alguma reminiscência da soberania popular que roga a estrutura basilar democrática. O próprio nacionalismo minoritário é em si um evento inovador no como se materializa atualmente, ao passo que apropria-se de longas controvérsias da formação dos Estados onde se inserem.

Smith utiliza como mecanismo de síntese para solucionar o problema do nacionalismo tal qual invenção moderna ou antiga, a noção de uma base étnica em detrimento de uma comunidade de reminiscência unicamente cultural (SMITH, 1991, 2000), com esses laços de pertencimento comum então desenvolvendo facilidades para outros parâmetros. A nação se desenvolve gradualmente, suplantando arranjos hegemônicos nas unidades menores de referenciais políticos. Guibernau nota que quais dessas nações “primárias” posteriormente adquiriram um Estado, bem como aquelas que remaneceram internas a um outro arranjo estatal, advém de ocasionalidade histórica. O Estado-Nação, como tal, seria a invenção mais recente, assumindo a prerrogativas de lealdade e transcendência outrora firmada pelos ícones monárquicos e religiosos. Esse fortalecimento político do popular e cultural, associado a causa moderna de legitimar o poder, são duas das necessidades sanadas pela interface entre Estado e nação. Gellner enfatizando esses pontos e atribuindo à cultura especialmente os termos de interlocução mais comuns dos membros de um dado arranjo político (GUIBERNAU, 1996 p.58). A atividade do Estado no ponto de contato mais tipicamente nacional seria não meramente receptiva, mas igualmente ativa nos termos da comunicação e educação “pública”.

III.1 O caso de Estados Plurais

Para operacionalizar a noção de nacionalismo *no* Estado, Guibernau se vale da distinção entre Estados nacionalmente “legítimos e ilegítimos”, com o primeiro retendo uma correspondência para com a nação, e o segundo, incluindo Estados que correspondem em seu território a diversas nações (GUIBERNAU, 1996, p.59). Veja que as minorias nacionais existem historicamente há muito tempo no âmago dos Estados constituídos: repercussões reivindicatórias que as colocam à luz contemporânea demonstram novas implicações, porém, mobilizadas por desenvolvimentos liberais de representatividade. Outros parâmetros colocam em foco o âmbito doméstico, precisamente em um sistema global. A antiga tradição de ilegalidade normativa da guerra interestatal desde Briand-Kellog, associada a manutenção da prerrogativa coercitiva interna do Estado, em conjunto com novas demandas representativas e revisitação das identidades, sugere um elo para a transposição interna de conflitos.

A problemática surge quando suas demandas alteram a brecha de uma autonomia representativa para uma autonomia externa equivalente à soberania, que o Estado não pode recepcionar pela fragilização de sua integridade. Isso porém, é o culminar de uma crise de legitimidade que é posterior e não se vê imediatamente inserida no arranjo multinacional.

Guibernau coloca que no sentido de um elo bem estabelecido, isso é, de relativa simetria, o Estado empreenderá seu próprio nacionalismo, no sentido de reforçar o discurso Estatal-nacional e moldar a percepção do comum. Argumentamos porém, no nosso raciocínio, que essa elaboração discursiva não é propriamente um nacionalismo ativo em todos os parâmetros, sendo já mais identificado com a *oficialidade* de apropriação, sem maiores liberdades de um revisionismo acentuado, que porém, continua presente na espontaneidade da criação cultural da nação. No nível do Estado multinacional, essas práticas de manutenção das ideias e da cultura típica é onde se verifica nitidamente tratar-se de um nacionalismo ao nível mais estrutural. Remete a própria vivência das comunidades nacionais distintas que resistem em suas tradições, o que a autora chama de *cultural resistance* (GUIBERNAU 1996, p.104). Nesses arranjos, o discurso nacional do Estado deveria idealmente ser neutro, ao risco por exemplo de

assimilação. A autora enfatiza que essa neutralidade estrutural não é prevalente, com o Estado naturalmente assumindo a modulação discursiva de um dos componentes nacionais. Se essa postura se dá, a emergência de sentimentos de estranhamento; “*estrangeness*” pelas demais comunidades nacionais dificultariam a identificação para com as políticas empreendidas.

A força maior contra esse estranhamento, seria a prerrogativa da Autodeterminação não apenas no sentido de manter-se, em não assimilação, mas de implicar em uma existência institucional não-estranha. Sobre o discurso liberal e sua inusitada correlação para com o nacionalismo, tem-se o elo precisamente quando de sua capacidade de gerir ação política:

Nationalism as a political principle holds that the nation and the state should be congruent. If we accept democracy and popular sovereignty as the most valuable forms of government, then the self-determination of nations is just a consequence of these ideas. But does nationalism contain a doctrine able to inform political action? (GUIBERNEAU, 1996 p.62)

Ainda, sobre a variabilidade terminológica entre povos, minoria e nação, a autora enfatiza ser crucial recorrer aos parâmetros de status concedido pela superveniência Estatal então presente, conforme mencionamos, em sua distinção de nacionalismo *do* Estado. Diz haver uma postura de exclusivismo, no sentido de que pela própria dinâmica majoritária (o que outra afirmamos no caso da distinção entre minoria nacional e nação ser apenas uma variabilidade conjuntural de proporções), ou de uma oficialidade embasada, a prerrogativa será a de uma homogeneização. Mesmo que existam outras comunidades nacionais no Estado em questão, a nomenclatura de *minorias* étnicas, por exemplo, já explicita um caráter valorativo para a vital manutenção da oficialidade na nação que detêm posição de poder no Estado.

No sentido emancipatório, a Autodeterminação dos Povos em termos secessionistas abarca a trajetória direta de contestação mais absoluta. Isso é: de se firmar como nação, por uma superveniência de um Estado particular que lhe mobilize status recíproco. Embora boa parte das problemáticas de representação sejam ressalvadas ao

âmbito de como, (que não por pura estratégia de homogeneização e distinção discursiva), o Estado multinacional gere suas demais comunidades. Há uma margem nebulosa entre um Estado que sequer distingue-se como multinacional (não optando por reconhecer várias línguas oficiais e comunidades territorializadas) e sublima comunidades suficientemente divergentes ao traço de um multiculturalismo “inerente” (enquanto o discurso do nacionalismo oficial permanece inerte), e Estados que são reconhecidamente multinacionais em termos declarativos e sublinham essa composição em um arranjo coexistencial. Com isso dizemos: a menos que ocorram mobilizações no viés de um sentimento de pertencimento agora claramente visível, nacionalismos diversos imanentes ao Estado podem permanecer sob mera noção de um multiculturalismo que sequer emerge como disparidades nacionais. Isso é, em teoria, cada nação é superficialmente distinguível, e quando duas ou mais operam na símile de um único nome, alguma predispõe dessa ênfase nominal sobre a outra.

Nesse sentido, todos os arranjos de revisão do ideário da nação, remetem as oscilações nessa mesma denominação “geral” que abarca uma série de tensões de outras possibilidades intrínsecas em seu âmago. Por exemplo, se uma nação não advém de uma distinção qualitativa que disponha de inflexão institucional nítida, a diferença entre nação e outros agregados culturais, nomeadamente etnico-sociais, advém de seu *status*. Essas mesmas nomenclaturas seriam proporcionais a densidade de poder político. A nação e o Estado são o topo dessa nomenclatura que lhes ecoa diametralmente: isso é, mesmo em outras áreas, como a da decisão econômica em termos pulverizados de diversos interesses e agentes, há algo que responde em algum momento como “País” (essa unidade não é fenomenológica, mas precisamente nominal). Essa final denominação atributiva de todas essas dinâmicas plurais que atravessam o elo da personalidade jurídica do que personifica a voz unitária “País” seria apenas seletiva de *quem* o faz, enfim. Esse sujeito final não é nem só do Estado, e nem só da nação: para tal o ilustramos na metáfora de um eco. Um dado agente que desafie essa prerrogativa de *denominar*, reivindica um título para si de igual envergadura àquele da personalidade jurídica (que implica institucionalização: a nação apenas é um outro tipo de personalidade): essa é a superfície do fenômeno sucessório, fragmentário.

Trate-se de outra personalidade, embora nunca tivesse sido essa, única. Em síntese, sobre essas dinâmicas de denominação e reconhecimento, temos:

The first and main goal is that the state recognizes their existence and legality. In doing so, the state does not explicitly acknowledge the existence of other nations inside its territory. It can still largely ignore their demands to form a state, but specially if it tries to present itself as democratic, it needs to show some degree of respect for the national minorities it contains. The state usually refuses to confer them the status of nation, because that would undermine its integrity as a nation state and place its legitimacy in jeopardy. This necessitates the invention of other terms such as regions, ethnic minorities, peoples and autonomous provinces.(GUIBERNAU, 1996 p. 63 grifo meu)

III.2 Sobre as Soluções Estruturais de Autonomia: Implicação entre Autonomia e Soberania

Aqui argumenta-se duas soluções estruturais de autonomia preconizadas pelas demandas de Autodeterminação em contextos plurais, cuja distinção fundamental é sua natureza externa e interna¹⁵. Finalmente, ambas estas ênfases condizem respectivamente à equivalência entre Autonomia e Soberania ou sua divergência. Na leitura sobre o problema de violação das integridades territoriais não acordadas, há apenas contestação se o grau final das competências previstas pela autonomia de gestão coincidam com a titularidade de Soberania. As soluções de autonomia interna debruçam-se sobre graus possíveis de atribuição administrativa descentralizada. A bibliografia não reflete de forma demasiada porém, sobre qual o limiar comum entre descentralização latente e poderes concorrentes, isso é, virtualmente soberanos em relação às competências do centro.

¹⁵As reflexões estabelecidas nesta sessão servem também de embasamento para o tópico da parte V que culmina na problemática da Representação.

A Solução da Autonomia Interna, a ênfase Participativa;

The situation of Quebec and Flanders as nations integrated within a federation permits the highest degree of self-determination for nations without a state. They have benefited from wide political powers to decide about their social, economic and political life without actually becoming independent. In both cases however, a federal structure does not seem to satisfy completely the aspirations of significant sectors of the population, including nationalist parties which advocate separation and the constitution of the sovereign states. (GUIBERNAU, 1996 p.101).

The international legal order should encourage alternatives to secession, in particular by working for greater compliance with existing international human rights norms prohibiting ethno-national and religious discrimination and in some cases by supporting intrastate autonomy regimes, that is, arrangements for self-government short of full sovereignty. (BUCHANAN, 2003 p.331).

Buchanan, acima, associa Autodeterminação a uma estrutura moral do Direito Internacional como última solução para com violações drásticas de direitos. A secessão não deveria ser encorajada em termos de uma base nacional discriminatória, sendo baseada em direitos representativos básicos. O item crucial da sua análise é a *dissociação* do formalismo nacionalista, para então tratá-lo como aparato do regime liberal de direitos, no qual vê lacuna na teorização da tradição liberal sobre o tópico do separatismo. O autor desfaz a correlação entre soberania e nacionalismo ao embasar a prerrogativa no sistema moral de justiça, e condiz autonomia com espectros “gradativos” de auto-governança que não são sinônimos para com soberania:

Ongoing self-determination is self-government, though it need not be full independence. To be self-governing a group must exercise some independent political control over some significant aspects of its common life. With regard to at least some matters of importance, it must wield political power in its own right, rather than merely power delegated by a higher political unit and subject to being overridden or revoked by

the latter. Thus self-determination (or autonomy) implies an independent domain of political control.(BUCHANAN, 1991 p. 33, grifo meu).

Because there are so many possible forms of intrastate autonomy and such a variety of considerations that must be brought to bear to make a case that any particular group is entitled to any one of them, misleading talk of *the* right to autonomy and *the* right to selfdetermination should be avoided. A more theoretically perspicuous and politically efficacious discourse would feature a rather limited and exceptional right to secede while acknowledging that there are diverse legitimate interests in autonomy that can best be served in different circumstances by a correspondingly broad range of intrastate autonomy regimes.(BUCHANAN, 2003 p.343, grifo meu).

A secessão se articula necessariamente com a soberania, mas é uma solução apenas *circunstancial* que não recebe respaldo amplo da doutrina, aqui também restando seu sentido de descolonização. Buchanan igualmente inicia a exposição de alternativas evocatórias de autonomia ante ocupação militar injusta e falta de acessos representativos. A presença de um efetivo direito de secessão e de autonomia, por indução preconizaria uma não-interferência nestes mesmos processos por outras partes:

The prevailing opinion among international legal scholars appears to be that at present there is no international legal right to secede except in two rather specific circumstances: (1) “classic” decolonization (when an overseas colony seeks to liberate itself from metropolitan control), and (2) (perhaps) the reclaiming of state territory that is subject to unjust military occupation. (Some scholars would add a third circumstance: where a racial group has been denied meaningful access to participation in government.) By a right to secede here is meant a claim-right: a liberty-right or permission, plus a correlative obligation.(...)then, implies at least this much: (1) it is permissible (not forbidden) for it to attempt to establish its own legitimate state, and (2) others, including the state in which the group is now located, are obligated not to interfere with the attempt.(BUCHANAN, 2003 p. 333-334, grifo meu).

Aqui é também mencionado o caso clássico doutrinário de enquadramento das demandas por autonomia emancipatória na lógica de descolonização. Dois itens merecem discussão, o enunciado de que essas nações dispõem de autonomia sem um Estado; o que problematiza como traço distintivo a soberania, bem como qual o limiar das competências políticas concorrentes federadas e o item mínimo crucial que qualifica uma soberania. Removido o nacionalismo, a Autodeterminação é sanada pela alocação representativa das autonomias como no caso dos poderes enunciados no exemplo.

Assim, se dispostos já tais níveis de autonomia, o Estado superveniente que lhes abarca nega a independência destes não por mero custos, que já estão dados, mas igualmente, por seu próprio nacionalismo. O risco da concessão das autonomias é o de que o passo seguinte para a soberania é menos custoso para ambos os lados, vis a vis os poderes de gestão *já* concedidos. A soberania é vista como estância de uma vantagem política absoluta. A tomada dessa empreitada secessionista não deve se basear então, apenas nestes custos materiais já sanados. A coexistência nesse grau de autonomia já elucida uma pacificação identitária notável entre ambas as nações. Por outro lado, se nenhuma autonomia for conferida, a real repressão das minorias nacionais pode lançá-las a evocação de um atalho, indo diretamente aos procedimentos secessionistas e lhes garantindo pela prerrogativa humanitária, alguma legitimidade internacional. O que enfatizamos é que, em ambos os casos, pela excessiva autonomia, ou pela sua quase ausência, a empreitada secessionista pela evocação da Autodeterminação contra a integridade é um risco igualmente presente, um centro ao raio de ambos os pontos opostos da circunferência. O grande dilema é o de que em qualquer ambiente onde já haja pluralidade, as dinâmicas não permanecerão simplesmente inerciais, e penderão em trajetória para um dos extremos da curva. Isso é, o poder político conferido por uma concessão, buscaria capacidades *adicionais* e igualmente, o risco amenizado por uma repressão preconizará outras. A autonomia parece ser frequentemente desejosa pelos agentes uma vez que reduz a necessidade de um consenso generalizante, garante maior liberdade de implementação, permite a manutenção mais plena das prioridades, concentração de recursos e a velocidade de implementações decisórias.

O arranjo de inspiração federalista, dispõe a estrutura mais favorável para projetos concorrentes de autonomia que se mantém associados por um elo contratual voluntário,

em uma liberdade prescritiva de ingresso e saída. A solução para com nações sem Estado se dá precisamente no âmbito em que confere uma autonomia tangencial a soberania;

Guibernau (GUIBERNAU, 1996) nota o exemplo da Bélgica pós 1988, com a reforma constitucional que promoveu autonomia cultural sob restrições, porém, em finança e educação. Embora o mesmo tenha ocorrido com a região do Quebec no Canadá, com a última solução acordada sobre o status da sociedade de Quebec sendo rejeitada em referendo, datada de 1992. O ponto tangencial de demandas de autonomia e inflexão de independência é incremental pelo lapso de “*national awareness*”, ou consciência com que a nação se faz em termos de discurso. O arranjo que privilegia a autonomia interna é o Federativo; no sentido de ser uma priorização da diversidade pela cooperação não subordinada. O problema dos arranjos federados é precisamente essa cláusula de conjunção voluntária, no sentido de que a secessão, ou mais prontamente, a saída da federação, se obedecida essa noção equânime, poderia ser uma possibilidade, mas se vê correntemente protegida por uma emanção coercitiva central de assistência recíproca para com os demais entes ainda federados. Exprime aí também uma ótica majoritária, não se tratando de um caso de total mútua desintegração, por exemplo.

Assim, conquanto garantem o maior grau de autonomia reivindicada por territórios distintos, a federação demonstra-se o arranjo mais recorrente para solução de concessões sem brecha de uma integridade, atingindo o limite da descentralização¹⁶.

Novamente, tida essa natureza multilateral, os casos de reivindicação que são típicos de territórios já relativamente autônomos, exprimem um reverberar de um ideal

16 Também sobre esse ponto das estratégias de descentralização, arranjos federalistas e satisfação de ambições do sentimento nacional;

The situation of Quebec and Flanders as nations integrated within a federation permits the highest degree of self determination for nations without a state. They have benefited from wide political powers to decide about their social, economic and political life without actually becoming independent. In both cases however, a federal structure does not seem to satisfy completely the aspirations of significant sectors of the population, including nationalist parties which advocate separation and the constitution of the sovereign states.(GUIBERNAU, 1996 p.101)

nacionalista, com o adendo de que por si só, essa transição já seria menos custosa. As autonomias regionais, Guibernau enuncia como obedecendo a lógica de retorno, “*devolution*”; seriam um recurso comum tanto ao Estado que deseja manter sua integridade, quanto aos grupos nacionais que defendem uma autonomia sem implicações clássicas soberanas (GUIBERNEAU, 2007 p.54). A secessão mais claramente se articula com a Autodeterminação em uma escolha totalizante das instituições, no destino político, mas para diversos grupos seriam custosas no sentido de renegociações necessárias para inserção nos acordos e organizações regionais, bem como são anuladas pelo Estado constituído pelo temor da desintegração completa. Essas alternativas mais amenas preconizam mobilizações de políticas públicas atentas às necessidades locais, especializadas:

Autonomy is no longer a question of establishing a state or using it to pursue a strategy of economic autarky. Rather it involves the creation of a national project, mobilization around it and an ability to engage in policy making in a complex and interdependent world'(...)The creation of devolved institutions, parliaments, assemblies, provincial governments etc, contributes to the dynamism of civil society for two main reasons. First it requires the reallocation of resources to facilitate discrete policies and regional budget planning. These procedures in turn contribute to revitalizing civil society encouraging local and regional initiatives including cultural, economic and social projects. (GUIBERNEAU, 2007 p.54-55, grifo meu).

Enfim, Buchanan elabora o elemento reparatório em que graus mais latentes de autonomia são recurso final frente a sérias violações pelo Estado:

Under certain conditions, achieving a greater degree of self determination may be the only practical way for a group to protect itself from (1) destruction of its culture, (2) literal genocide, or (3) various injustices falling under the general heading of ethnic discrimination, including violations of civil and political rights that ought to be guaranteed to all citizens regardless of ethnicity, as well as what was referred to earlier as discriminatory redistribution.(BUCHANAN, 1991 p.50 grifo meu).

Sendo inclusive um mecanismo de pressão para resguardar a observância desses mesmos direitos:

(...)On the one hand, states that protect basic human rights and honour autonomy agreements are immune to legally sanctioned unilateral secession and entitled to international support for maintaining the full extent of their territorial integrity. On the other hand, if, as the theory prescribes, international law recognizes a unilateral right to secede as a remedy for serious and persisting injustices, states will have an incentive to act more justly.(BUCHANAN, 2003 p.370).

É possível enfatizar a solução da autonomia interna como associada não apenas a posturas institucionais que favoreçam o arcabouço representativo, mas expressem arranjos mais voltados a capacidade efetiva de Governança do que ao Estado¹⁷.

Relacionado a esse tema, as posturas que premeditam a autonomia interna como alternativa às crises de integridade, trabalham em algum ponto com a noção de autogestão implicando um arranjo descentralizado de governo. Isso se demonstra na análise de Danspeckgruber:

(...)a sense that self determination ought not to break up sovereign states. Rather, at least in most cases, there is increasing interest in the introduction of self governance, the

17 Isso dialoga com a investigação de autores (RISSE, 2015), em termos de governança e “*limited statehood*”. Onde, em detrimento de uma razão binária entre Estado e Anarquia, há um espectro contínuo de provisão de recursos de governança e serviços que podem ou não advir do Estado enquanto aparato weberiano de burocracia pública, sendo por exemplo, providos por grupos extraestatais, que o fazem de forma igualmente eficiente, e mesmo exclusiva. A plasticidade desses arranjos, e o próprio conceito de *limited statehood* prevê interessantes reflexões sobre a idealização que qualifica o Estado como uma espécie de poderio máximo. Quando na verdade, podem haver áreas que não compõem *ainda* vácuos de poder, mas se encontram sobre a gestão, e não jurisdição, de outros grupos, como autoridades tradicionais, e outros atores extra-estatais. A relação entre *limited statehood*, provedores de governança e as capacidades reais do Estado demonstra que nem todas as regiões domésticas recaem em igual forma sobre os auspícios do Estado, ou ainda, a de que um estatuto de soberania não implica em suas reais capacidades homogeneamente distribuídas pelo território.

maximization of autonomy, and further decentralization. (DANSPECKGRUBER, 2000 p.11)

Na viabilização plena da autonomia interna, o Princípio justificaria os arranjos multinacionais e uso de federalismos como estratégia ótima nos casos em que a pluralidade étnica interna conforma um contexto de difícil consenso e requer aparatos institucionais especializados no atendimento de demandas e continuidades das práticas tradicionais típicas. Note-se que há exacerbação das divisões internas sob um regime ainda assim unificado em único ente de gestão, que permita uma minimamente confortável fracção de diversas estâncias nacionais sob um Estado. Esse é um reflexo do ideário nacionalista original da nação unitária, como equivalente de um povo e um Estado. Conta-se com a plasticidade de arranjo deste mesmo Estado nas esferas administrativas que aloquem diversas nações.

A Solução da Autonomia Externa: lógica emancipatória

Buchanan mobiliza igualmente a discussão do potencial mais expansivo de um direito emancipatório preconizado na Autodeterminação, fora do escopo comumente adotado da lógica colonial:

The most obvious deficiency of existing international law regarding unilateral secession is the apparent arbitrariness of the restriction to classic decolonization. Presumably what justifies secession by overseas colonies of a metropolitan power is that the colonized are subject to exploitation and unjust domination, not the fact that a body of salt water separates them and their oppressors. But if this is so, then the narrow scope of the existing legal right of self-determination is inappropriate. The existing right to secession as decolonization appears to be justice-based, yet the idea that serious injustices can justify secession points to a more expansive right. (BUCHANAN, 2003 p.354, grifo meu).

A autonomia externa, para todos os efeitos, equivale a soberania originária e desconsidera as prerrogativas de manutenção da integridade. Em termos normativos, associamos a mesma a um esforço eminente nacionalista, que é coincidente à evocação máxima da Autodeterminação dos Povos como ideal político. Em termos argumentais, a base seria o já mencionado paradigma normativo da doutrina nacionalista de congruência unitária entre Estado e nação. Prévio a essa consumação, seria o desenvolvimento propriamente dito de um senso de povo em uma materialização clara de projeto nacional com suas próprias repercussões políticas. Buchanan desenvolve argumentos de legitimação moral (BUCHANAN, 1991, 2003) sobre o direito sucessório, listando a proteção da diversidade, liberalismo, preservação cultural, auto defesa e consenso como legitimadores. O ponto definitivo de sua teorização recai sobre um recurso Reparatório. O âmbito econômico poderia se ver beneficiado por novos arranjos de privilegio da eficiência, por exemplo: em unidades menores e autonomias de gestão. O parâmetro estratégico insere a secessão como um elemento natural a todo aparato contratual de relação política, onde haveria a possibilidade de retirada. O argumento de ênfase nacional, igualmente, se baseia na Autodeterminação dos Povos como coincidente com a prerrogativa normativa do nacionalismo unitário. (BUCHANAN, 1991 p.110). A grande controvérsia da integridade, de privilégio do regime de fronteira dos arranjos já dados está pois associada ao problema do reconhecimento entre a Autodeterminação dos Povos e o normativismo unitário do nacionalismo. A ótica *representacional* das minorias é um meio de contornar esse dilema. As crises emergem conforme graus diversos de consciência nacional dessas minorias. A natureza da consciência nacional parece ser simétrica a noção de um povo como circunscrito a sua própria identidade.

The reluctance to acknowledge a broad right to self determination of peoples in mainstream international law has contributed to the preservation of a certain stability in the nation-state system. This is a trend trend which has been partially reversed to allow the creation of independent states emerging out of the Soviet Union. The right of secession as included in the URSS's constitution and a fair number of former Soviet republics have taken advantage of it by bringing to the fore a long neglected political concept.(GUIBERNAU, 1996 p. 111)

A presença de minorias étnico culturais históricas em quase todos os Estados é um resquício vivo do seu próprio processo seletivo de formação. Isso é, das dinâmicas de conjunção e pluralidade, com potências custos de fragilidade para a unidade geral:

Probably the major problem faced by these twentieth century states is their fragility. The newly created states initiated a struggle to replace pre-national ties with feelings of national identity and loyalty. Concepts of internal sovereignty and citizenship exported from the west needed to be assimilated by a multi-ethnic population which in most cases was illiterate. The task of the state was enormous. Often to protect its fragile character, the state favoured a centralized administration, placed strong emphasis upon the inviolability of its territorial status quo and stressed the need for political order while employing varying degrees of coercion.(GUIBERNAU, 1996, p. 117).

Sobre consequências de divisão política e eficiência, no arranjo destes agregados:

History supplies numerous cases of overextended political units, far-flung empires that swelled beyond the optimum scale compatible with even minimally efficient government, given the existing conditions of technological and administrative development.(...)By 'efficiency' here I mean *Pareto Optimality*. Pareto Optimality is a characteristic of a state (i.e.,an outcome) of a system of distribution or, more broadly, of a system of cooperation that has distributional effects.(BUCHANAN, 1991 p. 45-46, grifo meu).

Para o autor, o problema moral da secessão poderia ser solucionado em duas estâncias: no reconhecimento de que a autonomia sucessória não recai em termos binários e poderia se dar por diversas gradações de capacidades cumulativas, mesmo sem a brecha do estado originário. Adicionalmente, uma presença constitucional que formulasse um claro arranjo normativo para a previsibilidade constitucional do procedimento sucessório (ao exemplo soviético) sem recursos “extralegais”, para tanto reconhecendo-o, repercutiria em melhor estabilidade do que mera coerção proibitiva.

Essa postura se coloca como intermediária entre temores de anarquismo fragmentário e necessidade de uma formulação positiva clara para o procedimento. O

cerne do argumento se mantêm sobre os direitos liberais de associação que conferem uma prerrogativa consensual sobre a gestão territorial do Estado e não mera titularidade objetiva deste sobre o mesmo. As soluções constitucionais para o exercício da autonomia, tangenciando a secessão, seriam entrepostas em uma ótica de defesa minoritária e em um espectro contínuo de concessões:

Once various restrictions on the right to secede are clearly recognized, and once we abandon the conceptually cramping and politically dangerous assumption that discontent groups must choose between achieving complete sovereignty and being recognized only as cultural or ethnic groups without any degree of political autonomy, we will see secession as only one alternative among many. We will realize that there is a range of possible degrees and forms of political independence, and that secession is only the most extreme alternative, not the only one. (BUCHANNAN, 1991 p.148, grifo meu).

O mecanismo processual para a autonomia externa é o fenômeno sucessório (como alteração da personalidade jurídica titular de um novo Estado que sucede o antigo) ou secessionista (acordado bilateralmente ou disruptivo). Este último, do latim, *secere* ou já ao inglês, “*withdraw*” não recebeu, segundo este autor, atenção dos teóricos políticos modernos, no sentido em que estavam tipicamente, como Hobbes ou Locke, mais ocupados na legitimação teórica contratual do Estado moderno. Embora ambos os temas se relacionem, a fração deste Estado era um problema periférico ante a sua imediata necessidade prática. A formação clássica dos Estados modernos transpõe-se pela gradual unificação de vários outros territórios autônomos, dos arranjos imperiais hegemônicos aos domínios coloniais e no cerne, o Estado nacional unificado de legado Westphaliano. A reestruturação destes perímetros de gestão adquire nova pauta contemporaneamente a medida em que inovações técnicas ou necessidades práticas de eficiência, bem como reverberações culturais retomam a possibilidade de novos arranjos, por exemplo, em menores extensões territoriais. A prevalência da emancipação de um povo, como dotado de uma capacidade eminentemente “constituente” de defender sua liberdade e interesses na Autodeterminação é igualmente uma invenção liberal, e em

muito modular às Revoluções Francesas e Americanas do século XIX, conforme o ideário de soberania popular, em especial. A inflexão da Autodeterminação por essa vias é uma mudança na qualidade e na quantidade dos agentes nacionais totalizantes do sistema político global, como por exemplo, as minorias e os indivíduos dotando-se de direitos e proteção internacional.

As duas vertentes que assumem a prerrogativa secessionista desatada de uma necessidade reparatória é a do Direito Primário: dentre vertentes Prescritivas e Plebiscitárias. A Prescritiva dialoga com pressupostos de defesa cultural e a consciência de uma identidade típica, elemento essencial a mobilização nacionalista dos agentes. A Plebiscitária é mais próxima da discussão sobre eficiências distributivas ou interesses políticos de autonomia que *não* repercutam um argumento culturalista. Ambas, porém, consideram o recurso secessionista como despido da necessidade de um argumento de justiça intrínseco, isso é: em vez de um eixo reparatório, ele constitui uma escolha política dentre tantas outras igualmente legítimas:

Primary Right Theories divide into two main types: Ascriptivist (Nationalist) Theories and Plebiscitary Theories. The former hold that certain groups whose memberships are defined by what are sometimes called ascriptive characteristics should have the (unilateral) international legal right to secede, simply because they are such groups, independently of whether they have suffered any injustices.(...)In contrast, Plebiscitary (also called voluntarist or associative group) Theories assert that international law should recognize a (unilateral) right to secede where a majority of persons residing in a portion of a state's territory wish to form their own state there,(...)the secessionists need not be a nation or ethnic group (or be members of a “distinct society” or people or cultural community).What Ascriptivist and Plebiscitary Theories have in common is that they do not *require* injustice of any sort, much less large-scale and persistent basic injustices, as a necessary condition for the (unilateral) right to secede.(BUCHANAN 2003 p.352- 353).

O caso que mais se assemelha a uma comunidade cultural ou nacional, minoritária em continuidade, com a prerrogativa de defender uma superveniência de si mesma

como nova unidade de todo, vêm do que Buchanan denomina “Minoria Perpétua”, e se norteia por uma permanência distintiva contínua que usurpa a igualdade formal de significado pela contínua recorrência dos fatores materiais que lhe empreendem um status minoritário inerente. A sua grande crítica ao formalismo nacionalista advém de seus custos derivados, na medida em que minorias nacionais existem em todos os Estados, em suma o que se vê é um problema da escassez. Autonomias internas variáveis seriam tão mais eficientes pois sua medida é uma de descentralização e não de uma necessidade estatal exclusivista.

The problem with this reply is that it tacitly assumes something that is almost certainly false, namely, that implementing a unilateral right to secede for all nations is currently more feasible than building more effective institutions of transnational justice and facilitating intrastate autonomy arrangements in order to help ensure that the legitimate interests of nations are accommodated within states.(BUCHANAN, 2003 p.387).

Igualmente, sua teoria da justiça é eminentemente liberal, democrática e não considera arranjos políticos heterodoxos ou diversos que não condizem com uma macroestrutura político-institucional liberal, ocidental, por exemplo, que a tornaria irrealizável. Nesse sentido, a Autodeterminação como possibilidade de escolha institucional, ascenderia ao plano do formalismo liberal e do arcabouço arquetípico dos regimes representativos como aí o fazem, para tocar uma abrangência de expressão político cultural com possibilidade de realizar projetos políticos “excêntricos”.

Isso também se vê parcialmente em Rawls em sua *Law of Peoples* (RAWLS, 1993), onde há apenas a interação sistêmica entre povos liberais e decentes para com a concepção de justiça. Igualmente, a justificativa dessa expressão política, em sua teoria é unicamente liberal e secular, quão basilar em universalismo de direitos o seja.

Buchanan considera a autonomia interna, de descentralização, como uma gestão que é correlata, ao menos em base, com o regime superveniente geral, mas atento às necessidades especializadas locais. A ideia do Estado *multinacional* viável porém, depende necessariamente de um estratagema democrático. O autor ainda não assume como possível um ponto em que haja uma real unidade nacional, isso é: mesmo no caso onde se garante a secessão, o novo Estado, por menor que seja, não seria composto de

uma então prévia minoria insulada, mas pode conter em si outras frações minoritárias que reiniciariam o cíclico de dissidência. Assim, a ideia de unidade nacional é já em si uma idealização de algum ponto onde se faz necessária uma generalidade atributiva, logo sendo mais salutar, desde o início, os esforços de representação:

If one is concerned with the effects of states on cultural or national minorities, the solution is not to give those minorities their own states, since in virtually every case this will result in a new version of the original problem: The formerly disempowered minority will simply become the disempowering majority.(BUCHANAN, 2003 p.393).

IV. O Nacionalismo Contemporâneo: Minorias entre o Nacionalismo Cívico e Étnico-Cultural

Na nossa leitura, associamos a emergência dos fenômenos de mobilização política minoritária em termos nacionalistas, através de um elo que remete ao desenvolvimento das garantias representativas e às prerrogativas de multiculturalismo:

Primordialist views are frequently also referred to in arguments for ‘multiculturalism’, when the state is called upon to give institutional recognition to the claims of the authentic ethnic communities within its society, whose cultural distinctiveness and cohesion is proclaimed as being an essential source of identity for its individual members.(BROWN, p.11, 2000)

No âmbito dos direitos minoritários, há uma interface entre o universal e a crítica de relativização, de cujo risco é o exclusivismo (nisto, a fragmentação), onde os direitos humanos, individuais, e os direitos coletivos são expoentes das tradições liberais de indivíduo e das vertentes comunitaristas grupais, respectivamente. A representação e a escolha participativa (do grupo ou do indivíduo, e especialmente no indivíduo livre na escolha de seu grupo), são um elemento comum para viabilizar as capacidades de livre expressão, bem como as soluções de tolerância do pluralismo, que sugerem tangência ao cosmopolita em detrimento da universalização:

This argument has been challenged by recent communitarian and liberal arguments, which see individual self-fulfilment as necessarily dependent upon membership of the ethnocultural community, arguments popularised in the language of minority rights and multiculturalism. Such arguments can be traced back to Herder and Fichte who had both seen the political autonomy of the ethnocultural nation as the necessary engine for individual freedom. Thus, ‘in Fichte’s hands...full self-determination for the individual came to require national self-determination’ (...). In contemporary theories, the argument that individual well-being and dignity depend upon the respect given to the ethnocultural nation, has generated both communitarian claims to group rights of

cultural self-preservation and liberal claims to individual rights of access to cultural resources.(BROWN, p.58, 2000)

O desenvolvimento deste arcabouço liberal condiz com os parâmetros equitativos de participação das partes plurais, operando agora no contexto doméstico. A justificativa da existência destas comunidades, com direitos de minoria étnico cultural, empreende em sua continuidade a busca por autonomia. No sentido da Autodeterminação, a justificativa do Ideal Nacionalista como originário é idêntica em alguns aspectos à proposição teórica primordialista do Nacionalismo, como veremos a frente. Essa perspectiva de primordialismo é a que mais fortemente assevera a necessidade de reciprocidade máxima entre Nação e Estado, para fins de legitimidade. O que lemos como um desenvolvimento posterior, é, mais especificamente, não uma retomada de valores primordialistas, mas sim um fenômeno muito mais associado à proteção de minorias, às noções representativo-democráticas e a garantia da legitimidade de preservação de suas autonomias em um argumento de defesa cultural. Condiz com uma espontaneidade política então naturalmente disposta a desenvolver em reclames de autonomia mais amplos. No caso de violações, e coerção pelo Estado, por exemplo, ou na falha de uma legitimidade perceptível no arranjo institucional amplo, se instauram atritos mais nitidamente fragmentários (como resíduo da obtenção daquela nova reciprocidade unitária, pela partição final do plural), e a justificativa moral, por exemplo, de recursos a secessão reparatória:

The primordialist view indicates that solutions to such political issues must be sought in the granting of maximum autonomy to each ethnic community, with the ideal being that of a world divided into ethnically homogeneous nation-states (BROWN, p.11. 2000).

A efetividade deste fim, porém, remete a um problema de escassez, aí implicando pois a impossibilidade de um arranjo pleno de reciprocidades unitárias simplesmente pela “quantidade” de nações. A prescrição de autonomia, conquanto a reciprocidade do Estado nação já esteja disposta, condiz, igualmente, com a noção de Autodeterminação Externa, consensual, no sentido de não haver coerção sobre os projetos sociais, políticos

e culturais dos “povos”. A grande partição entre o primordialismo e os fenômenos contemporâneos, seriam uma quebra da noção primordialista de que as comunidades nacionais de base étnica remetem a um passado fundacional “comum” e historicamente antigo. As minorias culturais, por sua vez, implicam uma plasticidade muito mais anacrônica na formação das narrativas fundacionais, onde pode-se aderir a um senso nacional não necessariamente pelo laço imemorial “de ancestralidade”, ou “linguístico” originário verificável de todo em seus membros. Isso é, a causa representativa pode ser apelativa às partes no presente ou passado recente, embora a construção de uma narrativa de passado que minimamente a situe no presente seja necessária. O elementar é então não a historicidade ancestral, mas um argumento de base “Comunitarista” do grupo ao se auto afirmar e “Liberal” na possibilidade de livre identificação pelo indivíduo, com aquele grupo. A importância deste mecanismo de identificação advém de que prevê preferências que delimitam margem de ação consensual. A mobilização política transcorre pois, pela manutenção ou expansão da margem de ação mais próxima aos fins destas preferências, respondendo a marcadores identitários. A alegação de direitos, em defesa, em muito condiz com o perímetro ideacional, realizável, desta margem:

Ethnicity and nationalism often refer to easily identifiable identity markers, such as language or clothing, which facilitate political mobilisation. They also frequently refer to the social interaction networks within which individuals develop their ‘way of life’, só that it might seem rational for such individuals to defend the interests connected with that way of life. Ethnic and national claims also have an important advantage over other attachments which cannot so easily portray themselves as natural, in that they can more easily clothe the interests being defended in the language of natural rights, and thereby provide particularly effective ways to strengthen a bargaining position. (BROWN, p.14, 2000, grifo meu).

Em contraste com a noção Primordialista clássica, a abordagem situacional prevê condicionantes estruturais que favorecem a mobilização, e neste sentido, a noção

representativa-minoritária derivada da equidade mobiliza o repertório normativo para outras causas:

The situationalist approach offers an important insight in its recognition that the sense of community based on ethnic or national identity can be a response to commonalities of interest; and that ethnic and nationalist movements can be vehicles for the defence of such interests in the face of economic or power disparities. It makes it clear that ethnic and national identities which depict themselves in the primordialist language of historical continuity, might nevertheless involve fluid and rational responses to changing situations.(BROWN, p.18, 2000).

Sobre a noção de um espelhamento institucional de valores e identidade, a citação posterior ilustra como essas distinções interpretativas sobre o Nacionalismo repercutem na imagem do próprio Estado:

The distinction between the two aspects of nationalism relates to a parallel distinction between two aspects of statehood (...) the behaviour of all actual states is likely to reflect in part the interests and values embedded in their institutional structures, and in part the interests and values of whichever social groups in society control or 'capture' those institutions.(BROWN, p.34, 2000).

A prescrição representativa democrática, e a garantia de autonomia decisória da Autodeterminação tornam nebuloso o limiar dos recursos para o sucesso deste espelhamento. Sobre o multiculturalismo, a ênfase representativa, bem como nisto o discurso plural, traz tanto a noção da contribuição múltipla, reconhecendo interlocutores legítimos, quanto a diferenciação exclusivista. Nesse sentido, se entendemos culturas em último como sistemas de valores, o dilema das sociedades de nacionalismo multicultural é a de que o consenso mínimo é mais complexo, sendo a legitimidade minimamente atributo de um percurso consensual:

(...)the emergence of multiculturalism raises major issues for the sense of national community, in that it challenges both the civic idea that the nation is a community of equal individual citizens whose distinct ethnic attributes ought to be politically irrelevant, and the ethocultural idea that the nation is a community whose members ought to be culturally assimilating. In some cases, multiculturalism has become sufficiently well articulated to offer a new vision of a social justice community—a society united by its commitment to the equal rights of each component ethnic minority. (BROWN, p.122, 2000)

A dinâmica de justiça social enfaticamente minoritária, em seu inverso, mina a noção de um Estado neutro, isso é, sem comprometimentos com uma maioria cultural que se veria refletida na oficialidade da língua, história e cultura em termos gerais. Isso é um elemento de questionamento que recai a própria ideia de unidade nacional como prerequisite para o componente do Estado Nação. Se adotado esse argumento, a Autodeterminação é mais que uma prerrogativa de representatividade equitativa entre os componentes em um arranjo de cunho consociativo, por exemplo, pois ela questiona a própria neutralidade do aparato que articula essas mesmas políticas. Seja; é um extremo da ótica cultural como desconstrução da neutralidade, que torna-se um produto normativo de alguma das concepções, e valores, de matiz cultural.

Duas críticas são feitas por Brown quanto à estratégia de um arranjo corporativista para políticas de identidade nacional. Em primeiro, há o levantamento de que o corporativismo como a alocação estável de debate e produção de políticas resultantes por agregados dissidentes, se efetiva em maiores capacidades em termos periféricos, mais especializados, em detrimento de aspectos centrais ao próprio exercício promulgador dos termos de barganha, central ao Estado nacional. E mais propriamente:

The state seeks to locate myths and symbols of either civic or ethnocultural nationalism, with which to build a new ideology of the multicultural nation. However, such myths and symbols are in short supply, and the more the state is seen to engineer actively the national identity, the less traditionally authentic it appears and therefore the less its unifying and legitimating power.(BROWN, p. 150, 2000)

Em último, é uma fragilização da comoção pelo pouco genuíno, isso é um excessivismo combinatório. O “genuíno” como criação parece transposto a uma ênfase de esforço por demais consciente de “reconstrução”, criando talvez uma distância e excessiva consciência de que aquele é um produto identitário muito “deliberado”, assim, artificial. Voltamos novamente ao senso de “estranhamento” em vez de pertencimento.

A transposição do teor equitativo se efetiva no âmbito do contexto doméstico, onde assume uma dinâmica de garantias representativas (mesmo cujo teor reparatório, se faz em vias de violações destas garantias democráticas). Igualmente, no contexto do multilateralismo e da transposição das grandes divisas programáticas ideológicas para outras questões (em especial o desenvolvimento de uma agenda culturalista-identitária) a noção de minorias, que recebe respaldo dos acordos internacionais que conformam o arcabouço dos direitos humanos em sua ênfase de proteção, propiciam uma interface pouco explicitada com demandas que passam então a configurar fenômenos de Nacionalismo. Conforme viemos mencionando, sua ocorrência em contextos que não mais remetem ao cenário colonial, e implicam por vezes em comunidades de mais longa data, no caso Europeu, implicam a existência de um fenômeno de formação nacional histórico, espontâneo da conformação que rege uma reciprocidade legitimadora entre Estado e nação. Nesse contexto, há uma transposição de paradigmas do interestatal articulando em termos sistêmicos, de onde a Autodeterminação premeditou um esforço razoavelmente coordenado, para o doméstico, onde a doutrina privilegia a integridade territorial, salvo exceções reparatórias.

Para esses fins de mobilização por autonomia emancipatória, é normalmente enfatizada a noção das fronteiras arbitrárias de regime colonial (GUIBERNAU, 2007 p.150); quando tomadas em seu enfoque terceiro mundista, isso contribui para a perspectiva dos conflitos fragmentários como derivação tardia do fenômeno colonial. A derrocada do imperialismo foi o contexto original de operação do paradigma Wilsoniano que enfatizamos sob o aspecto discursivo da Autodeterminação em sua nuance normativa, como um teor de Equidade entre soberanias. Em seu aspecto de exercício político (nominalmente de titularidade de soberania e gestão direta, e não de fenômeno de secessão), se beneficiou de ondas relativamente coordenadas de emancipação ampla, assim referidas como sistêmicas e primeiramente internacionais

(não domésticas; daí a mudança de paradigmas que alocamos sob o fenômeno nacionalista contemporâneo de dinâmicas minoritária-majoritária).

Até o momento, buscamos elucidar uma linha de correlação embasada na questão inicial: a que se deve a persistência do Princípio de Autodeterminação no arcabouço normativo internacional, dada sua ambiguidade para com a emancipação e a integridade? Buscou-se estabelecer que a matriz de ideal político, embasada em proximidade com o repertório nacionalista, se vê enaltecida pela prerrogativa das demandas de representatividade que adquirem nova luz na agenda culturalista e nas dinâmicas agora minoritárias das comunidades étnico-nacionais. Esse contexto se difere estruturalmente das ondas mais tipicamente enquadradas à descolonização.

V. Um Problema Final de Representação: as Interpretações Proativas e Responsivas

Buscamos neste último ponto, uma categorização mais objetiva da aplicabilidade do Princípio sob duas vertentes que denominamos Proativas e Responsivas, em reminiscência aos termos de análise que fizemos sobre as soluções estruturais de autonomia no Capítulo III. A terminologia Responsiva diz aqui eminentemente sobre estratégias participativas de recepção de demandas de autonomia e representação por parte de recursos institucionais do Estado, onde propomos uma reflexão adicional sobre os Direitos Linguísticos, como exemplo. As estratégias Proativas dizem menos sobre o elemento passivo das minorias em relação à ação estatal e premeditam um elo mais direto com a ideia de Emancipação e autonomia externa. Como ponto menos controverso para essa última possibilidade de leitura, refletimos em mais detalhe sobre a noção Reparatória sob violações humanitárias.

V. 1. Uso Reparatório, o Argumento Humanitário

A ilegitimidade de abusos justificaria intervenções humanitárias por parte de salvaguarda da autonomia e seus direitos mínimos, em último sob um recurso reparatório de emancipação. Na ótica minoritária e de vulnerabilidade, o elemento da nacionalidade, e neste sentido, das minorias nacionais adquire aqui duplo espectro: o da representatividade e o da fragmentação. Dota-se tanto da prerrogativa de proteção de direitos e nos riscos de não recepcioná-los, queira-se, por exemplo, com vistas a uma instabilidade institucional de consenso. A interface entre o Princípio sob leituras adicionais de cunho humanitário advêm, em primeira instância, da falha de soluções participativas em estados plurais, fragmentação de conflito civil e em último, está presente no argumento teórico sobre o mencionado uso reparatório argumentado por Buchanan¹⁸, essencialmente embasado nas violações coercitivas para com esses grupos:

The right to secede, understood as the unilateral right or nonconsensual entitlement to

18 BUCHANAN, Allen. *Justice, Legitimacy, and Self-Determination: Moral Foundations for International Law*. Oxford, 2006. p.70

seek independent statehood by groups presently within the jurisdiction of a state, is a remedial right only, a right that a group comes to have by virtue of persistent and serious violations of the human rights of its members, or of rights conferred on them by intrastate autonomy agreements, or by virtue of violations of the rights of legitimate states (as when one state unjustly annexes another). Hence there is no right to secede from a legitimate state with a legitimate government, unless secession is by mutual agreement or constitutional provision.(BUCHANAN, 2006 p.70).

O autor, como recorrente em nossa análise, igualmente problematiza tal uso do Princípio, em âmbito doutrinário, sob uma lacuna na teorização liberal. Essa defesa de secessão humanitária no caso de resposta às violações de direitos humanos é igualmente elaborada por Espinosa¹⁹ e é historicamente reconhecida no âmbito dos fenômenos sucessórios de matiz étnica operando sobre a Ex-Iugoslávia:

As an outcome of the advances made by the VJ and the taking of villages, the humanitarian crisis grew to dimensions seen by the international community as a new ‘humanitarian disaster’, or even genocide[...] (ESPINOSA, 2018 p.60)

Dada a complexidade de escalada destes eventos, o elemento da Intervenção Humanitária advém tanto do cenário de conflito civil propriamente, quanto do alinhamento dos lados concorrentes que buscam legitimidade internacional, no caso sucessório²⁰. Por configurar correntemente fenômeno unilateral, as mobilizações de secessão e crise civil resultantes, favoreceriam já uma escalada. Menciona-se então a intervenção humanitária de agentes supervisionados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e demais atores. Ainda como exemplo, o precedente do parecer²¹ da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2010 é colocado no caso de Kosovo, como revisão opinativa sobre o estatuto das declarações unilaterais de independência.

19 ESPINOSA, Juan Francisco E. *Self Determination and Humanitarian Secession in International Law of a Globalized World: Kosovo v. Crimea*. Springer, 2018. p.60-61.

20 STROMSETH, Jane E. *Self Determination, Secession and Humanitarian Intervention by the United Nations*. American Society of International Law. Vol.84, 1992.

21 A Corte notadamente se manifestou no Parecer Consultivo pela opinião de que a Declaração de Independência de Kosovo, e para todos os efeitos indutivos, as declarações de independência unilaterais, não violam princípio ou normas do Direito Internacional.

Uma versão espelhada desta dinâmica, reflete a noção de intervenções humanitárias externas a fim de garantir a preservação destes direitos.

O valor de uma investigação normativa sobre o Princípio, favorece, igualmente, uma antevisão de como ele pode embasar usos argumentais das partes em um contexto de crise humanitária e política, com objetivações de legitimação. Igualmente, mobilizações iniciais nesses cenários já poderiam se ver sob a motivação do argumento de autonomia disposto no Princípio. A Autodeterminação como busca por autonomia representativa e como recurso último, reparatório, quando há crises humanitárias que as inibam por estratégia superveniente do Estado, é assim sobreposta a essas pressuposições que vêm contemporaneamente sendo revistas e distendidas, seja a luz das forças transnacionais de integração ou das mobilizações civis. Esforços teóricos nesse ponto se dão especialmente em interpretações embasadas no nacionalismo normativo, prevendo uma reciprocidade unitária, ou voltam-se para estratégias Institucionais-Representativas, como mais bem se explicita nos arranjos de Estados “multinacionais” ou “multiculturais” sob âmbito inclusive federalista²² conforme previamente discutiremos. Um mapeamento detalhado de precedentes destas estratégias jurídico institucionais de conciliação integrativa e autonomia delegada são feitas por Weller²³. Há ainda o diálogo para com os direitos humanos e a legitimidade de intervenção externa nos últimos desenvolvimentos doutrinários sobre o Princípio, no sentido de que as interpretações destas emancipações ditas reparatórias, conforme mencionado, seriam apenas justificadas em termos morais por violações abusivas praticadas pelo Estado sobre essas populações²⁴. O fim desse espectro configura um recurso de prescrição humanitária na salvaguarda desta mesma autonomia. Garantias às proteções de minorias nacionais são uma adição posterior, da década de 1960, como disposto nas Declarações da Assembleia Geral sobre Direitos Políticos, Civis e Culturais de 1966. O dilema emerge, porém, entre a interface mutuamente exclusiva entre proteção passiva, e objetivos políticos autônomos, por isso, ativos, inclusos aí o recurso humanitário interventivo para assegurá-los. Dentro do elemento de proteção, seriam

22 NORMAN, Wayne. *Negotiating Nationalism Nation-building, Federalism, and Secession in the Multinational State*. Oxford University Press. 2006, p. 139-140.

23 WELLER, Mark. WOLFF, Stephan. Org. *Autonomy, Self-governance and Conflict Resolution; Innovative approaches to institutional design in divided societies*. Routledge, 2005. p.43-64.

24 BUCHANAN, Allen. *Secession: The Morality of Political Divorce. From Fort Sumter To Lithuania And Quebec*. Westview Press, 1991, p.51.

geridas as intervenções por fins de violações humanitárias, como no caso de extermínio étnico, por exemplo. No entanto, o recurso teórico que articula essa interface é delicado, e por exemplo, a fronteira entre proteger e justificar procedimentos radicais de secessão ante violações é problemático²⁵.

De forma objetiva, enquanto priorizam os direitos destas minorias, o arranjo do Artigo, pela responsabilidade atribuída aos Estados, reverte à prerrogativa da Integridade por duplamente reforçar a jurisdição territorial dos Estados já existentes, amenizando maiores controvérsias formais.

Em inverso, partindo precisamente deste ponto de fracasso por parte do Estado como garantidor destes direitos mínimos, as minorias nacionais coesas que sofressem abusos genocidas ou crises humanitárias graves, rogariam da prerrogativa reparatória em recurso último, inclusive interventivo. A comunidade internacional atuaria então potencialmente como interface externa:

In parallel with the development of an opinio, authors have also mentioned the existence of certain cases supporting the appearance of lawful secession when there is oppression or gross violations of human rights . (ESPINOSA, 2017 p.162).

O caso reparatório, que é a interface mais nítida para com os procedimentos de intervenção humanitárias, se veriam abarcados neste último paradigma de desenvolvimento. Convém notar que há um elo nítido aos desdobramentos anteriores, na garantia dos direitos políticos e culturais no âmbito interno do Estado como assegurado destas garantias, que é típico das Cartas da década de 60.

A violação destas garantias se entremeia ao argumento reparatório nos contextos de crise civil, de onde passa a operar o enquadramento mais estritamente humanitário e potencialmente, interventivo. Este é o caso especialmente em Estados nacionais dotados de maior pluralismo, inclusive recepcionando um ponto último ante violações de assimilação ou extermínio por parte do Estado. Caso exemplar é a crise Balcânica; quintessencial da desintegração de um Estado multinacional por atritos étnicos de longa data, instrumentalizados por interesses políticos, territórios de relativa autonomia com

25 BUCHANAN, Allen. *Justice, Legitimacy, and Self-Determination: Moral Foundations for International Law*. Oxford, 2006. p.278

sucessivas concessões e remissões revogatórias, enfim consumando diversos eventos sucessórios advindos da declaração de independência unilateral²⁶ iniciadas por Eslovênia, Croácia e Bósnia entre 1991 e 1995. Na escalada da fragmentação, a prerrogativa interventiva se entremeou às mobilizações de autonomia ante a ingerência soberana do Estado Iugoslavo:

[...]endorsed the idea of humanitarian interventions within sovereignties. They proposed the setting up of a permanent UN peacekeeping force to undertake such actions. Anan declared that states cannot hide behind the principle of sovereignty when indulging in “evil” within its borders. Anan and Western leaders are, of course, referring to events in Bosnia, Kosovo[...] (THOMAS, 2003 p.16)

O caso de intervenções humanitárias no contexto iugoslavo foi elemento nítido, presente com o agravar da crise e as consumações sucessórias. Internamente o genocídio étnico foi mobilizado como resposta, especialmente pelas forças sérvias contra a população bósnia e externamente fortaleceu o argumento de intervenção protetiva por parte de agentes como a OTAN e a União Europeia²⁷, de 1995 na Bósnia e Herzegóvina, culminando em 1999, no Kosovo, ao passo que os esforços unilaterais de autonomia se aguçavam. Em último, embora haja o elemento controverso quanto a aprovação processual da intervenção pelo Conselho de Segurança da ONU, a operação argumentalmente se valeu do objetivo de derrocada de violação de direitos humanos na escalada diante das mobilizações unilaterais de independência.

As últimas operações premeditaram o esfalecimento das forças Iugoslavas no Kosovo. O aspecto humanitário associa-se igualmente à resultante instalação da Missão de Administração Interina da ONU, com objetivo de gestão e manutenção de paz, já em 1999 pela Resolução 1244, dispondo igualmente de um alto-comissariado para Direitos Humanos²⁸.

26 THOMAS, Raju G. C. *Yugoslavia Unravelling Sovereignty, Self-Determination, Intervention*. Lexington Books, 2003.

27 ESPINOSA, Juan Francisco E. *Self Determination and Humanitarian Secession in International Law of a Globalized World: Kosovo v. Crimea*. Springer, 2018. p.60.

28 KRIEGER, Heike. *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation 1974-1999*. Cambridge University Press. 2001, p.24.

This vision of the multicultural nation as a social justice community is manifested most clearly in the call for existing states to recognise and promote the collective rights of each ethnic minority group within the society to variously specified forms of autonomy, resource allocations, or political representation. (BROWN, p.125, 2000, grifo meu).

A prevalência dos conflitos civis, defesa dos direitos representativos e a crise interventiva de conflito étnico sugerem, sob essas considerações, uma mudança paradigmática do fenômeno do nacionalismo, que contemporaneamente assume uma natureza doméstica e minoritária, ela, no entanto, buscaria se internacionalizar. Neste sentido, o elo entre a Autodeterminação e as Intervenções Humanitárias pode advir inclusive de estratégias de legitimação dos beligerantes, buscando precisamente uma ingerência interventiva instrumental em favor de suas causas, e na vocalização de violações perante a comunidade internacional:

(...)minorities and ethnic groups then have a vested interest in provoking the state authorities into massive human rights violations in order to invite humanitarian interventions by the international community. Where such problems were restricted and localized at one time, it now becomes more massive and widespread. Indeed, the encouragement of the right of self-determination, an unwillingness to respect the sovereignty of the state, and the willingness to indulge in humanitarian interventions would create the conditions where such an active international policy posture would become necessary(...)(THOMAS, 2003 p.17, grifo meu).

No fim deste espectro arrisca-se, porém, uma dissidência fragmentária, isso é, secessionista, em igual medida que aloca a emergência de estratégias inclusivas de sucesso variável em um entremeio de agentes concorrentes²⁹. Há casos já traumáticos de instrumentalização e violações sob argumentos étnico nacionais: sugerem a sempre

²⁹ Assim;

The simultaneous occurrence of inter-ethnic and group-state conflict is another potential reason for conflict between host-state and host-nation. As inter-ethnic conflict threatens the social integrity of the host-state, actions of the host-nation may be perceived as one source of this threat and be countered accordingly by the host-state. This, in turn, can be perceived b[...]as denying an opportunity to defend, or establish, conditions conducive to the preservation, expression, and development of its own ethnic identity.(WELLER, 2005, p.7).

complexa relação entre pluralidade e fragmentação, bem como os diversos argumentos sobre autonomia³⁰ seja na derrocada ou gestão de conflitos ou na proteção mínima de direitos políticos sobre populações minoritárias passíveis de coercividade e violações, inclusive, internas. Entender o papel normativo e discursivo do Princípio de Autodeterminação nestes casos, favorece contribuição tanto argumental, por exemplo nos procedimentos de legitimação dos beligerantes, quanto estrutural, nas mobilizações políticas evocatórias sobre contextos onde tornam-se também necessárias e decorrentes as intervenções humanitárias.

Adendo: Índices para Minorias Nacionais. Um adendo sobre o Aspecto Linguístico.

Nesta última parte da análise, colocamos uma elucidação auxiliar sobre as implicações de direitos linguísticos, os quais possuem notória inflexão no âmbito de patrimônio cultural e direitos humanos, mas igualmente revelam conotações políticas, por exemplo, na dicotomia classificatória de Idioma ante Dialeto. Deste contraste preliminar, é possível extrair algumas considerações sobre a noção mais generalizante de Povos no Direito Internacional, notadamente conforme *sujeitos* dotados de direitos e competências jurídico-políticas específicas, onde se aplicam titularidades das escolhas macroestruturais de instituições decorrentes, em máximo: a soberania ou um Estado independente.

Propõe-se que se recuperamos a importância da filologia vernacular desde o fenômeno das formações nacionais do século XVIII e XIX (adjacentemente ao paradigma do Sistema Westphaliano, até o nacionalismo romântico ou mesmo de descolonização do século XX) e a ideia de congruência entre Povo e Nação, há uma equivalência atributiva entre estratégias linguísticas de classificação que pondera entre Idiomas e Dialeto, podendo ser recuperada secundariamente na de Povos e Minorias, como decorrência lógica. Estas distinções tornam-se gradualmente mais fluídas e desafiadoras pelos desdobramentos dos direitos minoritários e estratégias institucionais representativas.

30 WELLER, Mark. WOLFF, Stephan. Org. *Autonomy, Self-governance and Conflict Resolution; Innovative approaches to institutional design in divided societies*. Routledge, 2005. p.1-5.

Como fontes primárias, é possível mencionar o repertório dos Direitos Políticos Culturais e Econômicos mobilizadas no sistema das Nações Unidas³¹ por meio de declarações temáticas: a elas associamos a terminologia de contraste entre dialetos e idiomas em recortes de fontes normativas nacionais e internacionais como elemento distintivo metonímico de povos e minorias³². A interseção precisa de como são codificados os termos de *dialeto* e *idioma* nestas fontes normativas em particular, remeteria a um estudo mais específico e dedicado de análise discursiva, para além desta seção.

Para fins gerais, argumentamos um cerne da nomenclatura de Povos como fruto de decisão política sobre atributividade de personalidade jurídica, tidos os critérios classificatórios dos quais são índices, os idiomas. Neste sentido, tendo em vista os direitos minoritários como se espalhando deste núcleo, a ideia de Povos se distancia ainda mais da noção canônica de Nação, da qual finalmente não se verifica como sinônimo. No âmbito de uma contribuição normativa, demonstra-se o valor do recorte linguístico (e para tanto, dos Direitos Linguísticos e Culturais³³) para objetivos de construção da norma, em especial a ideia de dialeto ante idioma e o quanto desta distinção, se associada aos parâmetros de representatividade institucional (ideia de oficialidade da língua) e territorialidade, tornam-se clarificantes sobre *o que* se tem

31Notadamente o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1966), onde é premeditado inclusive a inserção do princípio norteador da Autodeterminação dos Povos, fora do preâmbulo da carta constitutiva. As declarações posteriores, emanadas da Assembleia Geral, dedicar-se-iam a uma ótica de dinâmicas crescentemente minoritárias, inclusive de minorias *nacionais* como assegurada de direitos pelo Estado, além dos corpos nacionais como um todo.

32Ao exemplo da oficialidade de idiomas como escolha institucional, conforme elaborado em constituições de países multiétnicos.

33No âmbito dos direitos linguísticos, destaca-se a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1966), sob a UNESCO e outros órgãos civis. O caso dos direitos linguísticos está sintomaticamente associado às prerrogativas culturais, de preservação de patrimônio e de direitos humanos quanto ao elemento da possibilidade de expressão. Inflexões indiretas que repercutem institucionalmente sobre a observação destes podem se referir, por exemplo, à noção de oficialidade de um idioma por um dado Estado.

como “Povo”, para efeito de sujeito dotado de direitos típicos. O grau de oscilação sobre esses mesmos critérios classificatórios que norteiam a atribuição de Povos como emparelhados por status políticos amplos, revela justamente a diacronia da evolução desta ideia, desta *semântica*, em gradual desvencilhar de outros itens lexicais, como o de Nação e mais subsequentemente; o de Minorias Nacionais com os quais podem se nomear agregados identitários. Oferecendo respaldo sobre a ampla inflexão sistêmica, estrutural e institucional do idioma, como no caso da escolha de idioma oficial e nos casos dialetais, é precisamente a possibilidade de enquadrar a Língua em uma fronteira entre o patrimônio cultural ou como *direito político*, se enquadrada de imediato em sua inflexão social.

Interessante neste viés é a noção de idioma como Direito e Recurso, de onde sofre maior inflexão a caracterização no escopo de Direitos Humanos Linguísticos:

"Linguistic human rights" can in the framework of "problem or resource" be understood in two ways, which have superficially opposing but in fact complementary goals—and this seems to be the understanding that underlies the views of most of the authors in this volume. Firstly, people need linguistic human rights in order to prevent their linguistic repertoire from becoming a problem or from causing them problems. Secondly, people need to be able to exercise language rights in order for their linguistic repertoire to be treated as, or to become, a positive, empowering resource.³⁴

A Produção Literária Pós Colonial e a recuperação do legado dialetal: novas práticas filológicas? Esforços de Consciência Nacional.

O desenvolvimento normativo sobre a proteção de minorias étnico-culturais, especificamente, é posterior a elaboração do arcabouço geral do arranjo normativo do pós-guerra, e fica mais disposto especialmente nas mencionadas Declarações da Assembleia Geral. A Declaração da Assembleia Geral, 47/135, de 1992, lista de forma

34KONTRA, Miklós, PHILIPSPON, Robert. KANGAS, Tove Skutnaab, VARADY, Tibor. ED. *Language: A Right and a Resource. Approaching Linguistic Human Rights*. Central European Univeristy press. 1999 p.6.

titular *Minorias Nacionais*. Estas declarações recebem um embasamento estrutural em outras Cartas, como na Declaração Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, cujo Artigo 27 refere-se a esses mesmos agregados linguísticos, religiosos e, importantemente; *nacionais*. A grande partição entre a Autodeterminação como elemento programático amplo e essas declarações mais especializadas é, ao exemplo do Artigo 1 da referida Declaração, não o protagonismo da nação no destino político, mas na proteção desta que cabe ainda ao Estado. No já mencionado artigo que contem a diretriz geral:

Art1. *States shall protect the existence and the national or ethnic, cultural, religious and linguistic identity of minorities within their respective territories*³⁵

O paralelo que buscamos estabelecer sobre a participatividade do discurso e do idioma na composição de novas mobilizações nacionais é que há precisamente uma revitalização no âmbito de duas estratégias: a de direitos linguísticos que operam especialmente sobre o prisma do Dialeto em populações regionais, e em outros casos, novas tentativas de políticas culturais e esforços que mapeiem e consolidem o repertório literário de uma dada população, assim canonizando-o em status político, para efeito de sentimento nacional. Nesse sentido, um paralelo eminente se aloca com a atuação filológica na implementação de uma oficialidade de Idioma, que outrora, nos Estados formados, foi implementada conjuntamente com a presença dignificada de uma dada produção cultural e um repertório bibliográfico de literatura. O elo central que se coloca é precisamente a interação entre a noção de comunidade imaginada fundada no discurso, de Smith, a presença do aparo ideacional que começa a se mapear desde Herder sobre a importância de localizar narrativas popularmente acessíveis de uma dada cultura, até destrinchá-las no argumento culturalista de ordenação política que tipifica uma das vertentes do Normativo nacionalista.

Interessantemente, se temos a estratégia de proteção e reconhecimento do idioma e do dialeto como Direito Cultural de inflexão política, corre em paralelo o mesmo esforço de recuperação historiográfica de sua produção e repertório bibliográfico por meio de políticas culturais.

35 Assembleia Geral das Nações Unidas, p.1, 1966

Nesse sentido, é significativo o corpo documental de fontes primárias especialmente situadas nas Declarações de direitos Políticos e Culturais sob o sistema das Nações Unidas (nestes tópicos, dotada de desenvolvimento mais proeminente na década de 60) e dos direitos linguísticos como mecanismo de proteção de patrimônio histórico e direitos humanos. Essa sincronia sugere equivalência entre Povos e Minorias pelo viés do contraste entre Idiomas e Dialetos, onde a noção de idioma figuraria de forma mais proeminente nas escolhas de oficialidade, como por exemplo, o idioma oficial nas predisposições constitucionais de um dado Estado. Partindo do pressuposto canônico (embora crescentemente problematizado) de uma congruência entre o Estado-Nação, a identificação de políticas de oficialidade de idioma repercutiria na interface internacional como vestígio destas distinções.

É possível estabelecer o argumento linguístico por uma breve recuperação histórica da importância da filologia nos movimentos de formação nacional. Em especial ao âmbito do romantismo político nos séculos XVIII e XIX, passando para a recuperação identitária vernacular dos idiomas nas nações de independência recente e finalmente, na alocação dos direitos linguísticos como interface entre os domínios de patrimônio cultural e direitos humanos. Essa trajetória mobiliza uma crítica sobre a inflexão de escolhas de oficialidade de idioma e arranjos inclusivos em estados multiétnicos. A proposta motriz é a de que a dicotomia de natureza linguística entre idioma e dialeto possui forte conotação política e consequências institucionais válidas como parâmetro de análise para nossa questão central sobre o sujeito de “Povos”.

Alocamos a importância da investigação de ênfase linguística em um argumento estrutural: a própria noção de *polissemia* permeia vários dos pressupostos da análise, sendo norteadas por uma intersecção entre os estudos legais, a teoria política e o discurso. Sobre a retórica e a análise discursiva, como síntese deste paradigma, poderíamos exemplificar:

Both traditional linguistics and conventional jurisprudence have viewed their objects of study as being the 'systems' or 'codes' that govern, respectively, language usage and law application as potentialities rather than empirical actualities (...) Law, as a linguistic

register or as a literary genre, can be described linguistically or, more importantly, discursively, in terms of its systematic appropriation and privileging of legally recognised meanings, accents and connotations (modes of inclusion), and its simultaneous rejection of alternative and competing meanings and accents, forms of utterance and discourse generally, as extrinsic, unauthorised or threatening(...)³⁶

A postura do autor condiz precisamente com nosso norte teórico, no âmbito de situar por vias da significação o uso de sentidos pertinentes à jurisdição, entendendo-os precisamente como *discursos*.

³⁶GOODRICH, Peter. *Language, Discourse, Society. Legal Discourse_ Studies in Linguistics, Rhetoric and Legal Analysis*-Palgrave Macmillan UK, 1987.p.2-4.

Conclusões

A violação da integridade territorial de soberanias já constituídas, quando sob evocação do Princípio de Autodeterminação, não suscita maiores aceções positivas da doutrina à exceção de casos extremos. Destes casos emana a proposta da secessão como remediadora de violações, garantindo direitos primários. Há perspectiva de que, em termos de falha do Estado originário de recepcionar as demandas dos agregados identitários aqui paradigmaticamente atrelados a noção de minorias, haveria potencial para se legitimarem práticas propriamente emancipatórias. A perspectiva desta habilidade de recepção é próxima de uma ideia democrática de plena representatividade dos diversos tipos do espectro social e cultural, em uma conformação de nuances federalistas se tomamos em contexto mais pleno a obtenção de uma autonomia interna.

O elemento crucial que delimita a viabilidade de uma secessão é para tanto associado à ruptura de preceitos mínimos de direitos humanos, e a ocorrência de atos discriminatórios pelo Estado que adquiram teor de perseguição étnica ou religiosa, bem como práticas de repressão e genocídio. Se falham as possibilidades de uma inserção consensual destas comunidades no âmbito representativo de seu Estado, e todas as demais alternativas de cunho participativo pacífico, emerge o fator mais claro de legitimação de uma resistência violenta que desembocará no contexto de beligerância interna.

Note-se que, a medida que se constitui como potencialmente legítimo, esse esforço de mobilização interna não se destrincha de pronto à mera aceção de uma possibilidade separatista. Vê-se ainda que a perspectiva da Autodeterminação nesse caso é uma dentre muitas outras possibilidades políticas conforme uma agência repressiva advinda das esferas do Estado, aqui meramente especializada nos termos da perseguição étnica e identitária. Percebe-se que na viabilização de uma plena participação interna, onde mantenham-se as perspectivas destes agregados, torna-se viável a articulação interna “Responsiva” do Princípio, tida como principal solução às controvérsias de integridade. Isso é, essas minorias são ainda notadamente nacionais do Estado originário, que adquire matiz multinacional.

A aplicabilidade desta ênfase representativa embasada na autonomia interna é firmada sobre os auspícios de um teor equitativo, o qual buscamos retomar como típico da modulação normativa Wilsoniana inicial. Note-se porém, que esse uso equitativo minimiza o esforço emancipatório. Ondas de emancipação foram possibilitadas pelo descrédito dos regimes imperiais, sendo advindas não de uma revogação plena com garantia totalizante dos povos colonizados de gerirem-se, mas muito mais da liberação de seus perímetros e fronteiras de um status de mera colônia.. Além da posterior Carta da ONU, da Declaração das Relações de Amizade, bem como a Convenção de Direitos Políticos Culturais e Sociais, o uso inicial do Princípio foi contemporâneo de um esforço claro de descolonização onde a noção de povos recaía de forma ainda generalizante aos conjuntos identitários encerrados sob as fronteiras coloniais. Àquela época, como garantia para sua prescrição liberatória eles deveriam demonstrar-se aptos nas competências de gestão e responsabilidades internacionais para efetivamente destrinchar Estados soberanos respectivos. Ao contrário, prevaleciam os regimes de tutela.

Igualmente, a prescrição da Autodeterminação se inseria em uma lógica gradual, processual e de nuances democráticas. A noção de minorias, por mobilizar um novo paradigma de análise que continua presente, ainda que após esforços de descolonização, se vale agora do âmbito doméstico na alocação de suas tensões.

Em detrimento de consenso sobre uma abertura paradigmática ainda maior, isso é, devidamente pós-colonial, o que transparece na postura doutrinária é uma regressão agora em plano doméstico de sentido equitativo para legitimar uma ação especificamente participativa e não emancipatória. Essa solução equivale ao desenvolvimento de uma ênfase *representativa* para abarcar internamente as demandas por autonomia.

A autonomia política se associa ao nacionalismo contemporâneo que é agora *também* dotado de cunho minoritário. Há o privilégio central do regime de fronteiras e a não violação de integridades por uma alocação doméstica bem-sucedida dos sentidos nacionais. Essa articulação, como mencionado, reveste-se mais prioritariamente do arcabouço democrático e dos direitos humanos, para conferir a *prescrição representativa* de minorias, agregados étnicos e comunidades identitárias internamente

aos Estados já constituídos. É para tanto, um senso de autonomia e não em sentido lato a Autodeterminação dos Povos apta a lhes conferir uma base nacional plena em novas soberanias. Assim, há o movimento duplo de recuperação do parâmetro equitativo Wilsoniano, agora em ímpeto doméstico, em detrimento de uma abertura conceitual emancipatória mais ampla que tornaria legítima a violação das integridades. Essas brechas de integridade, embora não sejam premeditadas no discurso doutrinário, transcorrem e foram predicadas pelo eixo temático originário da Autodeterminação como ideal político de cerne nacional.

Essa solução doutrinária, de índole muito mais arraigada aos direitos humanos e de representatividade minoritária, gesta em si uma reinvenção ainda gradual dos preceitos cabidos ao Estado, como expoente máximo da soberania já constituída, mas, ainda assim, dinâmico o suficiente para acomodar uma pluralidade.

O Estado multinacional se esboça pela alocação desta prescrição de autonomia interna, como vertente única da solução das integridades contestadas. Este, em detrimento dos movimentos nacionalistas de outrora, é aqui firmado como autoridade superveniente não necessariamente respondendo a uma única unidade de nacionais, mas dotado de um espectro capaz de gerir diversidades e recepcionar demandas: nesta ótica cabe a *ele* a proteção das minorias nacionais.

Essa solução torna interessante as inflexões do arranjo estatal em uma tensão das capacidades representativas, cuja existência democrática das dissidências é privilegiada em detrimento de vários arranjos típicos menores, em si soberanos. É possível indagar se essa viabilização traz maiores repercussões de governabilidade. Privilegia-se o regime de preservação das fronteiras e a plasticidade representativa dos Estados, em detrimento de uma especialização típica do Estado a uma unidade nacional.

Buscamos demonstrar que os nacionalismos, ou a existência de uma nação como um eixo identificável de cultura, reveste-se do Estado para um esforço de gestão e respaldo de sua oficialidade, porém, os arranjos identitários que delimitaram os Estados soberanos existentes seriam em igual valor, arbitrários às demais identidades ainda presentes em âmbito doméstico. A solução da articulação interna de autonomia pela ênfase Representativa é contrastante com o elemento originário do ideal político de

Autodeterminação, que previa um sentido amplo de emergência plena como ente soberano. Em termos teóricos, há contraste com teorias da base étnica do Estado, naquele que se vale plenamente de uma oficialidade e narrativa histórica nacional constitutiva, e o Estado gestor cívico que age como receptor de uma pluralidade intrínseca passível de materializá-la em equilíbrio distributivo. É pois essencialmente uma indagação entre o teor de sobreposição natural, eminente entre Estado e nação ou maiores dissociações destes dois horizontes. Notável é a transição enfática de povos para com minorias, ainda retendo em ambos os casos a noção de nacionais, significado por cabimento remetente a sua identidade, mas esse, na solução da articulação interna, ficando condicionado por uma viabilidade representativa.

Já se avalizamos a disrupção colocada sobre a integridade do Estado, o Principio de Autodeterminação sugere uma ordem Nacional baseada nas *identidades* em detrimento dos regimes, onde as espontaneidades das comunidades e dos povos em si como verdadeiros agentes históricos detêm supremacia sobre a inércia estrutural dos poderes já consolidados. Premedita uma maior expressão de criatividade e renovação.

Cultural em detrimento de legal, política em detrimento de estrutural. Essa agência de povos só se daria com mais clareza na possibilidade de praticamente influir sobre a tecitura da integridade territorial que é manifestação física dos regimes.

Mudanças históricas, mais que agência do Estado, seriam fruto dessa espontaneidade das identidades humanas.

Sob o prisma do problema da representatividade, há os desenvolvimentos democráticos do Estado em termos de sua política de tolerância de pluralidades. A visibilidade das minorias é igualmente maximizada sob as diretrizes representativas das instituições liberais e da pluralidade cultural. Quando isso se aglutina a antigos problemas distributivos e territoriais, presentes em diversos Estados, onde já se colocavam sentimentos nacionais próprios ou reclames sobre uma dada região contestada, há um grande desafio para as instituições políticas.

A dialética de reforço legitimador do Estado-Nação moderno é uma antiga colaboração entre cultura e política em mutuas construções de mundo que favorecem a

cooperação e manutenção de um ideário que lhe é típico, enquanto constitutivo de identidades, começando por um idioma comum. Os desenvolvimentos culturais e suas oscilações nem sempre encontram respaldo no trajeto das instituições, e esses atritos, de forma ou outra, demonstram talvez a dificuldade da civilização humana de encontrar um estratagema fixo para a ordenação efetiva de seus agregados.

A acomodação dessas pluralidades culturais e sua resultante política, irá historicamente refletir os grandes parâmetros da ordenação dos agentes macroestruturais. Quais serão as consequências últimas para o sistema dos Estados nacionais quando se acrescem suas inflexões domésticas de conflito, quase paradoxalmente em um ambiente de crescente adensamento da integração internacional? A crescente interface entre minorias e o sentido de pertencimento nacional se relaciona com a expansão das garantias e direitos do arcabouço liberal que se estendem às proteções culturais, sociais e etnolinguísticas. A medida que estas demandas de cunho representativo se estendem, o sentido tradicional da nação pode se ver pluralizado. Estes diversos sentidos de pertencimento podem repercutir, sob os auspícios da Autodeterminação, em stress institucional e no grande problema fragmentário de nossos tempos, bem como pode revigorar a plasticidade interna dos arranjos políticos, configurando uma estrutura exponencialmente mosaica, mas mantida coesa por mecanismos de mútua expressão.

No âmbito internacional, a medida que movimentos de índole nacionalista emancipatória são enquadrados ao cunho separatista, hoje fora de um contexto sistêmico de emancipação colonial e coexistem com tendências de integração regional, transparece um aparente paradoxo. Em um futuro relativo, a problemática polissêmica de povos e nação pode ser talvez tratada em termos institucionais, aos auspícios de uma nova interface de titularidades, seja; nas interações e assimilações entre etnia, nacionalidade e cidadania.

Já para além da ênfase representativa, quando abarcamos a legitimidade dos fenômenos secessionistas, elemento central da dificuldade doutrinária é o de que não há um eixo sistêmico de emancipação coordenada, como fora premeditado pelas dinâmicas de esfacelamento colonial. O esboço de uma exceção se mostra no uso Reparatório das violações humanitárias e intervenções.

Em detrimento de restringir a Autodeterminação ao escopo da descolonização, seria cabido que o aparato jurisprudencial buscasse crescente atualização de seus motivos materiais e políticos, além do precedente normativo. Contribuindo para essa revisão mais extensiva, há a possibilidade do argumento humanitário e moral, como o elaborado especialmente por Buchanan, sobre o uso reparatório da secessão. Em vez de considerar casos de guerra civil como decorrência apenas de conflitos pós coloniais não resolutos, cabe também atentar à dinâmica contínua das formações nacionais, sendo este fato material político (cuja repercussão normativa cai aos argumentos de legitimidade e reconhecimento de Estado e suas competências típicas). É ao menos terreno comum a ambas as demandas, políticas e de cunho normativo, que venham ser revigoradas as correspondências entre minorias e povos. Isso é: no âmbito da política contemporânea, a mobilização emancipatória seria de crescente cunho minoritário e interno. A elucidação visível entre povo e minoria adquire novo destaque. A natureza destas demandas relaciona-se ao arcabouço liberal dos direitos e garantias de representação participativa, e soluções podem se fazer no sentido de averiguar as reais capacidades de provisão de serviços públicos e qualidade dos arranjos institucionais, sejam estes, dos Estados existentes ou daqueles que emergem em concorrência. Abusos de partes e violações humanitárias implicam no argumento moral mais viável sobre a secessão, com o recurso Reparatório.

Mesmo desde a fala de Wilson, o grande trunfo de inserir a Autodeterminação como prescrição parece relacionar-se a uma necessidade de *explicitação* comum dos mecanismos de legitimidade, em um discurso mútuo. Essa noção interlocutória de legitimação estaria ausente da lógica do Ideal de Político Nacionalista clássico, de onde emana o Princípio, que obedeceria mais nitidamente a uma lógica de oração subjetivada autorreferencial, exclusivista e não de interlocução equitativa. Um desdobramento lógico, que agora se verifica com mais clareza na transposição desta lógica é o de que, diretamente, isso é, sem intermédio eminente dos Estados (ou queira-se das legislaturas de tutela), minorias clamem suas garantias internacionais. Convêm atenção às interfaces entre esse arcabouço liberal representativo e o nacionalismo contemporâneo minoritário, muitas vezes tido como contraponto àquele. As tensões fragmentárias e a transposição das capacidades transnacionais de atores não convencionais, agora ao plano doméstico,

bem como a prevalência das guerras civis, revelam tensões políticas típicas destes dias.

As soluções de garantias representativas, de arranjos multinacionais e de emancipações reparatórias, parecem dispor alternativas menos traumáticas. De forma ou outra, a expressão ampla destes agentes já vem sendo assegurada.

Igualmente, o presente trabalho buscou elucidar uma linha de correlação temática embasada na questão inicial: a que se deve a persistência do Princípio de Autodeterminação no arcabouço normativo internacional? Dada sua ambiguidade de sentido com a ideia de emancipação e a violação de integridade, valendo da ótica do fenômeno nacionalista? Buscou-se estabelecer que a matriz de ideal político, embasada em proximidade com um argumento nacionalista, se vê enaltecida pela prerrogativa das demandas de representatividade, que adquirem nova luz na agenda culturalista e nas dinâmicas agora minoritárias das comunidades étnico-nacionais, como preponentes deste tipo de demanda.

Esse contexto se difere estruturalmente das ondas mais tipicamente enquadradas na descolonização e nas independências tardias. Nossa reflexão sobre a correlação do Princípio com o nacionalismo contemporâneo, se desdobra a partir deste ponto, que aqui recuperamos:

Contemporary nationalist politics involves ideological confrontation between competing constructions of the nation. Groups and individuals within the same state differ as to whether they aim at a civic nation of equal individual citizens, an ethnocultural nation of ethnic sameness, or a multicultural nation of equal status ethnic or ethno-regional segments.(BROWN, 2000, p.148).

O elemento da justiça representativa minoritária, advinda do argumento mais culturalista, é o traço inicialmente comum a ambos os lados. O argumento emancipatório é a cisão definitiva entre as partes em busca de suas autonomias externas respectivas, unitárias. A persistência da Autodeterminação dos Povos em esforços de codificação, embora seja de grande polissemia, advém de que ela serve convenientemente a dois aspectos:

Em primeiro lugar, atua como termo amplo de justiça social, no sentido de uma noção representativa-participativa para pluralidades cuja assimilação é problematizada.

Nesse sentido, adquire, no âmbito de comunidades étnico-culturais, uma ênfase crescentemente grupal, isso é: de defesa comunitarista, que convêm ao discurso crescente de proteção de minorias.

Em segundo ponto, o eixo semântico fundamental da Autodeterminação é o de um estatuto programático de Autonomia, a noção prescritiva se aplica tanto aos Estados constituídos, como a uma ideia de justiça social, quando associada à defesa étnico-cultural, facilmente articulada pelas causas destas minorias. Em comunidades que associam suas culturas a um sentimento de pertencimento mais amplo, isso prontamente se confunde com Nacionalismo. A prevalência dos conflitos civis e a defesa dos direitos representativos sugerem, sob essas considerações, uma mudança paradigmática do fenômeno do nacionalismo, que contemporaneamente assume uma natureza doméstica e minoritária, no entanto desejosa de se internacionalizar. Se tomamos a dicotomia do etno-nacionalismo ou do nacionalismo civil, em ambos os casos; representatividade e autonomia, longe de reincidir sobre fundamentalismos, condizem primeiro com o desenvolvimento do arcabouço liberal democrático. Esse elo constrange os próprios esforços do Estado em suas estratégias de alocação e assimilação, que são então vistas de forma controversa. Favorece porém, uma dissidência fragmentária, isso é, secessionista, em igual medida que aloca a emergência de estratégias inclusivas de sucesso variável. Se a postura do Direito Internacional prevê a prioridade da Integridade, ele está hoje ainda em lenta postura de revisão sobre os argumentos legitimadores da Autodeterminação.

A doutrina atuou de forma mais experiente, no gradual molde discursivo por adequá-la a um enquadramento *colonial* (BUCHANAN, 2003 p. 333-334).

No contexto onde as disputas passam a refletir crescentes proporcionalidades domésticas que remetem a escolha institucional interna do Estado, é natural que os órgãos internacionais multilaterais estejam confusos sobre a própria prerrogativa moral de intervenção nessas escolhas. Em igual maneira, continuar a remeter a Autodeterminação a um contexto de descolonização é datado, tida sua crescente articulação para fins representativos internos, cuja autonomia externa potencial ronda o

estatuto de soberania. Por sua vez, se essas forças de representação tingem consequências internacionais, o Direito Internacional deve promover uma reflexão que articule um aparato de reconhecimento destes casos viáveis ou legítimos de fragmentação: a dinâmica sucessória, o uso Reparatório e o reconhecimento declarativo de Estado, por exemplo. Nesse sentido, se o Nacionalismo contemporâneo reflete uma nuance típica dos direitos de defesa cultural, da prerrogativa minoritária (e de um gradual embate crítico muito mais amplo sobre direitos humanos universais em detrimento do comunitarismo relativizante) ele igualmente se relaciona com a antiga alocação da Autodeterminação no arcabouço internacional que foi parte desta mesma progressão histórica dos valores liberais. O trânsito efetivado de ideal político para norma programática de fins representativos, se por um lado revela o esforço controvertido de codificação, por outro foi mais bem-sucedido por condizer com períodos razoavelmente coordenados de emancipação, onde a abrangência do *termo* se favoreceu igualmente de uma abrangência sistêmica.

Pelas próprias ambições coesivas do Direito Internacional, todo enaltecimento nacionalista ideacional, fora do tipicamente político, é delicado. Em seu matiz disruptivo, se relaciona a um revigorar dos argumentos de legitimação, mas agora se faz em formas cada vez mais particularizantes ao seio do Estado. Esses desenvolvimentos sinalizam inclusive desafios endógenos ao papel do Estado Nacional no século XXI, e sugerem a sempre complexa relação entre pluralidade e fragmentação, bem como os diversos argumentos morais da autonomia.

Em uma redução final, e por isso talvez mais consensual, a Autodeterminação responde a uma lógica de garantia de direitos de Nacionalidade: as ambiguidades surgem porém, da conjugação desta titularidade de nacional para com as competências políticas derivadas de Cidadania. Ambas remetem de forma residual ao encadeamento do Estado-nação. As demandas por autonomia, mais do que remetentes à ênfase representativa como compromisso ensejante da Legitimidade, respondem também, a uma mobilização idêntica do nacionalismo, entendido como vetor da comunidade histórico cultural para fins políticos (GUIBERNAU, 1996) de repercussão ampla, quase “constituintes”, em analogia. O Princípio favorece uma ótica para verificar ambos os lados: a prevalência da Integridade é a opção da regência das práticas de Estado

(SHAW, 2008) (CASSESE, 1998), cujo desdobramento é a lógica da dinâmica representativa pelos meios participativos de autonomia interna. Já pela emancipação de Independência, secessionista, condiz com a prática do ideal nacionalista, de autonomia externa. O elo entre Nacionalismo, separatismo e liberalismo é pouco explorado (BUCHANAN, 1991, 2006). Nesse sentido, a “plasticidade” dos corpos políticos, e as fragmentações ou reformulações que busquem integrar agregados para fins de organização estrutural, deve ser vista com recorrente, em detrimento de uma estabilidade estática, estrutural do “perímetro” do Estado. De forma ou outra, as alternâncias deste mesmo perímetro condizem com o que uma vez se teve como arranjos totalizantes; outrora as opções hegemônicas, substituídas então pelas autonomias locais (Nação ante Império). Há enfim, em toda questão que diz respeito a autonomia, o elo na Política da derradeira tentativa de conciliação dos particulares e do todo.

Subjectivity strives to liberate itself from the systems of false thought and the causal determinations of forces that confine it. But in doing so, subjectivity also runs the risk of splitting itself off from those totalities that give its life meaning. (KAISER, 2004 p.15).

Referências Bibliográficas;

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Verso, 1991.

BERBEROGLU, Berch. *The National Question; Nationalism, Ethnic Conflict, and Self-Determination in the Twentieth Century*. Temple University Press, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, Vol. 1. 1998

BROWN, David. *Contemporary Nationalism*, Routledge, 2000.

BUCHANAN, Allen. *Justice, Legitimacy, and Self-Determination: Moral Foundations for International Law*, Oxford Political Theory, 2006.

BUCHANAN, Allen. *Secession: The Morality of Political Divorce. From Fort Sumter To Lithuania And Quebec*, Westview Press 1991.

CAMERON, David. Org. *Globalization and Self Determination. Is the Nation State under Siege*. Routledge Studies in the Modern World Economy, 2006.

CASELLA, Paulo Borba. ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G.E. *Manual de Direito Internacional Público*. Editora Saraiva, 20ª Edição, 2012.

CASSESE, Antonio. *Self-Determination of Peoples: A Legal Reappraisal*. Cambridge, 1998.

COLLIER Paul, SAMBANIS, Nicholas. *Understanding Civil War Evidence and Analysis*, Vol. 2. Europe, Central Asia, and Other Regions. WorldBank, 2005.

DANSPECKGRUBER, Wolfgang F. *The Self-determination of Peoples: Community, Nation, and State in an Independent world*. Editora Lynne Rienner Publishers, 2002.

DANSPECKGRUBER, Wolfgang. *Self Determination, Self-Governance and Security*, 2000.

DIECKHOFF, Alain. JAFFRELOT, Christophe. *Revisiting Nationalism, Theories and Processes*, C Hurst & Co Publishers Ltd, 2005.

EAGLETON, Terry. *The Idea of Culture*. Blackwell Publishing, 2000.

EAGLETON, Terry. *Nationalism, Colonialism*. University of Minnesota Press, 1990.

- ESPINOSA, Juan Francisco E. *Self Determination and Humanitarian Secession in International Law of a Globalized World: Kosovo v. Crimea*. Springer, 2018
- GOODRICH, Peter. *Language, Discourse, Society. Legal Discourse; Studies in Linguistics, Rhetoric and Legal Analysis*. Palgrave Macmillan UK, 1987.
- GUIBERNAU, Monserrat. *The Identity of Nations*. Polity Press, 2007.
- GUIBERNEAU, Monserrat. *Nationalisms The nation state and Nationalism in the Twentieth Century*. Polity Press, 1996.
- HANNUN, Hurst. *Autonomy, Sovereignty, and Self-Determination: The Accommodation of Conflicting Rights*. Pennsylvania Press, 1996.
- HISASHI, Owada Pres. *International Court of Justice advisory opinion on Kosovo's declaration of Independence*, 2010.
- KAISER, David Aram. *Romanticism, Aesthetics and Nationalism*. Cambridge University Press, 2004
- KNOP, Karen. *Diversity and self determination in International Law*. Cambridge University Press, 2002.
- KRIEGER, Heike. *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation, 1974-1999*. Cambridge University Press, 2001.
- LENIN, Vladmir. *The Right of Nations to Self-Determination*. disponível em Archive.org 1914.
- MANELA, Erez. *The Wilsonian Moment*. Oxford University Press, 2007.
- MOLTCHANOVA, Anna. *National Self Determination: Justice in Multinational States*. Springer, 2009.
- MORGENTHAU, Hans J. *Política entre as Nações*. Imprensa Oficial, 2003.
- NORMAN, Wayne. *Negotiating Nationalism*. Oxford University Press, 2006.
- PAVKOVIC, A. *In Pursuit of Sovereignty and Self Determination: Peoples, States and Secession in the international order*. Macquarie Law Journal, 2003.
- PAVKOVIC, RADAN. *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. University of California, 1993

- PELLET, Alain. *The Opinions of the Badinter Arbitration Committee A Second Breath for the Self-Determination of Peoples*. EJIL, 1992.
- RAWLS, John. *The Law of Peoples*. Harvard University Press. 1999.
- RISSE, Thomas. *Limited Statehood: A Critical Perspective*. The Oxford Handbook of Transformations of the State. Oxford Press, 2015.
- ROSHWALD, Aviel. *Ethnic Nationalism and the Fall of Empires*. Routledge, 2000.
- SARAIVA, José Flávio Sombra, Org. *História das Relações Internacionais Contemporâneas*. SaraivaUni, 2007.
- SHAW, Malcolm. *International Law*. Cambridge Press, 2008.
- SMITH, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. Wiley-Blackwell, 1991.
- SMITH, Anthony D. *The Nation in History, Historiographical Debates about Ethnicity and Nationalism*. Polity Press, 2000.
- STROMSETH, Jane E. *Self Determination, Secession and Humanitarian Intervention by the United Nations*. American Society of International Law. Vol.84, 1992.
- Supreme Court of Canada, *Reference re Secession of Quebec*, 1998.
- THOMAS, Raju G. C. *Yugoslavia Unravelled Sovereignty, Self-Determination, Intervention*. Lexington Books, 2003.
- WATSON, Adam. *The Evolution of International Society*. Routledge, 1992.
- WELLER, Mark. WOLFF, Stephan. Org. *Autonomy, Self-governance and Conflict Resolution; Innovative approaches to institutional design in divided societies*. Routledge, 2005
- WILSON, Woodrow. *Speech on war aims and peace terms to the United States*, 1918.
- WOLFF, Stephan. *Beyond Ethnic Politics in Central and Eastern Europe*. University of Bath. Issue 4, 2002.
- Carta Constitutiva das Nações Unidas*. São Francisco. 1945.
- Carta do Atlântico*, 1941.
- United Nations General Assembly. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*, 1966.